

Mensagem da Apae

Federação Nacional das APAEs - Novembro - 2014 / Ano 47 - n.º 01



APAE BRASIL

Federação Nacional das Apaes

Edição Especial
60 anos



APAE BRASIL
FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES

*“Construindo uma
história de igualdade de
oportunidades para
todos!”*

*APAE BRASIL: 60
anos fazendo inclusão.*



EXPEDIENTE

MISSÃO: PROMOVER E ARTICULAR AÇÕES DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REPRESENTAR O MOVIMENTO PERANTE OS ORGANISMOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS APAES, NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL DE SEUS USUÁRIOS.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aracy Maria da Silva Lêdo – (RS)
Vice-Presidente: José Turozi – (PR)
1º Diretor Secretário: Albanir Pereira Santana – (GO)
2ª Diretora Secretária: Maria Tereza Feldner – (MG)
1º Diretor Financeiro: Unírio Bernardi – (RS)
2ª Diretora Financeira: Tânia Maria Lessa Athayde – (RJ)
Diretor de Patrimônio: Luiz Augusto M. dos Santos – (PA)
Diretor Social: Rodolpho Luiz Dalla Bernardina – (ES)
Diretora para Assuntos Internacionais: Rosane Teresinha JahnkeVailatti – (SC)

AUTODEFENSORIA NACIONAL

Titulares:
Cristiane Dias da Vitória – (ES)
João Alexandre da Silva Filho – (PI)
Suplentes:
Bianca Aliatti – (RS)
José Lucas Ferreira dos Santos – (TO)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Federação das APAEs do Estado do Amazonas
Presidente: Sirange Bezerra Rodrigues
Federação das APAEs do Estado da Bahia
Presidente: Derval Freire Evangelista
Federação das APAEs do Estado do Ceará
Presidente: Paula Dias Sampaio
APAE do Distrito Federal (APAE DF)
Presidente: Wilma Chaves Kraemer;
Federação das APAEs do Estado do Espírito Santo
Presidente: Washigton Luiz Sielemann Almeida
Federação das APAEs do Estado de Goiás
Presidente: Grace GibraillKanjos

Federação das APAEs do Estado do Maranhão
Presidente: Jerônimo Ferreira Cavalcante Filho
Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais
Presidente: Eduardo Luiz Barros Barbosa
Federação das APAEs do Estado de Mato Grosso do Sul
Presidente: Tidelcino dos Santos Rosa
Federação das APAEs do Estado de Mato Grosso
Presidente: Eunice Vitor
Federação das APAEs do Estado do Pará
Presidente: Emanuel O' de Almeida Filho
Federação das APAEs do Estado da Paraíba
Presidente: Gilvan Campelo
Federação das APAEs do Estado do Pernambuco
Presidente: Maria das Graças Mendes da Silva
Federação das APAEs do Estado do Piauí
Presidente: Emerson José Gondim Machado
Federação das APAEs do Estado do Paraná
Presidente: Neuza Soares de Sá
Federação das APAEs do Estado do Rio de Janeiro
Presidente: Delton Pedroso Bastos
Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Norte
Presidente: Willian Ferreira de Lima
Federação das APAEs do Estado de Rondônia
Presidente: Ana Claudia de Andrade Trondoli
Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente: Luiz Alberto Maioli
Federação das APAEs do Estado de Santa Catarina
Presidente: Júlio Cesar de Aguiar
Federação das APAEs do Estado de São Paulo
Presidente: Marco Aurélio Ubiali
Federação das APAEs do Estado do Sergipe
Presidente: Márcia Cunha dos Santos Araújo
Federação das APAEs do Estado de Tocantins
Presidente: Nilson Alves Ferreira

Federação Nacional das APAEs
SDS - Ed. Venâncio IV - Cobertura - CEP 70393-903 - Brasília-DF
Fone: (61) 3224-9922 | Fax: (61) 3223-8072
FENAPAEs@apaebrasil.org.br | www.apaebrasil.org.br

Brasília, Novembro de 2014.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

A Federação Nacional das APAEs é filiada à Inclusion Interamericana

ESTADOS QUE NÃO TEM FEDERAÇÃO

APAE de Maceió

Presidente: Alesson Loureiro Cavalcante

APAE de Rio Branco

Presidente: Cecília Lima

APAE de Macapá

Presidente: Abél da Silva Mendes

CONSELHO FISCAL

Titulares: Cláudio Pizzato (RS), Sérgio Prodócimo (SP) e Ilda da Conceição Salvático (RO)

Suplente: Ivaldo Araújo (PB), Uaryn Bastos Cavalcante (MA) e Harley Ferreira Silvério (MS)

CONSELHO CONSULTIVO

Eduardo Luiz Barros Barbosa, Elpídio Araújo Neris, Flávio José Arns e Luiz Alberto Silva

EQUIPE TÉCNICA FENAPAEs

PROCURADORIA JURÍDICA

Procuradora Jurídica: Rosangela Wolff de Quadros Moro

Analista Jurídica: Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira

Assistente Jurídica: Larissa Christyna Alves Pereira

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário Executiva: José Luís R. Colar

Assessora de Assuntos Internacionais: Maria Amélia Vampré Xavier

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA/LOGÍSTICA

Coordenador: João Batista da Silva

Apoio Logístico: Anderson da Silva Amaro, Eduardo de Souza Leite, Waldinéia Olímpia Zoraida Santana Ramos e Daurinha de Souza Leite

COORDENAÇÃO CONTÁBIL /FINANCEIRA:

Coordenadora: Marineide Oliveira da Silva Freire

DEPARTAMENTO PESSOAL:

Supervisor Financeiro e de Pessoal: Aline Lamara

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

INSTITUCIONAL / CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Coordenadora: Kélia Maria Dias Ramos

Estagiária: Bruna Teixeira

COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI

Coordenador: Rafael Lucena Franco

SALA DE SOLUÇÕES

Coordenadora: Eunice Maria da Silva Gusmão

Colaboradora: Tamires Borges Cintra Rodrigues

UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA REDE APAE (UNIAPAE)

Coordenadora da Uniapae: Fabiana Maria das Graças Oliveira

Coordenador Técnico-Pedagógico: Erivaldo Fernandes Neto

Secretaria da Uniapae: Rodrigo Maia

ESCRITÓRIO FENAPAEs, PORTO ALEGRE-RS

Assessora da Presidência: Lúcia Maria Cardoso Centena

Auxiliar Administrativo: Alexandro Martim Vargas dos Santos

Coordenador Nacional de Eventos: Antônio José Perin Bastos

COORDENADORES NACIONAIS

Coordenador de Prevenção e Saúde: Rui Fernando Pilotto (PR)

Coordenadora de Educação e Ação Pedagógica: Fabiana Maria das Graças Oliveira (MS)

Coordenador de Educação Física, Desporto e Lazer: Roberto Antônio Soares (SP)

Coordenadora de Defesa de Direitos e Mobilização Social: Ana Beatriz Languê Pesanovich Leite (SP)

Coordenadora de Autogestão, Autodefensoria e Família: Elcira Machado Bernardi (RS)

Coordenadora de Educação Profissional para o Trabalho Emprego e Renda: Maria Helena Alcântara de Oliveira (DF)

Coordenadora de Artes: Rosânia de Almeida (PR)

Coordenadora de Assistência Social: Marilena Ardore (SP)

APAE BRASIL: 60 ANOS

“CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA DE IGUALDADE E DE OPORTUNIDADE PARA TODOS”

É com muita honra que tenho ocupado o cargo de Presidente da Federação Nacional das APAEs, principalmente no presente ano, em que as APAEs completam 60 anos de história.

Data que é um marco na história do Movimento que representa, desde sua origem, os princípios de inclusão social fundamental para as mudanças de atitude e consciência em relação à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Tais fatos podem ser constatados na historiografia quanto na vivência.

Foram por meio destas atividades, em especial na defesa de direitos das pessoas com deficiência, inicialmente de pais e amigos, que foi fundada a 1ª APAE, refletindo a luta para criarem uma associação e assim se tornarem pioneiros na luta social em prol da criação de oportunidades educacionais para pessoa com deficiência.

Sem titubear em suas motivações, que consistiam na crença de que era possível construir uma sociedade em que seus filhos seriam sujeitos de si, capazes de contribuir para a vida social do país de maneira proativa, registraram o nascimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

O tempo passou, é inegável que houve avanços, mas ainda há um longo e arduo caminho a se percorrer. O Movimento enfrenta com pujança os novos desafios, como a luta pela aprovação do Plano Nacional de Educação e os desafios na área da Saúde e da Assistência Social.

Uma das conquistas mais recentes, a Federação Nacional das APAEs se orgulha de ter tido grande influência nos debates que fundamentaram o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que certamente trará a oportunidade de continuidade e ampliação dos trabalhos das 2.137 instituições filiadas no Brasil.

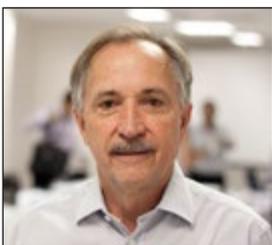
Por toda esta história de conquistas e novos paradigmas, as APAEs comemoram 60 anos de participação efetiva na vida política e social do país, com a certeza de que estamos construindo uma história para todos as pessoas com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias.

A todos os participantes desta história, o sincero abraço de toda a equipe.



*Aracy Maria da Silva Lêdo
Presidente da FENAPAEs*

Atenciosamente



José Turozi
Vice presidente da FENAPAEs
e Coordenador
60 Anos APAE BRASIL

Seis décadas se passaram quando um grupo de cerca de cinquenta pessoas se reuniu na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no dia 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, constituindo, assim, a diretoria da primeira APAE do Brasil.

A partir daquela data, o Movimento Apaeano, com a ajuda de pessoas altruístas, voluntárias e comprometidas, foi crescendo e expandindo-se para todos os Estados do Brasil. Hoje, com 2.137 APAEs constituídas em todo o território nacional, podemos dizer que somos o maior Movimento comunitário da América, e é a maior rede de atenção à pessoa com deficiência intelectual e múltipla do país.

O Movimento Apaeano, constituído por milhares de famílias, amigos e voluntários fazem parte deste grande contingente de pessoas que se unem com o firme propósito de lutar pela garantia dos direitos da pessoa com deficiência, a fim de proporcionar melhores condições de educação, saúde, assistência social, educação para o trabalho, na perspectiva de sua inclusão na sociedade em que vive.

As APAEs do Brasil dedicam-se, há décadas, ao processo de inclusão educacional, social e profissional dos seus assistidos, atuando na defesa, efetivação e construção de novos direitos, promovem as pessoas, fazem o enfrentamento das desigualdades sociais e propõem políticas públicas para o atendimento em todo o seu ciclo de vida, criança, adolescente, adulto e idoso, visando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Agradecimentos a todas as equipes de professores e técnicos das APAEs do Brasil, que através de seu trabalho com alegria, criatividade, paciência, seriedade, profissionalismo, amor e dedicação, torna melhor a vida das pessoas com deficiências.

Temos que agradecer e louvar todos os pioneiros do Movimento APAE Brasil, às famílias, associados, contribuintes, diretorias, colaboradores e voluntários de todo o Brasil, que através da perseverança, luta, do trabalho sério e idôneo ajudaram a construir esta grande associação de pessoas no país, voltada a atuar na defesa dos direitos e educação.

Assim, graças ao trabalho demonstrado em todo o Brasil, fizeram com que pelo quinto ano consecutivo a marca APAE seja premiada nacionalmente como marca de confiança (Revista Seleções/Ibope), pelo excelente trabalho prestado no país.

Consciente do nosso trabalho e compromisso e do reconhecimento da sociedade brasileira, isto nos dá um incentivo para cada vez mais estarmos unidos no propósito de continuar nossa luta pela cidadania, com a missão de proporcionar um atendimento de qualidade à pessoa com deficiência, educando-a para a vida.

Um abraço Apaeano!

SUMÁRIO

HISTÓRIA DO MOVIMENTO DAS APAEs.....	7
DEPOIMENTOS HISTÓRICOS.....	19
JOLINDA GARCIA DOS SANTOS CLEMENTE	21
MARIA AMÉLIA VAMPRE XAVIER	22
ROSITA EDLER CARVALHO	28
LUIZ ALBERTO SILVA	32
EDUARDO BARBOSA.....	34
FEDERAÇÕES DOS ESTADOS (FEAPAEs)	37
ACRE	39
ALAGOAS.....	40
BAHIA	41
CEARÁ.....	43
DISTRITO FEDERAL	44
ESPÍRITO SANTO.....	47
GOIÁS.....	51
MINAS GERAIS	53
MATO GROSSO DO SUL	59
MATO GROSSO.....	64
PARÁ	66
PARAÍBA.....	70
PERNAMBUCO.....	75
PIAUI.....	79
PARANÁ.....	82
RIO DE JANEIRO	85
RIO GRANDE DO NORTE	86
RONDÔNIA.....	87
RIO GRANDE DO SUL	89
SANTA CATARINA	95
SÃO PAULO.....	96
TOCANTINS.....	98
AUTODEFENSORIA:	
PROCESSO EM CONSTRUÇÃO NOS SESSENTA ANOS DO MOVIMENTO APAEANO	102
COORDENAÇÕES NACIONAIS	105
COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTE - FENAPAEs	
FESTIVAL NOSSA ARTE - 60 ANOS DO MOVIMENTO APAEANO	107
COORDENAÇÃO NACIONAL DE AUTODEFENSORIA E FAMÍLIA	
O QUE É AUTODEFENSORIA?	110
COORDENAÇÃO NACIONAL DE DEFESA DE DIREITOS	113
COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AÇÃO PEDAGÓGICA	
A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DOS 60 ANOS DE APAE NO BRASIL.....	116
COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER FENAPAEs	
EDUCAÇÃO FÍSICA - RECORTE DE 47 ANOS NA HISTÓRIA	121
COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO MOVIMENTO APAEANO	124
COMEMORAÇÕES 60 ANOS	130

The background is a vibrant green with various abstract patterns. On the left, there are concentric white circles. In the center, there are several overlapping, curved green bands of varying shades. Scattered throughout are small, light green dots. A dark green horizontal bar is positioned across the middle of the page, containing the title text.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO DAS APAEs



HISTÓRIA DO MOVIMENTO DAS APAES

“... Tudo era para nós, ainda, profundamente nebuloso. Pouco ou nada sabíamos de nossas reações emocionais, de nossas fantasias, de quão pouco sabíamos lutar; primeiro contra nossa própria desesperança e frustração, depois com os problemas em si, nosso elo comum, o grave problema de deficiência mental...”

Depoimento de Dona Alda Moreira Estrázula, fundadora da APAE São Paulo.

A APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais é um Movimento que se destaca no país pelo seu pioneirismo. Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de Síndrome de Down. No seu país, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos; e admirava-se por não existir no Brasil, algo assim.

Motivados por aquela cidadã, um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Brasil. A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil. Esta colocou à disposição parte de um prédio, para que instalassem uma escola pra crianças excepcionais, conforme desejo do professor La Fayette Cortes.

A entidade passou a contar com a sede provisória, onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. A escola desenvolveu-se, seus alunos tornaram-se adolescentes e necessitaram de atividades criativas e profissionalizantes. Surgiu, assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira.

De 1954 a 1962, surgiram outras APAEs. No final de 1962, doze das dezesseis existentes, nessa época, encontraram-se, em São Paulo, para a realização da primeira reunião nacional de dirigentes Apaeanos, presidida pelo médico psiquiatra Dr. Stanislaw Krynsky. Participaram as de Caixias do Sul, Curitiba,





Jundiaí, Muriaé, Natal, Porto Alegre, São Leopoldo, São Paulo, Londrina, Rio de Janeiro, Recife e Volta Redonda. Pela primeira vez no Brasil, discutia-se a questão da pessoa com deficiência com um grupo de famílias que trazia para o Movimento suas experiências como pais de deficientes e, em alguns casos, também como técnicos na área.

Para uma melhor articulação de suas idéias, sentiram a necessidade de criar um organismo nacional. A primeira ideia era a formação de um Conselho e a segunda a criação da Federação de APAEs. Prevaleceu esta última, que foi fundada no dia 10 de novembro de 1962, e funcionou durante vários anos em São Paulo, no Consultório do Dr. Stanislau Krynsky. O primeiro presidente da diretoria provisória eleita foi Dr. Antônio Clemente Filho.

Com a aquisição da sede própria, a Federação foi transferida para Brasília. Adotou-se como símbolo a figura de uma flor ladeada por duas mãos em perfil, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra de proteção.

A Federação, a exemplo de uma APAE, caracteriza-se por ser uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional com duração indeterminada, congregando como filiadas as APAEs e outras entidades congêneres, tendo sede e fórum em Brasília –DF.

O Movimento logo se expandiu para outras capitais e depois para o interior dos Estados. Hoje, decorridos sessenta anos, são mais de duas mil e cento e vinte e cinco, espalhadas pelo Brasil. É o maior Movimento filantrópico do Brasil e do mundo, na sua área de atuação. É uma explosão de multiplicação, verdadeiramente notável sob todos os aspectos, levando-se em conta as dificuldades

de um país como nosso, terrivelmente carente de recursos no campo da Educação; e mais ainda, na área de Educação Especial. Este crescimento vertiginoso se deu graças à atuação da Federação Nacional e das Federações Estaduais, que, seguindo a mesma linha filosófica da primeira, permitiram e incentivaram a formação de novas APAEs. Estas, por meio de congressos, encontros, cursos, palestras etc, sensibilizam a sociedade em geral, bem como viabilizam os mecanismos que garantam os direitos da cidadania da pessoa com deficiência no Brasil.

A APAE vem a ser constituída, integrada por pais e amigos de uma comunidade significativa de alunos com deficiência intelectual e múltipla, contando para tanto com a colaboração da sociedade em geral, do comércio, da indústria, dos profissionais liberais, dos políticos; enfim, de todos que acreditam, apostam e lutam pela causa da pessoa com deficiência.

A entidade apesar de gozar, em grande parte, do registro como associação de utilidade pública em todos os quadrantes federal, estadual e municipal defronta-se com as mais diversas dificuldades, essencialmente no tocante a pessoal e a questão financeira. Estes últimos recursos talvez sejam insignificantes, se comparados à importância do compromisso que todo integrante do movimento tem diante da sociedade, da família e da própria pessoa com deficiência. ■

Fonte: FENAPAEs

AS TRÊS PRIMEIRAS APAES FUNDADAS NO BRASIL

APAE	ESTADO	DATA FUNDAÇÃO
Rio de Janeiro	RJ	11/12/1954
Brusque	SC	14/09/1955
Volta Redonda	RJ	09/04/1956

PRIMEIRAS APAES FUNDADAS POR ESTADO

ESTADO	APAE	DATA FUNDAÇÃO
Acre	Rio Branco	31/07/1981
Alagoas	Maceió	20/08/1964
Amazonas	Manaus	04/05/1973
Amapá	Macapá	27/09/1966
Bahia	Salvador	03/10/1968
Ceará	Fortaleza	28/08/1965
Distrito Federal	Brasília	22/08/1965
Espírito Santo	Vitória	27/05/1965
Goiás	Goiânia	15/05/1969
Maranhão	São Luís	10/03/1971
Minas Gerais	São Lourenço	01/06/1956
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	10/06/1967
Mato Grosso	Cuiabá	06/10/1967
Pará	Belém	30/11/1962
Paraíba	João Pessoa	23/03/1957
Pernambuco	Recife	27/10/1961
Piauí	Teresina	04/06/1968
Paraná	Curitiba	06/10/1962
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	11/12/1954
Rio Grande do Norte	Natal	31/10/1959
Rondônia	Vilhena	12/02/1981
Roraima	-	-
Rio Grande do Sul	São Leopoldo	07/08/1961
Santa Catarina	Brusque	14/09/1955
Sergipe	Aracaju	27/08/1967
São Paulo	Jundiá	07/08/1957
Tocantins	Araguaína	22/01/1986

PRESIDENTES DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAEs

(1963-1965) - *Dr. Antonio dos Santos Clemente Filho*

(1965-1967) - *Antonio Semas S. Figueira (In Memoriam)*

(1967-1977) - *José Cândido Maes Borba (In Memoriam)*

(1977-1981) - *Justino Alves Pereira*

(1981-1987) - *Elpidio Araújo Neris*

(1987-1991) - *Nelson de Carvalho Seixas*

(1991-1995) - *Flávio José Arns*

(1995-1999) - *Eduardo Luiz Barros Barbosa*

(1999-2001) - *Flávio José Arns*

(2001-2005) - *Luiz Alberto Silva*

(2006-2008) - *Eduardo Luiz Barros Barbosa*

(2009-2011) - *Eduardo Luiz Barros Barbosa*

(2011-2014) - *Aracy Maria da Silva Lêdo*

PALAVRA DOS PRESIDENTES

GESTÃO 1963 - 1965

**PRESIDENTE: ANTÔNIO CLEMENTE FILHO
NATURAL DE SÃO PAULO**

“Co-fundador e tendo sido eleito para ocupar o cargo de primeiro Presidente da Federação Nacional das APAEs então com sede em São Paulo e na ocasião docente da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), valeu-me a boa disposição do Excelentíssimo Ministro da Educação, que intercedeu por mim junto a Reitoria da Universidade, permitindo-me cuidar dos assuntos da Federação Nacional das APAEs.

A Federação Nacional das APAEs se desenvolveu nos últimos vinte anos na medida em que mais Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais se constituíram, ultrapassando mais de duas mil APAEs espalhadas pelo Brasil, lutando para poderem oferecer às crianças deficientes mentais, os meios para se integrarem na comunidade e poderem, como as outras crianças, se desenvolverem e tornarem-se cidadãos prestantes, muitas vezes autônomos e por vezes arrimo da família.”

GESTÃO 1967 - 1977

**PRESIDENTE: JOSÉ CÂNDIDO
MAES BORBA (IN MEMORIAM)
NATURAL DO RIO DE JANEIRO**

“A minha relação com o Movimento, antes de assumir a Presidência da Federação Nacional das APAEs, vem desde o ano de 1.954, por ocasião da fundação da APAE Guanabara (hoje APAE Rio) a primeira a surgir em nosso país e que deu início ao Movimento Apaeano no Brasil.

Como sempre observamos, as comunidades, em geral, solicitavam o nosso apoio para que nelas fossem criadas uma APAE. Isto significa que a filosofia do nosso trabalho, a honestidade com que são desenvolvidos os nossos Programas e executados através de um idealismo unísono de norte ao sul do país, lhes conferia uma certeza para a solução do problema de atendimento ao excepcional.

Até setembro de 1.972 existiam 108 APAEs filiadas e foi em 1.973 que o Movimento tomou um grande impulso. Em 1.979 as APAEs já estavam 100% filiadas e, a partir daí, o número delas aumentou de uma maneira surpreendente. Foi adotada a orientação de que as reuniões da Diretoria seriam rotativas, encarando-se a necessidade de se levar às várias regiões do país, a conscientização de que isto, na realidade, representa um Movimento nacional, procurando-se trabalhar uma unidade de doutrina, da filosofia, em fim, dar às Associações uma mesma diretriz, dentro da política por elas mesmas traçadas. A Federação teve que se estruturar para atender os objetivos das APAEs, nascendo vários eventos como as Olimpíadas, Exposição de Artes e os Congressos, sendo que no V Congresso Nacional das APAEs realizado no Rio de Janeiro em 1971, esteve presente o Presidente da República Emílio Garrastazu Médice.

A partir de 1977 a Federação promove a Exposição de Artes juntamente com o Congresso Nacional, sendo expostos os vinte melhores trabalhos selecionados em exposições estaduais. A primeira foi realizada em Teresina/PI e a segunda em Florianópolis/SC. Durante esses anos, a Federação se fazia representar em eventos nacionais e internacionais, discutiu diretamente com os Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde, do Trabalho, da Previdência Social e da Justiça os problemas relacionados com

20 anos da Federação Nacional das Apaes

1.a Reunião Nacional das Apaes

As 19h30 do dia 10 de novembro de 1962, realizou-se a reunião dos delegados das APAEs, para debaterem sobre a organização da Federação ou Conselho Nacional das APAEs. Acreditavam-se presentes 12 APAEs, que se fizeram representar por seus Presidentes ou delegados na votação.

Presidiu a sessão o Presidente da Comissão Organizadora da 1ª Reunião Nacional das APAEs, Dr. Sílvio Krynski, fazendo parte da mesa o sr. Gilberto Pennado da Silva Telles, presidente da APAE de São Paulo, e sr. Maria Lúcia V. Vieira Machado, secretária-adjunta da Reunião.

Não estando presente o Dr. Acácia Werneck, relator do tema de São Paulo, defendeu a proposta apresentada o Dr. Antônio Clemente Filho. Como correlator do tema do Rio de Janeiro, interveio o Dr. Marcelo da Silva Júnior.

Foram os seguintes representantes das APAEs que participaram dos trabalhos: Curitiba: sr. Cham Israel Jugend; Jundiaí: sr. Guilherme

Enfildi, Londrina: Profº Casali Y. Ushara; Maracá: Profº Leopoldina Netto; Natal: sr. Mílton Chaves; Porto Alegre: Profº Laiza Rousselet; Recife: Prof. Antônio S. Paqueta; Rio de Janeiro: Almirante Henry B. Meyer; São Leopoldo: sr. Thelmo Igácio Schilling; São Paulo: sr. Gilberto Pennado da Silva Telles; Volta Redonda: Dr. Pedro Jazmowich.

Acreditavam-se presentes grande número de pessoas, mas somente o Presidente de cada Associação e dois Assesores tiveram direito ao

Para da esquerda, todos os membros dirigentes da Federação e os ex-presidentes: Antônio Figueria e José V. Batista; Maria Borka.

Uma Mesa Comemorativa, Espírito S. Paulo, comemorando Brasília, Df.

Reunião Nacional de Organização de Profºs/Organizadores do Serviço Lince.

14 MENSAGENS DA APAE

os excepcionais, com as Entidades, principalmente para obtenção de recursos físicos, materiais, financeiros necessários ao desenvolvimento do trabalho que elas executam. Da mesma forma e com o mesmo objetivo, com Governadores e Secretários de vários Estados, bem como, com dirigentes de serviços de educação especial e prestou colaboração aos Poderes Legislativos nos seus interesses de propiciarem medidas legais de amparo ao excepcional.



O nosso Movimento Apaeano cresce e se expande cada vez em maior intensidade e, com ele cresce também, a responsabilidade e o trabalho. Por isso é imprescindível que todos se integrem a Federação Nacional das APAEs e por ela lutem, porque dessa união de esforço, nesse espírito de unidade que nos caracteriza, está a grande força e o grande prestígio do nosso Movimento e das nossas APAEs.”

GESTÃO 1977 - 1981
PRESIDENTE: JUSTINO ALVES PEREIRA
NATURAL DE MINAS GERAIS

Nestes 50 anos de atividades do Movimento Apaeano, “iniciando como alguém que andasse na escuridão de um grande túnel, iluminando-o com uma pequena vela, até atingir-se, como ocorreu à plenitude do reconhecimento Comunitário e Governamental de hoje, quanto à prevenção e ao atendimento multidisciplinar de habilitação para vida plena da Pessoa Deficiente, quanto às suas características mentais, físicas e sensoriais, tão bem caracterizadas por S. João Maria de Vianey, pelo Aleijadinho e pelo Presidente Roosevelt, por Beethoven e por Helen Keller, culminando com a lei da CORDE, que eu chamo de Lei da Abolição da Escravatura do Deficiente, graças aos Presidentes Tancredo Neves e José

Sarney, bem como, o Decreto que a regulamentou 3298/99, devido ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, somando-se a esse intenso trabalho, os bens materiais adquiridos como as sedes anterior e atual da Federação Nacional das APAEs.

Não trocamos nosso filho excepcional por nenhuma fortuna deste mundo, mas daríamos toda a fortuna do mundo para evitar que alguém tenha um filho

excepcional e para que, caso o tenha, não sinta as limitações legais e sociais que sentimos até hoje.”

GESTÃO 1981 - 1987
PRESIDENTE: ELPÍDIO ARAÚJO NERIS
NATURAL DO PIAUÍ

“No ano de 1981 foi realizada a primeira campanha promocional da FENAPAEs, patrocinada pelo Cine Foto Júnior de São Paulo, com o apoio da FIESP. Em 1982 foi quitada, antecipadamente, o financiamento da atual sede da FENAPAEs e realizada uma campanha nacional, cujos resultados significativos, marcaram o início da independência econômica do Movimento Apaeano. Os recursos arrecadados foram distribuídos entre as 300 APAEs filiadas. Em 1983 na Abertura do Congresso Nacional em Fortaleza/CE, fui reeleito e foi lançado o desafio ao Governo Federal para a criação de um organismo formador da política de integração da pessoa portadora de deficiência e, ao mesmo tempo, coordenador das ações do Governo e de auxílio às entidades. Como resposta a esse desafio, foi criado o Comitê Governamental do qual participei e que estudou e sugeriu a criação da CORDE e de seu Conselho Consultivo hoje CONADE. A Federação foi membro do Conselho da Liga Internacional de Associações pró Deficientes Mentais, hoje Inclusão Internacional, e nessa condição participou de suas reuniões, congressos, seminários e encontros em vários países da América, Europa, Ásia e África. Juntamente com a APAE de Niterói, a Federação Nacional organizou, realizou e presidiu o 9º Congresso Mundial da Liga Internacional que foi realizado no Brasil em 1986, Hotel Nacional na cidade do Rio de Janeiro, o único sediado na América do Sul.”

GESTÃO 1987 - 1991 **PRESIDENTE: NELSON DE CARVALHO SEIXAS** **NATURAL DE SÃO PAULO**

“Ao tomar conhecimento da existência do Movimento Apaeano, interessei-me na fundação de uma unidade na minha cidade São José do Rio Preto /SP, que aconteceu em 22 de maio de 1964, movido também pela condição de pai de dois filhos portadores de deficiência mental, nascidos respectivamente em 1956 e 1960, iniciando-se assim a minha relação com o Movimento das APAEs. Antes de assumir a Presidência da Federação Nacional das APAEs, participei ativamente das suas ações, incentivando e colaborando na criação e organização de numerosas APAEs na Região Oeste e em outras Regiões do Estado de São Paulo e nos Estados circunvizinhos (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul) e vários encontros e reuniões no Estado de São Paulo e Região Sul, para troca de experiências, sendo que nessa época havia poucos técnicos na área (professores e alguns psicólogos), pouca literatura e escassez de material pedagógico.

Já como Presidente da Federação Nacional das APAEs, participei como parlamentar da Constituinte, conseguindo inserir na Carta Magna de 1988 vários dispositivos em benefício das pessoas portadoras de deficiência, além de conseguir que as APAEs participassem dos colegiados, fazer parte do Conselho Nacional da Saúde, indicar a Coordenadora da CORDE e de outras numerosas ações que fortaleceram a unidade apaeana e a sua expansão pelo Brasil. Já tive oportunidade de afirmar e reafirmar que, se o nosso Movimento não existisse, teria que ser inventado, pois centrando na pessoa com deficiência mental, oferecendo-lhe

um atendimento multidisciplinar, apoia a sua família, orienta a comunidade, conseguindo de todos uma participação essencial para o êxito do trabalho. Assim, é que serve de exemplo para outros segmentos sociais, como é os de distúrbios mentais. Tive sempre a preocupação em fazer com que as várias comunidades se conscientizem frente à problemática, assumissem sua parcela de responsabilidade e, assim crescendo o Movimento Apaeano, viesse a adquirir a força e a expressão que tem hoje no País e no Mundo.”

GESTÃO 1991 - 1995 E 1999 - 2001 **PRESIDENTE: FLÁVIO JOSÉ ARNS** **NATURAL DO PARANÁ**

“Entre os anos de 1991 a 1995 e 1999 a 2001, tive a honra de presidir a Federação Nacional das APAEs. Foram momentos de grandes desafios e também conquistas importantes para o Movimento Apaeano, como a luta constante para expandir a presença das APAEs em mais municípios brasileiros e para a formação de diretoria das entidades, professores e técnicos. Nesta caminhada, tivemos a oportunidade de vivenciar experiências importantes, como a consolidação de reforma estatutária nos seus quatro níveis: APAEs em seus municípios, Delegacias Regionais dentro dos Estados, Federações Estaduais e Federação Nacional. Batalhamos também pela viabilização de eventos realizados pela Federação Nacional, como os Congressos Nacionais, Olimpíadas, 1º Festival Nacional Nossa Arte, 1ª versão do sorteio APAE Noel, 1º Fórum Nacional de Autodefensores, bem como a implantação do Programa APAE Educadora. O Movimento das APAEs, ou Movimento Apaeano, é considerado o maior do mundo na luta em defesa



dos direitos das pessoas com deficiência mental. Hoje, somos mais de 2.000 APAEs em todo o país, resultado da conscientização de pais e amigos que foram encontrando seu verdadeiro caminho e expandindo suas associações por todo o território nacional. A importância do Movimento está no trabalho voltado para a busca da qualidade de vida do portador de deficiência, desde a sua concepção até a velhice, através da prestação de serviços de qualidade. O Movimento é importante para a inclusão social da pessoa com deficiência mental e apoio à sua família, por meio de um esforço coordenado dos pais, profissionais, amigos e da própria pessoa portadora de deficiência.”

GESTÃO 1995 - 1999 // 2006 - 2011
PRESIDENTE: EDUARDO LUIZ
BARROS BARBOSA
NATURAL DE MINAS GERAIS

Sinto-me privilegiado por ter presidido a Federação Nacional das APAEs por 4 anos. Orgulho por perceber que as transformações acontecem quando existe a mobilização de pessoas de boa vontade e, ao conhecê-las de perto, sentir aguçar-se a esperança que nos impulsiona para a construção de um mundo melhor para todos, sejam suas necessidades comuns ou especiais. Orgulho pela oportunidade de representar as APAEs em diversas instâncias, promover a filiação de 402 novas entidades e ter me aprimorado a partir de tantas e ricas experiências pessoais com nossos companheiros, pais e alunos. Por ter vivido tudo isso e ter as mãos estendidas, com fé no ser humano e a convicção de poder servir de apoio à pessoas tão numerosas. E, se elas ainda não tiveram atingido o estágio de dignidade, que eu

possa dedicar-me, inteiramente, à sua felicidade. Aprendi que sem esse gesto ninguém aprende a caminhar. Acredito que a causa APAEana personifica desde o seu início, a coragem necessária para se enfrentar problemas, compreendendo que o seu papel social significa a possibilidade de solução para todos aqueles que chegam até nós. O nosso Movimento é a experiência viva de que a opção pelo outro ainda é viável. Uma expressão autêntica de cidadania influenciando, através do exemplo institucional e atuação comunitária, nas diretrizes das políticas públicas oferecidas aos menos favorecidos.”

GESTÃO 2001 - 2005
PRESIDENTE: LUIZ ALBERTO SILVA
NATURAL DE SANTA CATARINA

“Como cidadão sinto-me privilegiado pela oportunidade de ser Presidente da Federação Nacional das APAEs. É um exercício diário de aquisição de conhecimentos, de valorização da vida, de responsabilidade social, de desafios, de tomadas de decisões, de aglutinações de experiências absorvidas pelo trabalho compartilhado com companheiros Apaeanos, tendo como objetivos primordiais: os direitos da pessoa com deficiência mental, o aprimoramento e o fortalecimento do Movimento das APAEs. É um aprendizado! É um marco na história da minha vida, poder trabalhar por uma causa tão nobre. O Movimento das APAEs, organização reconhecida nacionalmente, se destaca pelos serviços destinados à valorização humana, voltados especificamente à pessoa com deficiência mental, às suas famílias e comunidades.

Nesta caminhada sempre tivemos as indispensáveis parcerias da sociedade brasileira e dos Governos

Federal/Estadual/Municipal para o cumprimento da missão das APAEs.”

GESTÃO 2012 - 2014
PRESIDENTE: ARACY MARIA DA SILVA LÊDO
NATURAL DO RIO GRANDE DO SUL

“Presidir uma instituição que completa neste ano 60 anos de existência não é apenas uma honra mas um grau de responsabilidade equivalente a sua história de vida.

Cumpre-nos portanto, fazer a releitura do momento dando destaque a importância do 3º setor oferecendo gestão de qualidade, capacitação e expertise visto que a causa que abraçamos nos leva constantemente a não esquecermos de que fazemos a defesa dos direitos das Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. Inclui-se a isto a inclusão social e a dignidade do cidadão Apaeano.”

A todos os partícipes desta gloriosa construção, respeitosamente.

Aracy Lêdo ■

Diretoria e Conselho atual





Cursos online EAD

Você já conhece a Uniapae?

A Uniapae foi criada para capacitar você, colaborador e amigo da Rede Apae. São cursos online com os mais variados temas sobre a deficiência intelectual e múltipla e também acerca da gestão das entidades sem fins lucrativos.

Conheça nossos cursos:

- Autismo TEACCH
- Pós Graduação Lato Sensu em Autismo
- Deficiência Intelectual: Diagnóstico, Classificação e Paradigmas de Apoio
- Brinquedoteca e o Desenvolvimento da Pessoa com Deficiência
- Elaboração de Projetos e Convênios / Prestação de Contas do Portal SICONV;
- Gestão Administrativa e Financeira das Entidades e muito mais!!



100% online



Suporte de Professores



Horário livre e acesso ilimitado



Fóruns de discussão e chats



Certificado de Conclusão

Acesse agora e inscreva-se: cursos.uniapae.org.br

Descontos especiais
para grupos de alunos.

Maiores informações:
(61) 3224-9922



facebook.com/uniapae

Curta nossa página e participe dos nossos sorteios

Email:

secretariauniapae@apaebrasil.org.br



Um projeto da:



The background is a vibrant green with abstract, flowing lines and patterns. On the left, there are concentric, curved lines that resemble a ripple or a fan. On the right, there are large, sweeping, curved bands of varying shades of green. In the center, there is a dark green rectangular area containing the text. The overall aesthetic is modern and dynamic.

DEPOIMENTOS HISTÓRICOS



JOLINDA GARCIA DOS SANTOS CLEMENTE

A FORÇA DE UMA HISTÓRIA

Muitas pessoas falam que fui predestinada, porque sem a minha história com meu filho Zequinha, a APAE DE SÃO PAULO não existiria. Acredito que não seja exatamente assim. Realmente, foi a busca por oferecer uma vivência digna para meu filho que me permitiu, sem querer, fazer também pelos outros, abranger outras pessoas que viviam realidade semelhante à minha. Hoje, olho para trás e vejo que construímos uma história muito bonita, feita com trabalho, com luta e também muito amor.

Antigamente, ter um filho com Deficiência Intelectual, para muitas pessoas, era uma vergonha, desarticulava as famílias e quase sempre excluía a criança do convívio social. Mas, foi a obstinação de quatro casais com filhos com Deficiência Intelectual que perceberam que o desconhecimento, o preconceito e a omissão eram as verdadeiras deficiências de nosso mundo.

Lembro que quando era menina, perto da casa de uma tia minha, havia um rapaz que era “bobo”, era assim que se referiam a ele. E fazíamos troça, brincadeiras com ele... eu nunca podia imaginar que teria um filho como aquele rapaz, e que esse fato mudaria a minha vida e a da tanta gente que ainda não conhecia.

Quando recebi a notícia da deficiência de meu filho, não fiz disso um problema. Minha reação foi: “Ele não vai estudar?”. Eu acreditava que estudo era o máximo que alguém podia ter na vida...” somente depois, quando vi algumas portas se fecharem para ele, comecei uma peregrinação por São Paulo e o que via era uma situação desagradável e uma maneira equivocada de lidar com crianças como o meu Zequinha.

Era preciso romper este ciclo de desconhecimento e de falta de perspectivas. Era preciso que o mundo

ajustasse os ponteiros com a evolução e atinasse com a verdade de que toda vida merece respeito.

E foi assim que tudo começou: com o anseio de pais que se uniram preocupados em oferecer uma vivência digna para seus filhos, procurando soluções para os problemas que enfrentavam. Essas pessoas com quem tive a oportunidade de conviver e realizar sonhos, acabaram por transformar positivamente a sociedade.

Nesse tempo, muita coisa mudou. Quando fundamos a APAE DE SÃO PAULO, lembro-me que na época veio um senhor do Nordeste que disse assim: “Saio contente, porque cheguei aqui com um filho retardado mental, deficiente, e saio daqui com um filho excepcional!”.

Tudo o que eu fiz talvez fosse uma forma de sublimar, superar e dividir a dor e os desafios com outros e fazer disso uma bandeira. Hoje, sinto-me feliz e é uma aleluia perceber que isso tudo serviu para alguma coisa, vejo que valeu a pena a luta, o quanto caminhamos e conquistamos com a APAE DE SÃO PAULO, sempre com a esperança de que o futuro será ainda melhor. ■

Senhora Jô Clemente, Fundadora da APAE - SP



MARIA AMÉLIA VAMPRÉ XAVIER

INFORMAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DAS APAEs COMPLETAM-SE 60 ANOS EM 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Em 11 de dezembro de 2014 o dinâmico Movimento das APAEs, no Brasil, completará sessenta anos de contínuo trabalho, sempre ascendente, em prol de pessoas com deficiência intelectual e suas famílias, reunidas nas 2.137 APAEs presentemente existentes em nosso país.

O surgimento da primeira APAE do Brasil, a APAE do Rio de Janeiro, fundada em 11 de dezembro de 1954, graças ao esforço pessoal de uma mãe americana, Beatrice Bemis, que morava naquele ano no Rio de Janeiro, acompanhando seu marido, Robert, que fazia parte do corpo diplomático que representava, então, os Estados Unidos em nosso país, foi um divisor de águas. Nunca mais, a partir do surgimento dessa primeira APAE brasileira, as crianças com deficiência intelectual, como se diz hoje, ou crianças retardadas mentais, depois conhecidas como “excepcionais”, (termo inclusive que colhemos em organizações irmãs do exterior, Estados Unidos por exemplo), permaneceriam completamente invisíveis dentro das comunidades em que viviam.

Até então, salvo esforços de alguns grupos de professores, entristecidos com a presença em suas classes da rede pública de crianças, ditas retardadas mentais, ou “fracas da idéia” ou termos outros que rotulavam essas crianças brasileiras, completamente esquecidas da ação dos Poder Público, essas pessoas em grande maioria eram conservadas em casa, frequentemente nalguma propriedade rural da família, longe dos olhares de todos, porque a presença de uma criança “retardada” na família representava uma nódoa, uma desgraça tão terrível que as famílias, com medo de se verem estigmatizadas com a presença

desse ser humano com tantas imperfeições, preferiam ignorá-las, mandá-las para longe. Existiam até casos de irmãos que ignoravam que tinham um irmão ou irmã que morava longe de casa, nas poucas instituições que existiam na época, porque saber que tinham um irmão ou irmã nessas condições iria inferiorizar esse irmão ou irmã, dificultar suas relações sociais e, eventualmente, suas possibilidades de casamento, tão grave era o fardo que as famílias tinham de carregar pela vida, escondendo assim um de seus mais vergonhosos fatos, pois era assim aquela época, as famílias não tinham como fugir ao estigma que as marcava.

Deve-se, pois, às primeiras APAEs que o Brasil teve, e que foram as APAEs do Rio de Janeiro, fundada em 11 de dezembro de 1954, a seguir a APAE de Jundiá, no Estado de São Paulo, em 1957, e a APAE de São Paulo, que, após uma reunião inicial em junho de 1960, com quatro casais:

Alda e Olímpio Estrázulas, Gilberto e Ruth da Silva Telles, Bella e Acácio Werneck, bem como o jornalista Samuel Santos e sua esposa Nancy, começou a procurar pessoas que não conheciam, que tivessem filhos pequenos com deficiência mental, convocando os pais dessas crianças com deficiência pelos meios de divulgação existentes na época, principalmente jornais.

Os quatro casais mencionados acima foram a célula mater da fundação da APAE de São Paulo. Após essa primeira reunião fundamental ocorrida em junho de 1960 em São Paulo, outros pais, como dissemos acima, convocados a maioria pela imprensa da época, se aproximaram uns dos outros na sede da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para discutir os meios de fundar, oficialmente, em São Paulo, a maior cidade do país, uma entidade que unisse pais e outros familiares de crianças com deficiências, para que, famílias com problemas semelhantes, pudessem se fortalecer na luta em prol dos direitos desses filhos

que haviam nascido com problemas praticamente inaceitáveis socialmente naquela época.

É preciso afirmar que nos anos 50 e começo dos anos 60, não havia em nós - o grupo de pais convocado pela imprensa escrita, pois a imprensa televisiva ainda engatinhava, - a idéia de criar programas para nossos filhos quando tivessem chegado à idade adulta. Era voz corrente que essas crianças morreriam, (e acabavam morrendo mesmo) quando chegassem à adolescência, pois nasciam com graves problemas de saúde que a ciência médica, da época, não conseguia curar. Tínhamos a sensação, estamos falando dos pais da APAE de São Paulo que meu marido e nós mesmas ajudamos a fundar, de que o nosso sofrimento de ter um filho atípico, coisa que nos causava profunda dor, seria por um certo número de anos e depois, pela força das deficiências desse filho, ele acabaria por desaparecer.

Não nos preocupava, pois, o futuro porque ele não existia nem em nossa imaginação; o que existia era o desejo intenso de proteger nossos filhos, então pequenos, fazer com que fossem aceitos pelas pessoas que os conheciam; queríamos que fizessem algum curso de desenvolvimento pessoal, adaptado às condições físicas e mentais de cada um. Agora, pensar em nossos filhos quando fossem adultos, isso nem nos passava pela idéia naqueles primeiros anos.

A ênfase era tão grande na questão - crianças retardadas mentais - e isso ocorria não só no Brasil mas em todo o mundo, que lembramos de ter assistido a um filme na época, parece-nos que um filme canadense, intitulado ETERNAL CHILDREN, (Crianças eternas), como a marcar o fato de que nosso problema eram crianças mais atrasadas que as crianças normais, e o que deveríamos fazer para que melhorassem; não havia preocupação em torno da problemática da deficiência mental em si naqueles primeiros tempos, e

como deveríamos agir para solucionar as dificuldades que a criança que tinha deficiência teria de enfrentar.

Uma das maiores e mais importantes entidades de famílias como as nossas, que surgiu naqueles anos, foi a NARC - National Association for Retarded Children, sediada em Nova York, Estados Unidos, que, como se percebe, tinha a palavra "children" caracterizando seu trabalho. Anos depois, com a evolução do Movimento em toda parte visando incluir adolescentes e jovens adultos, a entidade norte americana passou a ter o nome de ARC, que conserva até hoje, The Arc-Association for Retarded Citizens, o vocábulo "citizens" (cidadãos) substituindo "crianças" que não tinha mais razão de continuar a figurar no título da entidade.

Além de fundarmos com nosso marido, Cláudio, e uma vintena aproximada de outros casais, a APAE de São Paulo, após reuniões semanais à tarde na sede da PUC de São Paulo, à rua Monte Alegre, bairro das Perdizes em São Paulo, passamos a contar com o apoio da Clínica de Psicologia da PUC - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, através de sua diretora, a psicóloga Ana Maria Poppovic, clínica psicológica que hoje tem o seu nome, professor Enio Azzi e muitos outros profissionais prestigiosos, que mesmo fora da PUC, em toda parte, viram com prazer surgir uma organização que se propunha trabalhar honestamente pelos direitos de existir e de estudar de seus filhos com deficiência intelectual como se diz hoje no mundo todo.

Fizemos, pessoalmente, parte da primeira Diretoria eleita para a APAE de São Paulo em 1961 e foi aí que estreitamos laços com uma grande mãe paulistana, Alda Moreira Estrázulas, que nos convocou (somos secretária bilingue em inglês português formada no Mackenzie em 1943 e, na opinião de Alda, que conhecia muito bem inglês e falava alemão com perfeição) sabíamos escrever cartas em outras línguas



e poderíamos pedir revistas, livros, o que houvesse em outros países que pudessem nos ajudar a saber o que esses outros países estavam fazendo, e de que forma poderíamos aproveitar no Brasil os conhecimentos que nos chegassem.

Foi devido a essa iniciativa de Alda Moreira Estrázulas, com a nossa colaboração pessoal, que em 1962 estabelecemos o que chamávamos vaidosamente – Bureau Internacional – e começamos a escrever ao exterior, pedindo material informativo que foi nos chegando, pouco a pouco, e que hoje constitui um patrimônio da excelente Biblioteca da APAE de São Paulo e tem servido para que, através de quase 60 anos, pudéssemos informar sobre deficiência mental, hoje intelectual, a pais, irmãos, profissionais da área de deficiências, membros do Poder Legislativo e outros no Brasil e em muitos países do mundo.

Lembramos com alegria que nosso primeiro contato com uma das mães de pessoa deficiente mental que queriam fundar uma APAE na cidade de São Paulo foi com a companheira Ruth da Silva Telles, mãe de Henrique. Ruth foi logo me entregando um calhamaço de não sei quantas páginas escrito em inglês me dizendo: “Maria Amélia você que é secretária bilíngüe pode começar a ajudar a futura APAE que vamos fundar traduzindo esse documento inteiro, sem faltar uma página. Eram informações preciosas, dicas de como fazer funcionar uma APAE, tudo isso em mais de 200 páginas com letra bem miudinha!

Não ficamos com medo da responsabilidade, ao contrário, viemos para nossa casa, sentamo-nos à mesa que tinha nossa velha máquina de escrever Olivetti, uma preciosidade para a época, e começamos a traduzir o texto como Ruth nos pedira. Isso quer dizer que mesmo antes de ser fundada uma das primeiras APAEs do Brasil tínhamos sido convocadas para um trabalho árduo mas profundamente desafiador, que

nos ensinava o ABC de como deveríamos funcionar para ajudar nossos filhos pequenos nascidos com deficiência mental e, em muitos casos, como em nosso caso pessoal, deficiências múltiplas.

A APAE de São Paulo começou a funcionar como entidade devidamente registrada, isto é, legalizada, em 4 de abril de 1961, em pleno governo do então Presidente Jânio Quadros que meses mais tarde causaria grande impacto na população brasileira ao renunciar ao cargo de Presidente da República para o qual fora eleito com surpreendente votação naquela época: 6 milhões de votos.

Os primeiros meses de 1961 foram cheios de trabalho para nós da diretoria da APAE de São Paulo, recém fundada, e o país todo acompanhava a curiosa forma de governar do novo Presidente, Jânio Quadros, que adotou logo de cara em Brasília um uniforme típico, pondo de lado o terno tradicional dos políticos da época.

Logo nas primeiras reuniões que fizemos em 1961, Alda Moreira Estrázulas, sempre muito inteligente, envolvida como estava de corpo e alma na causa que abraçara, a defesa de crianças com deficiência mental, colocou em pauta o fato de que, em sua opinião, deveríamos na APAE de São Paulo comemorar como já fizera no ano anterior a APAE do Rio de Janeiro a chamada Semana da Criança Retardada, pois era uma forma pública de mostrar que surgira no país um movimento de pais, amigos e voluntários de crianças com dificuldades intelectuais, que esse Movimento tendia a crescer, e que precisávamos, todos, utilizar formas de divulgar a causa que havíamos abraçado, as primeiras APAEs do Brasil.

A idéia de Alda Moreira Estrázulas foi bem recebida e incorporada em nosso programa e, assim, escrevemos às poucas escolas especiais para crianças retardadas (como se dizia) existentes naquele ano para fazermos

uma demonstração do trabalho que se realizava nesta cidade em prol de crianças como nossos filhos, mostrando material pedagógico especializado, coisas simples da época, materiais de colagem, pintura etc. O Serviço de Higiene Mental Escolar da Secretaria Estadual da Educação, que também existia, se juntou a nosso esforço, já que mantinham à rua Major Diogo, na Capital, um semi-internato mantido pelo governo do Estado, cujas despesas eram custeadas também por desfiles de moda, etc. realizados por professores especializados que ali trabalhavam.

Já tínhamos algum prestígio na cidade porque médicos, psicólogos, assistentes sociais que existiam em pequeno número, toda a classe intelectual e universitária de São Paulo, simpatizara com a idéia da formação de uma associação de pais com o nobre propósito de tirar do esquecimento total crianças que eram tão brasileiras quanto todas as outras mas que, infelizmente, por razões variadas, traumatismos durante o parto, partos prolongados ou rápidos demais, principalmente falta de atendimento adequado a mulheres grávidas e no momento do parto, terminavam por ter lesões cerebrais que as impediriam de viver vida normal durante o resto de suas vidas.

Foi com base na simpatia que o nome 'APAE' já começava a despertar que conseguimos falando com o Juiz de Menores da época que a diretoria da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, famosa por ter tido entre seus alunos grandes personalidades como o poeta Castro Alves e tantos outros, permitisse que usássemos o recanto das Arcadas, no recinto da Faculdade de Direito para colocar ali as diversas barraquinhas que continham informações e material pedagógico das poucas escolas dedicadas a crianças deficientes mentais.

Estava tudo correndo bem, as barracas recebiam muitas visitas quando no dia 25 de agosto de 1961,

dia do Soldado, o presidente Jânio Quadros, em que tantos de nós havíamos depositado a maior confiança, renunciou inopinadamente à Presidência da República alegando que “forças poderosas se levantavam contra ele e o impediam de continuar dirigindo o país.”

A exposição das escolas e do material didático especializado das mesmas ficara sob a responsabilidade de ninguém mais do que Alda Moreira Estrázulas e foi esse um dia de profunda preocupação de parte de todos nós, companheiros de Alda, receosos de que os estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que eram muito politizados naqueles tempos e faziam sempre muitas manifestações de rua, ao tomarem conhecimento da nova situação do país pudessem por em risco a segurança das professoras e do material escolar ali exposto com melhor das intenções, pegos como fomos inteiramente de surpresa pela decisão do Presidente, muito estimado de maneira geral, mas uma pessoa com certeza de temperamento difícil de compreender.

Felizmente, aquele dia passou sem transtornos para as escolas, o que muito nos aliviou e prosseguimos em nossa tarefa de construir a nova APAE com os recursos que nos restavam.

Lembramos que naqueles primeiros anos da década de sessenta, as primeiras damas do governo de São Paulo que se sucederam foram sempre, interessante, marcadamente apoiadoras do Movimento das APAEs, então engatinhando. Cito, com carinho, a dra. Alaíde Quércia, esposa do governador Orestes Quércia, que chamava muito d. Alda em Palácio para discutir eventos das APAEs que começavam a pipocar em todo o Estado de São Paulo. Também d. Ika Fleury, esposa do governador Fleury, anos mais tarde, também mostrou muito interesse por crianças como as nossas com deficiência mental. Entre essas primeiras damas destaco d. Lucy Montoro, esposa do governador André Franco Montoro, que, sendo pessoa



de grande sensibilidade, deu grande apoio a iniciativas oriundas da APAE de São Paulo.

Nos dias atuais existe a Rede Lucy Montoro, estabelecida pela excelente secretária do Estado de São Paulo a Secretaria de Direitos das Pessoas com Deficiência, que, instalada há seis anos portanto em 2008 pelo governador Geraldo Alckmin, teve como Secretária de Estado desde o início, a dra. Linamara Battistella, professora titular de Fisiatria na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que vem fazendo um trabalho magnífico de expansão de serviços que beneficiam pessoas com deficiências no Estado de São Paulo, com repercussões internacionais pois obteve entre outras coisas autorização para traduzir para o português o alentado volume sobre “Deficiências” composto por especialistas da Organização Mundial da Saúde recentemente.

Em 1961 com o surgimento de novas APAEs em muitos lugares surgiu a idéia de que fosse formada uma organização de nível nacional, que coordenasse as atividades de nossas APAEs em pleno florescimento. Houve muitas reuniões em São Paulo, das quais me lembro bem, principalmente com o pessoal da APAE do Rio de Janeiro, nossa decana, e como sempre acontece houve divergências de opinião, uma parte dos representantes de APAEs presentes era a favor da criação de uma entidade nacional, uma Federação de APAEs que cobrisse todo o território nacional, enquanto o pessoal do Rio achava melhor que existisse apenas um Conselho inicial para dar curso aos trabalhos projetados.

Acabou vencendo o grupo liderado pela APAE de São Paulo e graças ao esforço do dr. Antonio Clemente Filho, de São Paulo, foi ele escolhido para ser o primeiro presidente da nova Federação, com a colaboração muito próxima do dr. Stanislau Krynski, também ligado à APAE de São Paulo. Foi assim que em 10 de novembro

de 1962 foi oficialmente fundada a Federação Nacional das APAEs, em sessão solene realizada na sede da Associação Paulista de Medicina, à avenida Brigadeiro Luiz Antonio em São Paulo, à qual estive presente.

Foi acertada a decisão de se fundar uma Federação Nacional para acolher e dar dimensionamento às muitas outras entidades irmãs que começaram a surgir em muitos estados com especial ênfase para os estados do sul do país, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, por serem as regiões do país que tinham maior progresso social naqueles tempos porque, nos dias atuais, nota-se grande desenvolvimento dos estados do nordeste brasileiro e, conseqüentemente, um número grande de APAEs vem se agregando às entidades já existentes.

É a nosso ver natural que a APAE que conhecemos melhor desde sua fundação, a da capital do Estado de São Paulo tenha se destacado logo nos primeiros anos, exatamente por ser localizada na maior cidade brasileira, então e ainda hoje, pois contamos em nossa cidade com mais de 12 milhões de habitantes sem contar a Grande São Paulo que, ao todo, deve ter mais de 20 milhões de habitantes, em todo o estado de São Paulo quarenta e tantos milhões de paulistas..

Logo depois de fundada a APAE de São Paulo, em 1960, e composta a primeira diretoria, vimo-nos forçados nos anos subseqüentes a encontrar uma sede ainda que provisória para a nova APAE, o que trouxe grandes dificuldades. O nome APAE não era no começo dos anos sessenta conhecido e altamente respeitado como é hoje em todo o Brasil e houve dificuldade dos diretores de então de conseguir alugar um modesto sobrado, situado à rua Martiniano de Carvalho, 360, perto da avenida Brigadeiro Luiz Antonio, nas proximidades da avenida Paulista e junto à Basílica de Nossa Senhora do Carmo, na mesma rua, igreja famosa pelos muitos e luxuosos casamentos que ali se realizavam naquele

tempo. Que disseram os donos do imóvel que queríamos alugar? Que não conheciam o significado do nome APAE, não tinham idéia do que fossem “crianças excepcionais” como então se dizia e, portanto, o risco de alugarem um imóvel para a nova organização era muito grande.

Ficamos, em São Paulo, devendo mais esse serviço ao marido de Alda Moreira Estrázulas, o médico dr. Olympio Estrázulas que, prontamente, sendo homem de posses, ofereceu-se para ser fiador da APAE, o que resolveu a situação complicada em que nos encontrávamos pelo menos enquanto não encontrávamos uma sede definitiva.

Foi assim nos primeiros anos da APAE, uma entidade tentando colocar-se junto à sociedade. Foi aí que d. Jô Clemente, que tinha um filho, o Zeca, com síndrome de Down e era esposa do dr. Antonio Clemente, pensou em fazer um evento que fosse de fato relevante, que mobilizasse as forças econômicas da sociedade paulistana, e reuniu pessoas de relevo na sociedade de então e falou a elas de sua idéia de reproduzir em São Paulo o grande acontecimento anual do Rio de Janeiro que era a Feira da Providência, uma iniciativa, acreditamos, de d. Helder Câmara e seus seguidores.

A esse evento anual, que durou alguns anos e teve muita repercussão na capital de São Paulo, foi dado o nome de FEIRA DA BONDADE, e incluía a participação de muitos consulados como da Armênia, Grécia, Israel, entre os países menos conhecidos e, claro, os países que todos conheciam como Espanha, França, Itália e outros, que ofertavam produtos de seus países para serem vendidos na Feira, o que era um enorme atrativo considerando que naquela época – anos de ditadura – eram proibidas importações de muitos lugares. Isso atraía um enorme contingente de pessoas das mais variadas camadas sociais à FEIRA DA BONDADE, e permitiu que em 4 anos de existência se pudesse planejar e construir a sede da APAE de São Paulo no bairro de Vila Clementino, em São Paulo, em terreno cedido pelo prefeito Prestes Maia, mais tarde sucedido pelo prefeito Brigadeiro Faria Lima, ambos prefeitos famosos em São Paulo, que falaram aos dirigentes da APAE

de São Paulo que estavam cansados de ceder, em comodato, terrenos a entidades existentes que nunca faziam coisa alguma com eles; era, pois, um desafio que se apresentava para nós, fundadores da APAE de São Paulo, pois nossos propósitos de lutar por nossos filhos com deficiências eram firmes e a eles dávamos o melhor de nós mesmos.

Em abril de 1970 foi inaugurado o então modesto mas habilmente planejado Centro de Habilitação da APAE de São Paulo, que foi sempre um ponto de referência na metrópole e foi se firmando no conceito de todos como uma organização para famílias, amigos e voluntários da causa das chamadas “crianças excepcionais”, termo hoje obsoleto mas que constituiu um passo avançado em relação a todos os xingamentos e rótulos pejorativos que nomeavam pessoas com deficiência intelectual há tantas décadas, sem que surgissem vozes poderosas que modificassem a situação.

Sem dúvida, não fossem os relacionamentos sociais da senhora Jô Clemente, a força do dinheiro de que o casal Clemente dispunha, não teria sido durante anos seguidos o sucesso que foi a FEIRA DA BONDADE que acabou terminando no começo dos anos 90 porque tudo tem um começo, um meio e um fim. ■



Senhora Maria Amélia Vampré Xavier, também Assessora de assuntos internacionais da FENAPAEs

ROSITA EDLER CARVALHO

RELEMBRANÇAS EM HOMENAGEM ÀS APAEs

Convido os leitores e leitoras a uma viagem ao passado, até 1956. Para aqueles (as) que ainda não eram nascidos- afinal são 58 anos - reitero o convite ainda que retrocedendo para um tempo desconhecido, mas confiantes de que estarão em segurança!

A APAE do antigo estado da Guanabara – atualmente Rio de Janeiro - foi criada em 1954, graças à união de alguns pais cujos filhos em situação de deficiência intelectual não recebiam nenhum atendimento educacional escolar, em decorrência dos preconceitos que os colocava à parte, segregados e excluídos.

Na Rua Hadock Lobo, no Bairro Estácio, ficava o grande casarão de dois andares ligados, externamente, por belas escadarias, duas, em semicírculo. Esta imponente e ficava no centro de um enorme terreno cercado por grades e com um portão enorme, mas fácil de abrir e fechar porque não era pesado.

Eu morava bem perto e gostava de passar em frente, dar uma paradinha para apreciar as crianças brincando acompanhadas de suas professoras e atendentes. Aparentavam alegria e muito entrosamento.

Em 1956, data do início de nossa viagem ou, melhor dito, vidagem, eu iniciava minhas atividades como professora primária, numa escola da rede estadual do ensino, localizada na ilha do Governador.

A diretora me ofereceu uma turma que ela denominou de presente (que continuo desembrulhando até hoje, tão grande e valioso que é) . A referida turma, que nenhuma das professoras da escola queria aceitar, era formada por crianças denominadas especiais porque estavam há muitos anos na escola e não “conseguiam” aprender.

Irrequietas, muito falantes, não mostravam interesse por nenhuma das atividades que envolvessem os processos cognitivos. Gostavam de correr no pátio, de pular corda, de brincar de roda, de amarelinha, de pique – esconde e outras brincadeiras que hoje foram literalmente “abolidas” seja porque os espaços reais diminuiria, seja porque o mundo virtual trouxe outros jogos, em detrimento da alegria e balbúrdia sábia que os de então proporcionavam.

Animada iniciei minhas atividades profissionais, mas logo no primeiro dia dei-me conta de que estava totalmente desqualificada para trabalhar com aquelas crianças.

Meu estágio foi no Instituto de Educação, instituição tradicional na formação de professores primários, e os alunos com os quais eu estagiava, sob orientação, eram filhos dos professores do Instituto, o que significa que nada de material lhes faltava.

Eis-me na Ilha do Governador com aquelas crianças que usavam uniformes surrados, cujas maletas eram latas de biscoito nas quais guardavam pedaços de lápis e um caderno bem dobrado para caber na lata. Não conseguia motivá-los levando-os a desejar construir conhecimentos. Estava desqualificada, embora consciente do meu papel e da vontade enorme de levá-los a superar a desesperança aprendida por eles, tantas eram as suas frustrações.

Pedi ajuda às colegas mais experientes da escola e que se consideravam, igualmente, sem condições de me orientar confessando-se aliviadas porque receberam outras turmas. Aquela ninguém queria...

Por sugestão da própria diretora procurei a APAE. Finalmente iria entrar naquele casarão que tanto me atraía, sem sequer imaginar o quê, entre suas paredes eu iria aprender e utilizar.

Ansiosa procurei a secretaria e a primeira pessoa que vi e que carregou comigo até hoje, foi uma senhora baixa e

gorducha, cabelos recolhidos num coque, usando um conjunto de saia reta e blusa de cor bege, sapatos pretos fechados e amarrados com cadarços, similares aos que meu pai usava. No rosto redondo exibia um sorriso envolvente e um olhar meigo que se podia perceber por traz das lentes dos seus óculos e sentir na pele como um “toque” de candura.

Estou, emocionada, me referindo à Professora Consuelo Pinheiro, de saudosa memória, embora quase não tenha ouvido menções a ela no Movimento Apaeano.

Assim, em minhas lembranças, quero homenageá-la pois faz parte dos 60 anos dessa história, foi uma das pioneiras e ofereceu enormes contribuições.

Levou-me para sua sala, repleta de livros e papéis, uma máquina de escrever sobre uma escrivaninha, que era um de seus locais de trabalho. Sentamos num pequeno sofá e, sempre como que me acariciando com seu olhar, ouviu-me sem me interromper e quando,

chorando, perguntei se ela poderia me ajudar, ouvi uma sábia resposta e que me serve de referência até hoje, 58 anos depois:

“Mocinha Rosita, você mesma está se ajudando em vir até nós. Suas dificuldades serão vencidas por você mesma, e o que a APAE tem a lhe oferecer servirá como matéria prima de suas reflexões e para as mudanças que você almeja em benefício do desenvolvimento de seus alunos...”

Levantou-se e me convidou para visitar as instalações, particularmente as salas de aula, em média com menos de dez alunos. Eram, visivelmente, bem diferentes dos meus por suas características pessoais, decorrentes da multiplicidade de manifestações de deficiências e, principalmente, pelas atitudes de interesse pelo que lhes oferecia a professora e sua ajudante.

Muitos com paralisia cerebral, com síndrome de Down e com outras síndromes genéticas que acarretam a

Rosita Edler Carvalho no lançamento do seu livro





deficiência intelectual. Dona Consuelo me explicou que apresentavam deficiência mental, que eram chamados de excepcionais mas que discordava de ambas as expressões, numa antecipação da evolução da terminologia, mas que ela não alcançou conhecer...

Matriculei-me em vários cursos oferecidos na APAE, tendo como uma das mestras Abigail Caracique, fonoaudióloga e que cuidava da formação dos professores e, juntamente com Dona Consuelo, da orientação pedagógica da escola.

Tudo o que aprendi e coloquei em prática foi muito útil à minha primeira turma de alunos especiais. Consegui que alguns se alfabetizassem, graças ao uso do método fônico e aos jogos para o desenvolvimento cognitivo que passei a usar com eles e, por mais cinco anos, na mesma escola da Ilha do Governador.

Hoje identifico nas neurociências cognitivas as bases teóricas do que aprendia nos cursos da APAE, embora essa nomenclatura não fosse utilizada.

Certo dia de outubro, Dona Consuelo me levou até seu gabinete e perguntou se eu gostaria de trabalhar na APAE, mas explicou que, apesar de 5 anos de magistério, se eu aceitasse, deveria trabalhar um ano como auxiliar, numa turma com outra professora regente.

Num primeiro momento senti-me constrangida, como num retrocesso profissional, mas como havia passado no vestibular da Universidade do Estado da Guanabara-UEG, hoje UERJ - que ficava do outro lado da rua, em frente ao casarão... aceitei. Foram feitas tramitações para que eu fosse cedida pela Secretaria de Educação do Estado e, no ano de 1961 ingressei na escola da APAE como auxiliar de ensino.

Com menos de um mês de trabalho entendi e valorizei a decisão da sábia Professora Consuelo, pois eu tinha muito o que aprender e experienciar com o alunado da

APAE. O que vivenciei na outra escola foi de grande valia, mas não seria suficiente para as demandas dos atuais alunos. Durante um ano como auxiliar de ensino amadureci como profissional e como pessoa.

E a história prossegue até que outro convite me veio em tomo de 1965. Desta vez na voz do Coronel José Cândido Maes Borba, de saudosa memória, assim como outras pessoas que integravam a chefia da Instituição e que crescera muito.

Dentre essas pessoas cabe mencionar a senhora Ignez Felix Pacheco Britto (presidente da APAE); a senhora Alda Rocha Maia e Maria Luiza Maes Borba, dentre tantas outras voluntárias...

O convite era para assumir a chefia do Serviço de Avaliação, Triagem e Orientação, que estava instalado em outra edificação, esta na Rua Bom Pastor, 41, na Tijuca.

Uma vez mais Dona Consuelo me estimulou e muito contribuiu para a instalação desse setor, necessário porque a procura de crianças adolescentes e jovens era enorme, com uma demanda superior ao que a APAE podia oferecer em sua Escola da Rua Hadock Lobo ou nas Oficinas Pedagógicas localizada no Lins de Vasconcelos e dirigida pela dedicada e exemplar professora Natércia.

Eu já estava formada em Pedagogia, mas o trabalho em equipe multidisciplinar com neurologista, psiquiatras, assistentes sociais, psicólogas, pediatras e médicos de outras especialidades foi outro enorme desafio, tamanho, que decidi fazer outro curso superior, desta vez Psicologia.

Durante dez anos trabalhei e muito aprendi com todos da Equipe até que retornei à Secretaria de Educação do Estado, já denominado Rio de Janeiro (1975) sob a batuta de outra grande educadora: Myrthes de Lucca

Wenzel e assumi a Coordenação Setorial de Educação Especial.

Mas a APAE foi, durante o primeiro ano dos cinco que fiquei nesse cargo, uma espécie de estrela guia que marcou minha vida para sempre.

Tal como na canção “vida leva eu”, segui vários caminhos, sempre acompanhando a trajetória da APAE, cujo belo casarão foi demolido e a escola transferida para o prédio novo da Rua bom Pastor. Hoje está tudo bem mudado nessa Unidade dentre as mais de duas mil que integram a rede apaeana, mas temos a esperança de retomar “aqueles” tempos de estudos, pesquisas e realizações.

Com tantas APAEs funcionando por nosso país de dimensões continentais criaram-se as Federações: uma Nacional, localizada em Brasília e as Estaduais, cobrindo o território Nacional.

O Movimento Apaeano, considerado como um dos maiores do mundo, tem atravessado momentos difíceis e que têm modificado, em muito, seu funcionamento, sem alterar sua filosofia de congregar famílias, amigos (dentre estes muitos profissionais das mais diversas formações) e as próprias pessoas em situação de deficiência, organizadas em grupos de auto-defensores.

Nada sobre nós, sem nós é o lema da Convenção Internacional dos Direitos das pessoas com Deficiência; creio que podemos afirmar que em educação especial nada sobre o atendimento educacional especializado extensivo, ou seja nada sobre Educação Especial no Brasil sem mencionar e recorrer aos trabalhos desenvolvidos nas APAES brasileiras.

Reconheço que com os avanços tecnológicos e científicos- com destaque para as neurociências cognitivas- nossas escolas das APAES devem rever seu projeto político pedagógico e seu projeto curricular,

aprimorando seu trabalho para o desenvolvimento integral e integrado de seu alunado, tal como preconizado na Política ...

Na verdade todas as escolas brasileiras devem aprimorar suas práticas pedagógicas para que possamos sair dos últimos lugares nas avaliações internacionais do desempenho de nossos alunos, como é o caso do PISA.

Hoje a palavra de ordem é inclusão; aliás, desde sempre foi essa a filosofia das escolas apaeanas que incluíam todos os alunos que, pelas limitações impostas por suas deficiências, eram excluídos das escolas da rede comum. Continuamos a defender a inclusão, não como inserção nas turmas do ensino regular.

Embora tenhamos que reconhecer as vantagens que as escolas de orientação inclusiva oferecem, precisamos defender que a verdadeira inclusão não se traduz como matrícula no ensino regular e oferta do atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais.

Nossos mecanismos de acompanhamento do quê, de fato, está ocorrendo ainda são incipientes, embora estejamos em processo e avançando em busca de melhor conhecer o quê, de fato, está ocorrendo nas salas do ensino regular e nas de recursos multifuncionais que oferece atendimento limitado no tempo e na frequência de quem dele necessita.

Após 60 anos de história e sobrevivendo a inúmeros obstáculos, reconheço que nossas escolas precisam se aprimorar, sem perder o “trem da história” (o mesmo aplica-se às escolas da rede comum), para que a inclusão ocorra com aprendizagem e com participação.

Esses, sim, são direitos básicos de qualquer cidadão que esteja frequentando uma instituição de ensino-aprendizagem. ■

LUIZ ALBERTO SILVA

UMA VISÃO HOLÍSTICA NA HISTÓRIA DE 33 ANOS DE CONVIVÊNCIA NO MOVIMENTO

Em 1982 tive o prazer de conhecer o maior Movimento Filantrópico do Mundo, o “Movimento das APAEs”, quando fui Primeiro Secretário, Secretário Geral, Primeiro Tesoureiro e Presidente da APAE de Florianópolis. Participei de forma intensiva do Movimento Regional, Estadual e Nacional.

Sempre tive como princípio que o crescimento do Movimento das APAEs teria que ser construído sob dois pilares: Na Área Administrativa e na Área Técnica.

Na Área Administrativa, também sob dois pilares:

1. Renovação de líderes - O Presidente poderá ser eleito apenas uma vez consecutivo. Este pilar iniciou com a reforma estatutária na APAE de Florianópolis, atingindo as APAEs de Santa Catarina e posteriormente todas as APAEs do Brasil, a partir deste pilar o Movimento cresceu e se renovou rapidamente. Quando, juntamente com as APAEs de São Paulo, iniciamos um movimento para a criação das Federações Estaduais cujo objetivo foi conquistado com apoio do saudoso Dr. Justino que trouxe o modelo de Estatuto inovador criando os Conselhos de Administração e Consultivos em todas as instâncias do Movimento.
2. Auto-sustentação – Na APAE de Florianópolis tudo começou quando fui Tesoureiro e o Presidente era o meu amigo Aldo Brito. Quando cheguei na presidência intensifiquei as iniciativas de auto-sustentação. Os demais Presidentes deram continuidade ao programa de auto-sustentação. Hoje a APAE de Florianópolis é um exemplo de entidade filantrópica auto-sustentável, principalmente com a Feira da Esperança que é referência Estadual.

Tive a honra de ser um dos fundadores e o primeiro Presidente da Federação das APAEs de Santa Catarina, quando novamente usamos o segundo pilar, a auto-sustentação, desenvolvemos e demos continuidade aos

programas já implantados quando a Federação Estadual era chamada de Vice-Presidência Regional de Santa Catarina. Programas estes que foram transformados em projetos nacionais de auto-sustentação como APAE Noel, Cartão de Natal, que foram implantados na Gestão Flavio Arns. Tive a honra de ter sido um grande colaborador nas gestões dos amigos Apaeanos Flavio Arns e Eduardo Barbosa, quando fui Vice-Presidente da Federação Nacional em sua gestão.

Com indicação e apoio do amigo Apaeano Flavio Arns, tive a oportunidade de ser eleito e reeleito Presidente da Federação Nacional das APAEs, com o objetivo de implantar uma revolução na auto-sustentação a nível nacional: APAE Noel, APAE Energia, APAE Ciência, Marca APAE, Amigos da APAE, Cartão de Natal e outros, deixamos implantados, conforme explicitados na Revista Mensagem nº 93 de dezembro de 2005, Fizemos nossa parte na complexidade de implantar a auto-sustentação em todo Movimento Apaeano.

Na Área Técnica enfrentamos os contraditórios da Inclusão, no entanto, trabalhamos com uma visão holística, onde a complexidade do Sul, Sudeste, Centro Oeste, Nordeste e Norte, muitas das vezes impedia uma posição única. Deixamos, também, registrado estudos e uma posição nacional do Movimento a serem seguidos na busca de uma solução dos contraditórios das políticas públicas. Ficaram também, registrados na Revista Mensagem nº 93 de dezembro de 2005.

Hoje, quando não estamos participando diretamente, do Movimento, faço uma reflexão sobre a Inclusão:

Nosso discurso como Movimento era que o governo sempre foi omissivo, razão pelo qual desde 1954, quando nasceu o Movimento das APAEs, os pais e amigos lutaram e conquistaram o acatamento dos direitos das políticas públicas das deficiências, nas diversas áreas, física, sensorial e mental. Estas conquistas

foram alcançadas pelos nossos antecessores nestes sessenta anos de existência do Movimento das APAEs.

Hoje o governo deixa de ser omissivo e assume a política do atendimento, da inclusão educacional. Este é um momento rico para conquistarmos os direitos à educação pelo que sempre lutamos.

Fazendo uma reflexão profunda nós sempre fizemos uma inclusão social de primeiro mundo, porém na área educacional nós não certificávamos os conhecimentos de nossos alunos. Não quero entrar nesta discussão recheada de intransigências pedagógicas radicais, porém vejo um momento rico de conquistarmos a inclusão educacional para o século XXI, dentro de um mundo tecnológico, que dobra suas informações a cada 12 meses, e quando o Movimento nasceu no século XX às informações dobravam a cada 200 anos. Temos que levar em consideração estas mudanças rápidas dos dias de hoje e não ficarmos a vivenciar o passado.

O Movimento precisa e deve buscar a experiência dos Conselheiros Consultivos em todas as instâncias, na busca por mudanças rápidas que precisam ser implantadas, de acordo com as mudanças Municipais e Estaduais, principalmente, nas Federações dos Estados, para alcançar a constante auto-sustentação, garantindo uma inclusão de excelência.

Hoje, como Psicoterapeuta Multifocal, Mestre em Educação Emocional, penso que o Movimento dentro da área da Inclusão, tenha que buscar e fazer uma grande reflexão de um novo caminho dentro das famílias e das escolas que estão pedindo socorro emocional devido ao avanço da tecnologia nos tempos modernos.

Penso que devemos estudar a tendência do futuro da educação e do social, levando em conta que em 1975 a média era de 6,4 filhos por mulher no Brasil e hoje é de apenas 1,4 filhos por mulher, logo o número de deficiências caem maciçamente. Outro ponto que

devemos levar em consideração é que cada deficiência está criando seu próprio Movimento de luta: Autismo “NovembroAzul”, Síndrome de Down com seu Movimento próprio e outras síndromes buscando a Inclusão dentro de suas próprias visões, criando suas políticas educacionais, sociais específicas. Nossas bandeiras eram globalizadas hoje terão que ser específicas, em um foco de deficiência, dentro de um mundo moderno que grita por políticas públicas de inclusão. Temos que ter em mente que o “sucesso do passado não garante o sucesso do futuro”. Há momentos para reinventar, recriar, fazer uma reengenharia social, educacional, e modernizar os objetivos filantrópicos dentro dos novos tempos.

Nestes 60 anos de existência do Movimento das APAEs, temos uma experiência agregada que precisa ser colocada a serviço das Famílias e das Pessoas com Deficiências.

Sozinhos somos fracos, juntos seremos fortes, na causa que abraçamos. ■

Luiz Alberto Silva, Ex-presidente e membro do Conselho Consultivo da FENAPAEs



EDUARDO BARBOSA

FORTALECIMENTO DO MOVIMENTO DAS APAEs

A história de Eduardo Barbosa se confunde com a história das APAEs: Há 29 anos ingressava no Movimento Apaeano, como médico voluntário na APAE de Pará de Minas – sua cidade natal.

Naquela ocasião, médico recém formado, já demonstrava uma proximidade com as questões sociais de sua cidade, mais especificamente com o trabalho desenvolvido pela APAE de Pará de Minas no atendimento às pessoas com deficiência desse município.

Ali pode vivenciar de perto as histórias das pessoas com deficiência e de seus familiares, envolvendo-se, cada vez mais, com o cotidiano da instituição, o que o fez destacar pelo seu comprometimento e carinho com a causa da pessoa com deficiência.

Não demorou muito para que assumisse a responsabilidade de presidir a APAE de Pará de Minas. Em 1987 foi conduzido à presidência dessa instituição, rapidamente tornando-se um líder de destaque frente às demais APAEs Mineiras.

Logo em seguida, em 1992, participou ativamente da fundação da Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, sendo dela seu primeiro presidente, com a responsabilidade de fazer das APAEs mineiras a referência nacional em serviços e atendimento para os seus usuários e famílias.

Em 1994, as APAEs de Minas Gerais passaram a lutar pela representatividade política do Movimento, por entenderem ser iminente a necessidade de debates mais concretos da política voltada à pessoa com deficiência em todo país. Para tanto, elegeram Eduardo Barbosa como representante

no Congresso Nacional, para que fosse o legítimo representante das APAEs Mineiras na luta pela garantia de políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência de todo país.

Naquele momento, firmava-se também como um dos maiores líderes do Movimento Apaeano no país, de forma que em 1995 assumiu, pela primeira vez, a presidência da Federação Nacional das APAEs.

“Dr. Eduardo”, como é conhecido por todos, foi presidente da Federação Nacional durante quatro mandatos, totalizando onze anos de exercício representando nacionalmente as APAEs em todo o Brasil, sendo eles: 1995-1999, 2006-2008 e 2009-2011.

Logo de início buscou alicerçar seus ideais em três importantes pilares: a defesa de direitos das pessoas com deficiência, o apoio às famílias e a promoção de serviços.

Além de representar as APAEs em diversas instâncias, promoveu a filiação de 402 novas entidades, levando o Movimento, ainda mais, a se constituir como um dos maiores Movimentos sociais do país.

Foi a força do Movimento que possibilitou o aprimoramento e ampliação de diversos benefícios voltados para as pessoas com deficiência, ainda tão timidamente existentes naquela ocasião.

Também em sua gestão, deu-se início ao Projeto Águia, ainda tão fortalecido em nossas entidades, constituído de dois programas estruturantes: programa de desenvolvimento técnico e programa de desenvolvimento gerencial, buscando, dessa forma, a unificação das filiadas padronizando um modelo de organização para eficiência e eficácia de suas ações. As APAEs, naquele momento,

passaram a ser sinônimo como entidades autônomas e organizadas.

Sua segunda gestão se deu entre 2006 a 2008. Esse tempo foi marcado pela reestruturação dos setores internos da instituição, elaboração e reestruturação de projetos de captação de recursos, realização de investimentos nas infraestruturas física e lógica, e na busca da melhoria do atendimento ao usuário.

Tinha-se como prioridade a implantação de uma política de aperfeiçoamento e atualização da REDE APAE, oportunidade em que vários cursos foram colocados à disposição da Rede por meio da criação da Universidade Cooperativa da Rede APAE, favorecendo não apenas o conhecimento mas também maior aproximação das filiadas à Federação Nacional.

Para que isso acontecesse, iniciou-se um processo de implantação da cultura de monitoramento e do fortalecimento da Rede APAE, no qual buscou assumir um papel mais ativo na condução das políticas institucionais. Tudo isso implicou em mudanças importantes na qualificação da Rede e na busca de alternativas para sua própria consolidação e sustentabilidade.

Ato contínuo, foi dado início à construção de bancos de dados da Rede APAE, no qual foram realizados estudos e pesquisas nas áreas de Educação Especial, na perspectiva da inclusão; da Atenção à Saúde e do Trabalho, Emprego e Renda. Foi com base nesse diagnóstico que foram construídas as diretrizes de políticas educacionais, de atenção à saúde e da assistência social para o Movimento Apaeano.

Iniciou-se aí um processo de planejamento descentralizado no qual as ações a serem realizadas pela Federação Nacional das APAEs foram definidas com uma participação mais ampla das filiadas e

constituída num mecanismo de acompanhamento em Rede.

Nesse mesmo tempo, os programas de autodefensoria e fortalecimento da família foram estabelecidos como programas prioritários, de forma a garantir a autonomia e desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, abrindo espaço para a participação direta dos atendidos, motivando-os a se manifestarem sobre a temática da pessoa com deficiência e as políticas públicas existentes para esse público.

Sua última gestão ocorreu entre 2009 a 2011. Esse período foi marcado pela modernização do Movimento Apaeano.

Para tanto os cenários internos e externos da época, firmaram os trabalhos da Federação Nacional das APAEs em cinco programas estruturantes: Atendimento as Filiadas – Sala de Soluções; Sustentabilidade Institucional; APAE em Rede; Política Nacional de Acompanhamento e Monitoramento da Rede APAEs e Universidade Cooperativa da Rede APAE.

Eduardo Barbosa sempre teve no Movimento uma base de formação profissional e humanista, e foi por meio desse que de fato teve grandes oportunidades de aprendizagem.

Suas gestões na Federação Nacional sempre foram marcadas pela valorização das entidades filiadas e pela preocupação com a qualidade do atendimento prestado pelas APAEs às pessoas com deficiência.

Ao longo das décadas e de todos que colaboraram para a construção do Movimento Apaeano no Brasil, chegamos, enfim, a 60 anos de existência, dentre os quais passamos por vários ciclos em relação aos direitos da pessoa com deficiência.



Pioneiramente implantamos o teste do pezinho que culminou na criação da política pública.

Conseguimos, na Constituinte de 1988, trazer para o texto constitucional os direitos plenos das pessoas com deficiência. E, em todos os capítulos — educação, saúde, assistência, habitação, trabalho, está lá identificado o direito da pessoa com deficiência, o qual dá a ela, então, acesso pleno à convivência social, à convivência familiar e às políticas públicas.

Também foi pela luta do Movimento Apaeanos que foram obtidas um milhão de assinaturas para introdução do Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Constituição Federal, iniciando-se, assim, a primeira proposta de transferência de renda para as pessoas com deficiência com dificuldades financeiras.

Eduardo Barbosa, Ex-presidente e membro do Conselho Consultivo da FENAPAEs



Também são resultados da mobilização do Movimento Apaeano a introdução na Constituição das cotas no mercado de trabalho e as responsabilidades assumidas pela área da saúde; e, posteriormente, a regulamentação das matrículas das escolas especiais computadas para fins de cálculos de financiamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Mais recentemente, ainda, conseguimos aprovar o texto final do Plano Nacional da Educação, garantindo a coexistência das escolas especiais, reafirmando nosso entendimento de que direito se constrói ampliando e não restringindo.

Durante todos esses anos, as APAEs também mudaram todo o seu contexto de atendimento, conseguindo firmar perante aos Municípios e Estados parcerias claras com gestores públicos municipais e estaduais, caracterizando-se como parceiras das políticas públicas.

Os 60 anos do Movimento Apaeano no Brasil não podem ser nada além do que uma trajetória de conquistas, que elevou e eleva o movimento das APAEs a se firmar como o maior movimento do mundo voltado para as pessoas com deficiência, reconhecido por órgãos internacionais.

Hoje temos orgulho em estarmos em mais de 2000 municípios brasileiros com a mesma garra e determinação que há 60 anos. Que os próximos 60 sejam marcados pelos mesmos sonhos e trabalho que motivaram aquele pequeno grupo de pais em 1954. ■



FEDERAÇÕES DOS ESTADOS
(FEAPAEs)



ACRE



APAE
Rio Branco - AC

Em Rio Branco, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) realiza o trabalho assistencial com crianças, jovens e adultos há quase 33 anos. O centro de apoio que desenvolve atividades com alunos com necessidades especiais é administrado desde a sua fundação, em 31 de julho de 1980, pela assistente social e presidente do local, Cecília Lima Souza.

A instituição atendia inicialmente em uma casa de madeira com recursos mínimos, além de conta com poucos profissionais especializados (psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e neurologista infantil). Hoje, com o apoio de órgãos públicos federais, municipais e do setor privado, cerca de 250 estudantes são atendidos na sede própria da entidade, localizada na rua Major Ladislau Ferreira, Conjunto Esperança I, bairro Floresta.

A presidente da APAE em Rio Branco falou sobre as ações desenvolvidas na entidade. “Temos atividades na área educacional especializada, que é o suporte escolar. Por exemplo, todos aqueles alunos que estão incluídos no ensino regular podem fazer o contraturno na APAE. O propósito é de melhorar o desempenho do estudante. Agregamos todas essas ações por meio da informática, educação física, atividades de danças e teatro. Uma das novidades é a educação profissional. Com essa iniciativa, realizada em parceria com setores públicos e privados, os estudantes podem entrar no mercado de trabalho através do programa Menor Aprendiz. Dessa maneira, eles conseguem interagir com as outras pessoas. Esse trabalho é extremamente positivo”, salientou Cecília Lima. ■



ALAGOAS



APAE
Maceió - AL

QUEM SOMOS

A APAE - Maceió é uma instituição não governamental sem fins lucrativos, mantida com a colaboração de voluntários, doações e parcerias com o município de Maceió e o Governo do Estado de Alagoas, entre outros. Atualmente possui mais de 200 funcionários em seu quadro e fornece assistência direta e indireta a aproximadamente mais de 3.000 usuário por mês.

MISSÃO

Promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio as famílias, direcionadas a melhoria de qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária.

OBJETIVO

Fornecer atendimento especializado de qualidade as pessoas com deficiência seja ela física, mental e/ou múltipla, a seus familiares e a comunidade em geral, desenvolvendo ações nas áreas de saúde, educação, integração sócio-familiar e na geração de renda dos usuários.

COMPLEXO - APAE MACEIÓ

- Centro de reabilitação Visual - CERVI
- Restaurante Popular (1 artigo)
- Centro de Diagnóstico por Imagem - CDI (1 artigo)
- Centro Especializado Profissionalizante Educacional Florescer - CEPEF (1 artigo)
- Clínica Ambulatorial - SEDE (1 artigo)
- Clínica Ambulatorial - FAROL (1 artigo)
- Instituto de Pesquisa e Diagnóstico Laboratoriais - IPDL (1 artigo)
- Áreas de Atuação (3 artigos)
- Educacional (1 artigo)
- Terapêutico (4 artigos)
- Terapia Ocupacional (T.O.) ■



BAHIA



FEAPAES - BA
Federação das Apaes do Estado

Criada em 20 de março de 1979, a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jequié é uma organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, fundada com o objetivo de defender as causas referentes aos direitos constitucionais dos deficientes e, principalmente, de prestar todo o tipo de assistência social, cultural, terapêutica e educacional aos portadores de necessidades especiais, considerada como uma Associação de Utilidade Pública Municipal, Lei nº969 de 06/06/1983, Utilidade Pública Estadual Lei nº8.733 de 17/09/2003, com registro no CNAS nº44006000025/2002-7 e Utilidade Publica Federal nº 3.027/2010.

Prestando atendimento nas áreas: Educacional, Social, Cultural, Saúde e profissionalizante, sendo mantida pelas contribuições dos seus associados, por convênios firmados com os Governos: Municipal / Estadual e doações de pessoas físicas e jurídicas, atendendo 300 pessoas (crianças, adultos e adolescentes), na sua maioria prevalecem a classe social de baixa renda, sendo que algumas famílias sobrevivem exclusivamente do Benefício do INSS e auxílio Bolsa Família.



MISSÃO

Promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio às famílias, direcionadas a melhoria de qualidade de vida da pessoa com deficiência mental, múltipla e severa, na busca de uma sociedade mais justa e solidária.

ATUAÇÃO

O aluno que é encaminhado a APAE/Jequié, recebe um atendimento especializado individual com profissionais das áreas de: Psicologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia, Assistência Social, Fisioterapia e posteriormente após o Diagnóstico é encaminhado aos atendimentos Pedagógicos através das salas temáticas: Linguagem, Matemática, Ciências Naturais e Sociedade, Suporte Pedagógico (classe de reforço), Intervenção, Estimulação Precoce, Tecnologia Assistiva, Terapia Ocupacional, Educação Física e Oficinas Pedagógicas de Copa Cozinha e Artesanato), sendo acompanhados na Escola Regular através do Serviço de Itinerância.

APAE EUNÁPOLIS – ESCOLA ESPECIAL FLOR AMARELA

Um sonho iniciado há 25 anos. Em Eunápolis/BA a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - foi fundada em 11 de setembro de 1988, por um grupo de pais, amigos e professores preocupados com as pessoas com deficiência intelectual que não eram assistidas por nenhum órgão. Estas pessoas começaram apenas com a boa vontade, o desejo de servir e a solidariedade. Muitas pessoas contribuíram, cada uma fazendo seu trabalho de formiguinha, dando o melhor de si e



assim a Instituição vem crescendo, se fortalecendo e buscando se aprimorar.

Muitos foram e serão os benfeitores, pois precisamos de muitas mãos para construir uma História. Mas queremos escrever aqui o nome dos gestores que se doaram para o crescimento desta grande Instituição:

1988/1991 - Antônio Mendes Campos
1991/1992 - Maria Adalcy Brazão Santana
1992/1993 - Maria Conceição Correia de Souza
1993/1994 - Cecília Pimenta de Mello Queiroz
1994/1998 - Maria Angélica França Ferreira
1998/2000 - Valdelice Alves Mota
2000/2002 - Maria Alcineia Marin
2002/2008 - Valdelice Alves Mota
2008/2013 - Emília Maria Machado Loureiro

Como não tinha prédio próprio, começou seu funcionamento na antiga Escola Casinha Feliz, posteriormente passou a funcionar em uma casa alugada na Rua do Oeste, 504 no Bairro Centauro. Em 1994 foi doado pelo município um terreno localizado à Rua do CEASA, 63 - Centauro. Ali se tornou a sede da APAE, denominada Escola Especial Flor Amarela, foi construída com recursos do Governo Federal: MEC, FNDE e SETRAS e é onde funciona até os dias atuais.

A Escola Especial Flor Amarela foi inaugurada em 14 de maio de 1996, APAE Eunápolis, na gestão da Presidente Maria Angélica França Ferreira. Foi uma bela solenidade, onde estiveram presentes o Prefeito Municipal, a Secretária Municipal de Educação, as

Delegadas da APAE do Sul e Extremo Sul da Bahia, alunos, pais, corpo técnico da Escola, autoridades locais e a comunidade em geral.

Hoje a unidade de Eunápolis atende 130 (cento e trinta) pessoas com deficiência intelectual e múltipla, e tem por finalidade a assistência social, a educação, a saúde e a inclusão da Pessoa com Deficiência. Este público é oriundo de distintos bairros da nossa cidade e também da zona rural. A nossa proposta é promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio às famílias, buscando a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

É mantida por doações e colaborações da sociedade em geral: comércio, profissionais liberais, indústria, governo, políticos e simpatizantes com a nossa causa. Isto em razão da nossa tradição: transparência e seriedade. ■



CEARÁ



FEAPAES - CE
Federação das Apaes do Estado

A Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Ceará – FEAPAES/CE assim como uma APAE, é caracterizada por ser uma associação civil, beneficente, de assistência social, assessoramento, defesa e garantia de direitos com foco no fortalecimento do movimento social da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, formação e capacitação de lideranças, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos dirigidos ao público da política de assistência social, nas áreas da educação, saúde, esporte, cultura, trabalho, estudo e pesquisa, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, com duração indeterminada, congregando como filiadas as APAEs do Ceará e outras entidades congêneres, tendo sede em Fortaleza – CE.

A Federação das APAEs do Estado tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla e representar o movimento perante os organismos estaduais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas APAEs, na perspectiva da inclusão social de seus usuários.

A primeira iniciativa de congregar pais de “excepcionais” e outras pessoas interessadas em apoiá-los no estado do Ceará, ocorreu na Região do Cariri, em 1969, mais especificamente na Cidade do Crato. Após a criação da sétima APAE do Ceará na cidade de Várzea Alegre, foi fundada em 07 de dezembro de 1994, em Fortaleza, a Federação das APAEs do Estado do Ceará.

A princípio, a entidade teve sua sede interina na APAE de Fortaleza em uma sala cedida. Posteriormente, devido à necessidade de ampliação, passou a funcionar no endereço que se encontra atualmente.

No Ceará hoje há trinta e uma APAEs difundidas em cinco regiões do Estado: Norte, Metropolitana, Cariri, Vale do Jaguaribe e Baixo Jaguaribe, prestando um serviço especializado de alto nível, no qual buscam viabilizar mecanismos que garantam os direitos à cidadania da pessoa com deficiência intelectual e múltipla e seus familiares.

A Federação vem a ser constituída pelas APAEs, por pais e amigos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, conta também com a participação da sociedade civil em geral, do comércio, da indústria, dos profissionais liberais, dos políticos, enfim, de todos que acreditam, apostam e lutam pela causa das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. ■



DISTRITO FEDERAL



APAE - DF

A história do Movimento Apaeano no Distrito Federal começou quase que simultaneamente com a criação da nova capital federal. Foi no dia 20 de agosto de 1964 que a APAE-DF (ainda chamada APAE Brasília) teve sua fundação registrada numa sala do gabinete de psicologia da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Na ocasião, foi nomeada uma diretoria provisória, tendo a Sra. Dalila de Castro Lacerda como presidente, esposa do então Ministro da Educação e Cultura, Sr. Flávio Suplicy de Lacerda. Como presidente de honra, ajudando a estruturar as diretrizes da nova associação, foi escolhida a pesquisadora e pedagoga de origem russa, Sra. Helena Antipoff, pioneira da educação especial no Brasil e que chegava à cidade para as comemorações da 1ª Semana Nacional do Excepcional (futuramente rebatizada de Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla).

A criação de uma APAE em Brasília foi uma reivindicação de famílias de pessoas com deficiência que já necessitavam do apoio de instituições filantrópicas, uma vez que as estruturas do Estado na nova capital ainda estavam em construção. Desde então, por estar situada numa unidade federativa relativamente pequena, a APAE-DF passou a assumir o status

equivalente de Federação Estadual do Movimento Apaeano.

Apesar de fundada quatro anos após a inauguração de Brasília, a APAE-DF não começou sua história realizando atendimentos diretos a pessoas com deficiência. Sem uma sede própria, o trabalho da Associação era o de atuar na defesa de direitos, captar recursos para atendimentos temporários, inclusive em favor de outras instituições, e promover reuniões itinerantes entre familiares para a troca de experiências e aconselhamentos. Por 25 anos, esses foram os principais focos da entidade, que já percebia a crescente demanda por atendimentos especializados para pessoas com deficiência intelectual e múltipla da cidade.

Por iniciativa voluntária de algumas profissionais do ensino especial, lideradas pela professora Maria Helena Alcântara de Oliveira e com a colaboração da psicóloga Erenice Carvalho e da pedagoga Jacinta Fonte Guimarães, a APAE-DF elaborou, em 1985, o seu primeiro projeto de atendimento especializado contínuo para pessoas com deficiência. Verificando as demandas sociais deste público na cidade, a equipe percebeu que a maior carência de atendimentos especializados estava concentrada nos jovens e adultos com deficiência intelectual. Ao deixarem a escola regular, esses cidadãos não se beneficiavam de praticamente nenhuma política pública, ficando à margem da sociedade e reforçando vínculos de dependência em relação às famílias. A partir desta constatação, surgiu a ideia de direcionar o trabalho da instituição para a educação profissional e inserção desses jovens e adultos no mundo do trabalho. A proposta era criar uma metodologia de formação que não se focasse apenas nos comprometimentos desse público, mas que considerasse prioritariamente as



suas virtudes e potencialidades. Era preciso enxergá-los em sua totalidade.

O projeto inicial elaborado pela equipe de professoras foi apresentado e, depois quatro anos de ajustes e negociações, a entidade conseguiu firmar seu primeiro convênio com a Secretaria de Educação do DF, iniciado informalmente em 1989 e assinado em 1990. O órgão cedeu alguns professores e a equipe gestora da entidade viabilizou os demais recursos necessários para os atendimentos. Com a conquista de algumas salas cedidas pela Companhia Imobiliária de Brasília e com cerca de 20 aprendizes, a APAE-DF deu os primeiros passos práticos do programa de educação profissional e trabalho que se tornaria referência no movimento décadas depois.

A Associação desenvolveu seu trabalho com base nas pesquisas de seus professores, nas referências do educador e filósofo Paulo Freire, nas contribuições de outros pensadores da educação, na teoria das inteligências múltiplas, nas contribuições dos familiares e, principalmente, na experiência prática e diária com seus aprendizes. Novas unidades de atendimento foram surgindo além de Brasília – nas cidades do Guará, Ceilândia e Sobradinho – e a diversidade de perfis percebida no público com deficiência intelectual (alguns com outras deficiências e/ou transtornos associados) exigiu novos aperfeiçoamentos na metodologia, que se tornou mais dinâmica e flexível.

O Programa de Educação Profissional e Trabalho (EPT) passou a se estruturar em três etapas: 1º) a formação básica para o trabalho (para desenvolver habilidades comuns a qualquer profissional) , 2º) a qualificação profissional (para desenvolver habilidades específicas da futura profissão) e 3º) a colocação profissional (com o devido acompanhamento para a perfeita inserção do



educando no mundo do trabalho). Paralelamente, a partir dos anos 2000, a instituição criou um Programa Acadêmico para ampliar o nível real de escolaridade dos aprendizes e favorecer sua inserção no trabalho. Atividades complementares de informática, arte, esporte, cultura e lazer foram incorporadas ao programa, beneficiando o desenvolvimento integral dos aprendizes. Nas áreas de saúde e bem estar, todos os alunos, desde a sua entrada na instituição, também passaram a contar com o trabalho do SAM - Serviço de Atendimento Multiprofissional, com profissionais das áreas de assistência social, nutrição, psicopedagogia, psicologia e terapias ocupacionais.

Entre os grandes sucessos da história da APAE-DF está a qualificação profissional para o trabalho apoiado, modalidade em que o profissional com deficiência (ou um grupo deles) é contratado conjuntamente com um instrutor. O principal projeto na área surgiu em 2006, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), onde a APAE-DF mantém uma oficina de qualificação nas áreas de higienização, conservação e pequenos reparos de bens culturais (livros e documentos). A instituição já conseguiu formar e contratar seis equipes de trabalho



apoiado, que prestam serviços nas bibliotecas do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Ministério das Relações Exteriores, STF, INEP e TSE.

Outra importante iniciativa foi o Projeto de Atletismo, que acumula medalhas em competições nacionais e internacionais, viabilizando a formação de vários atletas de alto rendimento, beneficiados inclusive pelo Programa Bolsa Atleta do Governo Federal.

A APAE-DF também não fechou os olhos para outra demanda social ampliada ao longo das últimas décadas. Desde 2003, a entidade desenvolve um Programa Sócio-ocupacional voltado para pessoas com deficiência intelectual em processo de envelhecimento e/ou com comprometimentos que inviabilizam sua entrada no mercado competitivo de trabalho. A proposta é resgatar ou desenvolver a autonomia deste público para ações do dia a dia, trabalhando a independência em atividades como organização do lar, preparo dos próprios alimentos, cuidados com higiene pessoal e beleza, atividades físicas e artísticas,

comunicação interpessoal e trabalhos artesanais como hobby ou para a geração de renda. Por ser um público que cresce a cada dia, a instituição já negocia a ampliação dos atendimentos por meio da criação de novas unidades de centro-dia e residências inclusivas.

Atualmente, a APAE-DF beneficia cerca de 650 jovens e adultos com deficiências por ano. Embora mantenha convênios com o Governo do Distrito Federal, por meio de suas secretarias de Educação, Desenvolvimento Social e Saúde, os principais financiadores da entidade continuam sendo os contribuintes da comunidade, pais, familiares e amigos. São esses colaboradores voluntários que fazem a diferença na vida das pessoas com deficiências beneficiadas pela Associação e a quem a nossa instituição dedica suas vitórias. ■



ESPÍRITO SANTO



FEAPAEs - ES
Federação das Apaes do Estado

49 ANOS DE ATUAÇÃO DA APAE NO ESPÍRITO SANTO

O Movimento Apaeano teve início no Espírito Santo em 7 de maio de 1965, quando o Instituto Educacional do Espírito Santo (Inedes), localizado em Vitória, foi extinto. A Instituição atendia, desde 1960, crianças chamadas naquela época de excepcionais. O patrimônio da Entidade foi transferido para a criação da APAE de Vitória, a primeira do Estado.

A Instituição iniciou o atendimento a 50 crianças e jovens e a primeira equipe contava com diretor, secretário, seis professores e outras quatro pessoas no apoio. A primeira diretoria executiva, fundadora da Entidade, era composta pelo presidente, Heliomar Carneiro da Cunha; vice-presidente, Carlos Nicoletti Madeira; 1ª secretária, Maria Rosaria Antonietta Lanazi; 2º secretário, Edgard Feitoza; 1º tesoureiro, Luiz Manoel Vellozo; e 2º tesoureiro, José Roberto Prado Coelho.

Hoje existem 40 APAEs espalhadas por municípios de norte a sul do Estado prestando serviços de excelência no atendimento especializado a crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo nas áreas de prevenção, diagnóstico, tratamento, assistência social, e acompanhamento clínico, pedagógico, de inclusão no mercado de trabalho e na defesa de seus direitos na sociedade.

FEDERAÇÃO

Em 10 de outubro de 1992, foi fundada a Federação das APAEs do Estado do Espírito Santo (FEAPAEs-ES). Maria Luíza Dadalto, então vice-presidente da 8ª Regional Leste da Federação Nacional, que até aquela data congregava as APAEs capixabas, foi eleita a primeira presidente da nova entidade. Na ocasião,

o Espírito Santo possuía 16 APAEs. Hoje há 40 APAEs distribuídas por diversos municípios do Espírito Santo. Em 1997, a federação passou a funcionar em sede própria, localizada no bairro Mário Cipreste, na região central de Vitória. Além de Maria Luíza Dadalto, presidiram a FEAPAEs-ES, José Lemos Sobrinho, e Rodolpho Luiz Dalla Bernardina. Washington Luiz Sieleman Almeida é o atual presidente.

Atualmente, as APAEs do Espírito Santo atendem há mais de nove mil pessoas com deficiência intelectual, empregando direta e indiretamente, mais de 2,5 mil pessoas. O objetivo principal da FEAPAEs-ES é promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania.

Para isto, a Federação atua na promoção da capacitação dos profissionais do movimento Apaeano capixaba; na defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual; e na promoção de encontros e reuniões com o Poder Público para articular para as APAEs e instituições congêneres mecanismos que possibilitem um melhor atendimento aos usuários. Além disso, mantém acento em vários Conselhos de Defesa das Pessoas com Deficiência, da Criança e do Adolescente e de Assistência Social.

FEAPAEs-ES ORGANIZA EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

No decorrer de sua história a FEAPAEs-ES organizou diversos eventos importantes e de relevância internacional. Em 2008, junto com a Federação Nacional das APAEs (FENAPAEs) e a APAE de Vitória, a Federação realizou o XXIII Congresso Nacional das APAEs e IV Fórum de Autodefensores, em Vitória, reunindo mais de 3,5 mil pessoas de todo o Brasil. O evento, que durante quatro dias abordou o tema “A



Diversidade no ciclo da vida do indivíduo, da família e da sociedade”, levantou questões importantes sobre a inclusão escolar das pessoas com deficiência e os desafios para a construção de um sistema educacional inclusivo recebendo palestrantes de renome, como Albertina Mitjans Martinez, da Universidade de Brasília (UNB) e Rosita Edler de Carvalho, doutora em educação e com larga experiência na área de Educação Especial.

Em 2010, mais um evento, desta vez de projeção internacional, é organizado pela FEAPAEs-ES: O I Congresso Ibero-americano de Deficiência Intelectual. Foram quatro dias de debates e troca de conhecimento entre mais de 400 especialistas, profissionais de instituições sociais, familiares de pessoas com deficiência, técnicos, professores e estudantes de países como Brasil, Argentina, Peru, Portugal e Espanha. O Alice Vitória Hotel, no Centro da Capital, foi o palco para discussões acerca de “Família, Políticas Inclusivas e Redes Sociais”, tema do evento.

A realização do Congresso atendia a um anseio das instituições diante das novas dinâmicas de atenção às pessoas com deficiência intelectual e múltipla e o papel institucional das APAEs diante das políticas públicas vigentes. A inclusão já ganhava espaço, e a Federação

adequava sua atuação a esta nova realidade, apoiando e fiscalizando o processo. Outros aspectos, além do escolar, também ganhavam mais espaço nas discussões, como o direito ao trabalho, a uma vida digna, à interação social e a um envelhecimento saudável, intercambiando os diversos saberes com atores de vários países e áreas de conhecimento e atuação.

Na segunda edição do Congresso Ibero-americano de Deficiência Intelectual, realizado em 2011, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Vitória, foram realizadas 16 oficinas e o tema que norteou as discussões foi “Movimentos Sociais, Estado e Democracia”. A continuidade do evento foi resultado do sucesso da primeira edição entre os participantes. Foram debatidas questões como a autonomia dos movimentos sociais e sua relação com as políticas públicas, além de questões relacionadas à saúde, educação e mobilização social.

A terceira edição do evento aconteceu na Pousada Eco da Floresta, em Domingos Martins, em setembro de 2012, região serrana do Estado, e foi realizado inteiramente com recursos próprios. O tema “Participação Política, Identidade e Inclusão Social” pautou as palestras, mesas redondas e oficinas, que possibilitaram aos participantes tomarem conhecimento da mais recente produção teórica da área e compartilhar experiências e práticas profissionais em projetos e instituições, tornando-os multiplicadores dos conhecimentos compartilhados.

Nas três edições do Congresso palestrantes de diversas partes da América Latina e Europa contribuíram com a construção de conhecimento. Entre eles estiveram Márcio Pochmann, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea – Brasil); Rosita Edler Carvalho; Líliliana Pantano, da Universidade Católica de Buenos Aires, na Argentina; Carlos Manuel Afonso, da Escola Superior



de Educação de Paula Frassinetti de Portugal; Blanca Núñez, da Argentina; Wilfredo Guzman Jara, da Disable People's International, do Peru; Juan José Lacasta Reoyo, da FEAPS, na Espanha; Wilfredo Gúzman Jara, da Organização Mundial da Pessoa com Deficiência, do Peru; Carlos Manuel Peixoto, especialista em Educação Especial e Inclusiva de Portugal; e Patrícia Bollini, da Argentina; entre outros.

Além disso, foram realizadas 7 edições do Congresso Estadual das APAEs com vários temas de interesse dos profissionais das instituições. O Estado organizou, ainda, a X Olimpíada Nacional das APAEs, em 1990, e o III Festival Nacional Nossa Arte, em 1996.

APAES DO ESPÍRITO SANTO INICIAM NOVO MODELO DE ATUAÇÃO

As APAEs do Espírito Santo atuam como Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) desde 2010, quando a Federação elaborou, em conjunto com diretores e pedagogos, um novo Projeto Político Pedagógico com base na legislação vigente. A partir daí as instituições iniciaram o processo de regularização do CAEE junto ao Conselho Estadual de Educação.

A efetivação de um novo modelo de parceria com o poder público ocorreu após negociações realizadas ao longo de 2013 entre a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e a FEAPAEs-ES. A proposta da Federação foi aceita pela Secretaria, beneficiando mais de nove mil pessoas com deficiência intelectual e múltipla, incluídas em escolas regulares. As APAEs capixabas passaram a ser prestadoras de serviço para o Governo do Estado e deixaram de receber profissionais cedidos pela Sedu.

Nesse novo modelo a Sedu contrata as instituições e paga pelos serviços oferecidos a cada usuário. O atendimento agora é realizado para os alunos incluídos nas redes estadual e municipal, na faixa etária de

4 a 17 anos, e também àqueles acima de 17 anos matriculados na EJA (Educação de Jovens e Adultos). Eles são atendidos no contraturno das aulas comuns, nos CAEEs mantidos pelas APAEs.

Além disso, uma articulação com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seadh) definiu repasse de valores aos municípios para o atendimento no âmbito da Assistência que podem ser destinados às APAEs contemplando pessoas com deficiência intelectual na faixa etária acima de 17 anos não incluídos na rede de ensino. O repasse de recursos fundo a fundo para os 78 municípios capixabas já foi aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

O Presidente da Federação das APAEs do Espírito Santo (FEAPAEs-ES), Washington Luiz Sieleman Almeida, explica que, tanto a nova política da Educação como a da Assistência Social para as Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltiplas, implementadas no Espírito Santo, são fruto do trabalho árduo da Federação do Estado que elaborou, sugeriu e se articulou para torná-las realidade. Hoje a experiência de sucesso do Espírito Santo já está se tomando referência para outros Estados.

“Estou seguro de que estas novas relações garantirão, além da sustentabilidade das instituições, mais transparência nas relações e um salto significativo na qualidade dos atendimentos ofertados”, disse,





lembrando que essas ações só estão sendo possíveis graças a atuação da equipe da Federação, formada por profissionais extremamente empenhados e qualificados para discutir, dialogar e propor políticas públicas eficazes, sem deixar de lado a militância social em prol dos Direitos Humanos.

A Federação trabalhou, ainda, incansavelmente na revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) para garantir a estrutura organizacional e pedagógica dos CAEEs das APAEs e a interface com as escolas da rede pública de ensino. Essa ação prevê, inclusive, o acompanhamento dos resultados e da progressão dos alunos nessas duas instâncias e a análise de resultados é um processo primordial para o sucesso do aluno com deficiência intelectual tanto no Atendimento Educacional Especializado (AEE), como na escola comum.

SUSTENTABILIDADE

As APAEs passam a ser vistas, nessa relação, como prestadoras de serviços educacionais especializados, saindo da ótica e da instabilidade da subvenção pública, assumindo responsabilidade direta pela geração desses recursos (a partir da qualidade de seus serviços, da capacidade organizacional e da articulação com os agentes públicos). Essa é considerada a maior conquista. Uma mudança que altera a forma como a instituição se vê e como ela é vista a partir da comunidade e do próprio poder público.

Dentro desta nova lógica de trabalho a FEAPAEs-ES está executando o projeto APAE Sustentável nas instituições do Estado. O projeto tem o objetivo de gerar um documento em que são apresentados os serviços prestados pela Unidade que poderá ser entregue às administrações municipais ou à iniciativa privada, demonstrando a possibilidade de contratação de serviços especializados da APAE para o oferecimento

de atendimento à população com deficiência intelectual e múltipla local.

O projeto apresenta as atividades e instalações dotadas de capacidade de venda de serviços especializados, demonstrando a expertise que as instituições possuem e os resultados gerados na evolução motora e cognitiva dos usuários. Trata-se de um projeto inovador e estruturante criado pela Federação que resulta em um plano de negócios e na identificação de parcerias possíveis. Os técnicos da FEAPAEs-ES prestam o suporte de planejamento e auxílio para a criação de novas oportunidades de negócio, bem como revisão de algumas práticas, com o objetivo de potencializar as APAEs como prestadoras de serviços.

Essas mudanças foram necessárias diante de uma nova realidade no Brasil. Historicamente, as APAEs passaram por uma ótica voltada para a caridade, fortemente envolta numa mentalidade religiosa. Depois veio a filantropia enquanto modelo assistencial fomentado a partir da iniciativa de instituições sociais, assumindo um papel, sobretudo, de reivindicadora de direitos fundamentais às diversas lutas dos diversos grupos sociais. Entretanto, este modelo tinha e tem como principal antagonista o Estado, que embora detenha o monopólio legítimo das políticas públicas, não consegue atender todas as demandas existentes na sociedade. Isto acaba por estabelecer uma luta ideológica nos bastidores das relações que atinge as instituições em seu maior ponto fraco: a necessidade de financiamento público. As instituições que estiverem preparadas para vencer esse desafio, diversificando suas matrizes de financiamento e empregando qualidade nas suas ações estarão preparadas para vencer esse momento de transição. No Espírito Santo as APAEs já estão preparadas. ■

GOIÁS



FEAPAEs - GO
Federação das Apaes do Estado

A história do Movimento Apaeano em Goiás tem início em 1969, com a fundação da APAE Goiânia, em maio, e da APAE Anápolis, em junho. Hoje são 45 unidades filiadas à Federação das APAEs do Estado de Goiás (FEAPAEs) e cinco em processo de filiação, reconhecidas como promotoras da melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e de suas famílias.

APAES FILIADAS À FEAPAEs

APAE Alexânia, APAE Anápolis, APAE Aparecida de Goiânia, APAE Aragarças, APAE Bom Jesus, APAE Caçu, APAE Carmo do Rio Verde, APAE Ceres, APAE Chapadão do Céu, APAE Cristalina, APAE Crixás, APAE Edéia, APAE Formosa, APAE Formoso, APAE Goianésia, APAE Goiânia, APAE Goiás, APAE Itapirapuã, APAE Itapuranga, APAE Itumbiara, APAE Jaraguá, APAE Jataí, APAE Luziânia, APAE Marzagão, APAE Minaçu, APAE Mineiros, APAE Montes Claros de Goiás, APAE Morrinhos, APAE Niquelândia, APAE Orizona, APAE Palmeiras de Goiás, APAE Piracanjuba, APAE Pirenópolis, APAE Planaltina, APAE Porangatu, APAE Portelândia, APAE Posse, APAE Rubiataba, APAE São Miguel do Araguaia, APAE São Simão, APAE Silvânia, APAE Uruaçu, APAE Uruana, APAE Valparaíso de Goiás e APAE Vianápolis.

APAES EM PROCESSO DE FILIAÇÃO À FEAPAEs: (BOX)

APAE Alto Horizonte, APAE Nerópolis, APAE Nova Veneza, APAE Paranaiguara, APAE Santa Tereza de Goiás

Ao desempenharem a sua missão, as APAEs em Goiás possibilitam que seis mil pessoas sejam atendidas mensalmente nas áreas de educação, saúde, assistência social e preparação e encaminhamento para o mundo do trabalho. Algumas unidades funcionam como Centro de Convivência oferecendo atividades laborais e de autogestão. Há 45 anos a organização do Movimento Apaeano em Goiás era um sonho dos seus pioneiros, mas hoje podemos presenciar uma instituição forte, citada como referência em sua área de atuação.

A FEAPAEs foi criada em 1993, em Anápolis e, em 1995, transferiu a sua sede para Goiânia, onde funciona atualmente. São 20 anos trabalhando em prol da Apaeano no Estado de Goiás. Desde a sua criação a entidade foi presidida por Maria de Fátima Liergio (Anápolis 1993-1996); Josafá Cândido de Sousa (Anápolis 1997-1998); Valéria Gaynor da Fonseca (Palmeiras de Goiás 1999-2004); Vadir Estácio Maia (Anápolis 2005); Albanir Pereira Santana (Goiânia 2006-2011) e Grace Gibrail Kanjo, de Goianésia, que preside a entidade até a presente data.

Desde 2002 a Federação das APAEs do Estado de Goiás elege a cada dois anos seus autodefensores. O primeiro eleito foi Silas Rocha Guimarães da APAE Mineiros e hoje a autodefensoria tem como representantes Maria de Lourdes Menezes M. da Silva, da APAE Jaraguá e Diego Menezes da Silva, da APAE Goiânia.

Em 2004 a FEAPAEs promoveu a XVII Olimpíada Nacional das APAEs, realizada em Goiânia. O evento ocorreu de 17 a 24 de novembro e reuniu 1.200 atletas de 25 estados brasileiros, que competiram em 11 modalidades esportivas: futebol de campo, futebol de salão, atletismo, natação, basquetebol, judô, tênis



de mesa, ginástica olímpica, ginástica rítmica, handebol e capoeira. O evento contou, em sua abertura, realizada no Ginásio Rio Vermelho, com a presença do então ministro do Esporte, Agnelo Queiroz.

Um importante trabalho da FEAPAEs tem sido a luta pela regulamentação das Escolas Especiais em Goiás. As APAEs que oferecem atendimento educacional funcionam como Escolas Especiais, em sua maioria, por meio de convênios com a Secretaria de Educação do Estado ou dos municípios. Porém, a regulamentação das Escolas Especiais ainda não foi alcançada. Durante os anos de 2012 e 2013, representantes das APAEs de Anápolis, Cristalina, Goiânia e FEAPAEs-GO juntamente com a Gerência de Ensino Especial da Secretaria Estadual de Educação elaboraram um documento de reestruturação das Escolas Especiais que está sendo avaliado pelo Conselho Estadual de Educação, com o objetivo de regulamentar a Escola Especial em Goiás.

Os gestores das APAEs em Goiás reconhecem a importância do fortalecimento da FEAPAEs, bem como de outras Federações Estaduais para a consolidação do movimento nacional das APAEs sistematizado pela Federação Nacional (FENAPAEs), que tem sido incansável na luta pela garantia de direitos e inclusão das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla. ■



MINAS GERAIS



FEAPAES - MG
Federação das Apaes do Estado

Estimulados pela iniciativa carioca, a primeira APAE mineira surgiu no ano de 1956, na cidade de São Lourenço.

Em Minas Gerais, essa iniciativa teve como grande estimuladora a Professora Helena Antipoff que, apesar de ter criado e já existirem as Pestalozzis congregando apenas profissionais, também comungava com a idéia de que somente um movimento social genuíno de pais e amigos teria fôlego e força para influenciar os governos e sociedade.

Assim, na década de 60 foram fundadas as APAEs Mineiras, principalmente nas regiões Sul e Triângulo, ampliando-se nas décadas seguintes

a criação de novas APAEs nos municípios dessas regiões. Concomitantemente, observa-se o surgimento de outras nas regiões Central, Zona da Mata, Noroeste e Rio Doce.

O que não se imaginava, entretanto, que dali o movimento se espalhasse para todo o Estado, atingindo mais de 400 municípios mineiros. Apenas 30 anos mais tarde é que se deu a criação de uma Federação que congregasse todas as APAEs do Estado, a exemplo da então existente Federação Nacional das APAEs.

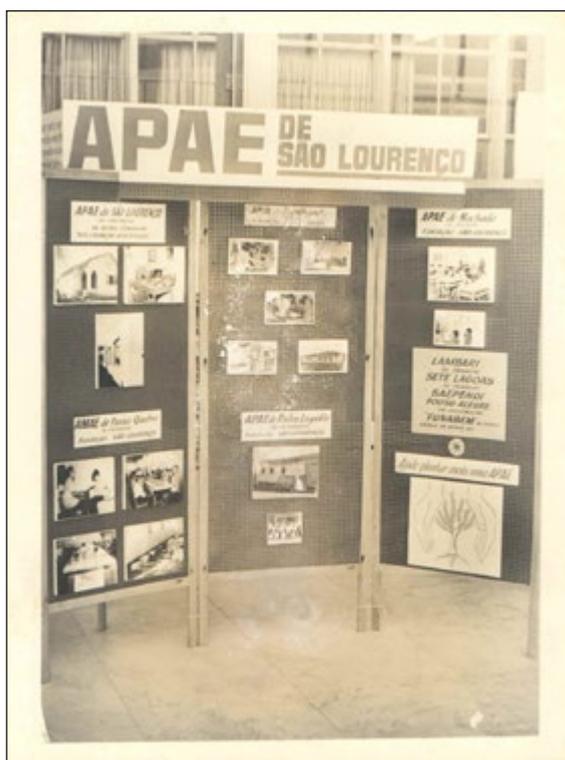
A fundação de uma Federação, naquele momento, tinha como iniciativa uma inovação trazida pelo Estatuto da Federação Nacional das APAEs, o qual determinava que o Estado que contasse com mais de 5 APAEs poderia criar sua própria Federação.

Diante disso, um grupo conduzido por Paulo Campos Guimarães, Professora Alayde de Souza Melo Tibo, Pe. Luís Zver e Eduardo Barbosa criaram a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, tendo como primeiro presidente Eduardo Barbosa, cargo, esse, posteriormente ocupado por Luíza Pinto Coelho e Sérgio Sampaio Bezerra.

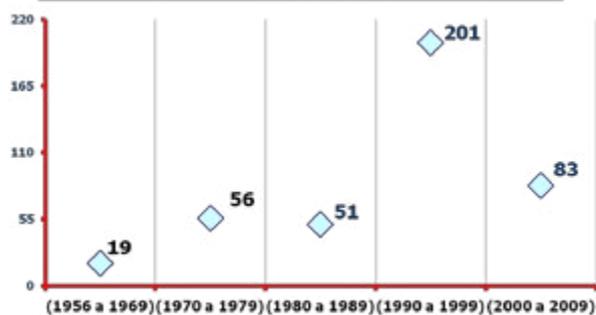
Foi assim que, no dia 11 de setembro de 1992, em assembleia, quando já se contava com aproximadamente 130 APAEs espalhadas por todo Estado Mineiro, foi fundada a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, que congrega atualmente 432 APAEs Mineiras e 9 instituições co-irmãs, distribuídas geograficamente no Estado em 35 Conselhos Regionais.

Sua primeira sede foi na cidade de Pará de Minas que apoiada pela APAE daquela cidade, passou a criar uma identidade única, favorecendo estratégias para conquistas e enfrentamento de desafios.

A partir da recém criada Federação Mineira, o número de APAEs fundadas no Estado passou a multiplicar, incentivadas pela diretoria dessa Federação. Tanto assim, que entre 1990 a 1999 foram criadas 201 APAEs pelas mais diversas regiões do Estado de Minas Gerais.



Número de Apaes fundadas em Minas Gerais a partir de 1956, por década:



Fonte: Federação Nacional das Apaes; Feapaes-MG (2012).

Vale destacar que, segundo o Censo do IBGE 2010, a população do Estado de Minas Gerais é de 19.595.309 habitantes e a dos municípios mineiros que possuem APAEs é de 15.960.968, podendo-se observar que a Rede Mineira das APAEs tem uma cobertura de 81,5% dos habitantes do Estado.

As APAEs Mineiras foram e são pioneiras em várias iniciativas. Há mais de 20 anos constituem a maior rede APAEana do Brasil, buscando incessantemente não apenas a defesa de direitos da pessoa com deficiência intelectual e múltipla mas, principalmente, a qualidade técnica dos serviços que são a elas prestados em nossas entidades.

Esse é o patrimônio das APAEs do Estado de Minas Gerais. Em cada município se organiza a partir de sua gente, despontando líderes que, com linguagem própria de cada localidade, fazem valer a mesma sina dos seus precursores.

Já nos seus primeiros anos de existência, em meados dos anos 90, a Federação das APAEs Mineiras investiu no desenvolvimento técnico dos profissionais atuantes nas entidades, implantando inicialmente, como metodologia de trabalho, a utilização dos manuais do

Projeto Águia, com o objetivo de dotar todo o Movimento Apaeano Mineiro de instrumentos gerenciais visando facilitar o processo administrativo das APAEs.

Foi nesse mesmo período, por volta de 1998, que o então Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE-MG), Eduardo Barbosa, idealizou, junto às APAEs, a total reformulação do acolhimento e acompanhamento dado às crianças e adolescentes abrigados na antiga FEBEM, criando assim o Programa Casa Lar no Estado de Minas Gerais, implantado em convênio com as APAEs.

Foi por meio dessa ação que foi possível proporcionar a esses indivíduos uma melhor qualidade de vida, em ambiente humanitário, familiar e seguro, que os liberasse de estigmas, rótulos e preconceitos, proporcionando-lhes uma real possibilidade de inclusão familiar, escolar, social e profissional, com o apoio dos serviços nas instalações das APAEs de Minas.

No início do Século XXI, demos início, pioneiramente, ao Programa de Autodefesa, mais precisamente na cidade de Uberaba, em paralelo com o Congresso Estadual das APAEs, quando então foi elaborado o 1º documento intitulado **Princípio 19**.

Daí em diante, todo o Movimento Mineiro e do Brasil entendeu que as pessoas com deficiência intelectual precisavam de apoio pedagógico e clínico, mas acima de tudo, precisavam ser preparadas para o desenvolvimento de sua autonomia, independência e para a defesa dos seus direitos.

Foi no ano em 2002 que se deu, pela primeira vez, a participação efetiva dos autodefensores no decorrer do Congresso Estadual das APAEs.

Um grande marco para a Federação de Minas aconteceu no ano de 2004, com a realização do Curso de Educação Especial Inclusiva, nos níveis de Atualização e Especialização, em parceria com a PUC-Minas Virtual,

proporcionando aos alunos a titulação de especialização na área.

O decorrer dos anos e o aprimoramento dos trabalhos executados nas entidades levaram-nos a uma complexidade de gerenciamento, exigindo-nos cada vez mais instrumentos eficazes para a realização de uma gestão moderna e organizada. Foi nesse sentido que em 2005 se deu a criação de um software gerencial destinado especificamente às APAEs, com base no Projeto Águia.

Em 2006, além da realização do 10º Congresso Estadual das APAEs e do Fórum de Autodefensores, concluiu-se também o Relatório de Avaliação Externa do Sistema APAE do Estado de Minas Gerais, advindo de um Termo de Cooperação celebrado entre a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas Virtual.

Referida pesquisa trouxe uma avaliação externa da execução dos trabalhos nas APAEs Mineiras entre os anos de 1998 a 2003, quando contava-se no Estado com 397 APAEs e co irmãs filiadas à Federação do Estado, possibilitando, assim, melhor planejamento das atividades das entidades no Estado.

Em 2007, publicou-se o Manual “NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS”. Um Manual destinado à formação de Autodefensores, expressando o desejo de serem ouvidos.

Em 2008 foram formados 11 Pólos Regionais para o programa de Formação Profissional de Articuladores Regionais e Locais das então já existentes 411 APAEs do Estado de Minas Gerais. Houve também a implementação do Sistema de Comunicação Integrado, utilizando-se o conceito de Rede e envolvendo todos os articuladores por meio de dois meios: jornal impresso e boletim eletrônico.

Ainda em 2008 foi criado a Organização do Núcleo de Apoio à Família, com a participação dos articuladores regionais e a implantação do Núcleo de Monitoramento dos Programas de Artes, Pedagogia e Educação Física, dando continuidade ao Monitoramento dos Programas de Autodefensoria e Educação Profissional e organizamos também o formato dos Festivais Regionais Nossa Arte, superando a dimensão puramente competitiva.

Desde sua fundação, a Federação das APAEs do Estado priorizou a realização dos eventos estaduais, tais como Olimpíadas das APAEs, Festival Nossa Arte e Congresso Estadual, realizados alternadamente todos os anos, contando com a participação de pessoas com deficiência, famílias e profissionais das APAEs, representando as mais diversas regiões do país.

Com a vinda da instituição da cidade de Pará de Minas para Belo Horizonte, a Federação de Minas ganhou, em 2009, maior visibilidade, passando a ser referência entre os órgãos públicos e privados em relação as parcerias firmadas que beneficiaram as APAEs Mineiras.

Nesse mesmo ano, a Federação expandiu essa concepção com a inclusão da autogestão e da participação da família, formando o Programa Autogestão,



Autodefesa e Família que ficou ainda mais fortalecido com a criação de uma coordenação estadual, composta inclusive de uma pessoa com deficiência intelectual.

Ainda em 2009, iniciou-se a implantação da Política de Acompanhamento e Monitoramento das Ações tendo como foco a qualidade dos serviços prestados pelas APAEs e a integralidade dos programas.

Esse também foi um ano de maior investimento na qualidade técnica dos profissionais da Federação, os quais percorreram toda a Rede Mineira, capacitando os profissionais das APAEs com relação as Ações Integrais e Integradas para o desenvolvimento humano da pessoa com deficiência intelectual.

Também em 2009, criou-se a Unidade Mineira da Universidade Corporativa da Rede APAE, como um espaço de desenvolvimento profissional, de forma a incentivar e orientar a produção de conhecimentos sobre a deficiência.

A Universidade Corportavia do Movimento Apaeano surgiu pela necessidade de se criar uma estrutura de atualização contínua de seus profissionais por meio de cursos à distância e presenciais. Além disso, são elaborados e publicados materiais técnicos atualizados acerca dos temas de interface com os serviços e ações executadas pelas APAEs.

Esses são os resultados alcançados desde sua criação:

CAPACITAÇÃO (2009 a 2013)	Nº. DE PARTICIPANTES
Oficina de Integralidade de Ações no Ciclo de Vida da Pessoa com Deficiência Intelectual	3.000
Promoção do Acesso da Pessoa com Deficiência ao Mercado de Trabalho	168
Curso de Envelhecimento Saudável da Pessoa com Deficiência Intelectual	186
Práticas de Promoção da Inclusão Escolar	75
Curso Sistema 2002: Nova concepção de deficiência intelectual	651
Fóruns de Autogestão, Autodefesa e Família	6.000
Oficina sobre a Nova Lei de Filantropia	265
Oficina de Secretaria e Gestão Escolar: organização de documentos	106
Oficina – Administração de Oportunidades iguais para pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho: guia prático para as empresas	13
Oficina TeleAPAE – ferramenta para captação de recursos	08
Seminário de Educação Inclusiva	172
Oficina de Preenchimento do Formulário do Educacenso	47
Deficiência intelectual: uma abordagem sobre o processo de desenvolvimento e aprendizagem	69
Ciclo de Palestras – capacitação da Central de Doações	40
Capacitação de Novos Dirigentes	1394
Capacitação – Fundação de Novas APAEs	248
Curso "Educação Especial no espaço da Educação Especial das APAEs"	535
Curso "Escola de Pais: estratégia para a defesa de direitos"	139
Curso "Gestão de APAEs: concepções, instrumentos e práticas"	108
Congressos Estaduais	2400
Capacitação em Monitoramento e Avaliação	70
Total de pessoas capacitadas de 2009 a 2013	15.694

É também a Uniapae Mineira que mantém em funcionamento o SIGA – Sistema Integrado de Gestão das APAEs, promovendo o intercâmbio de boas práticas de gestão entre as APAEs do Estado,

capacitando, assim, seus gestores e profissionais, por meio dos serviços de boa qualidade oferecidos pela Rede, tornando-os referência no SIGA.

Em 2010, de forma inovadora, foram realizados os fóruns locais de Autogestão, Autodefesa e Família, os quais possibilitaram a realização de 34 Fóruns regionais, sendo escutadas, na oportunidade, mais de 6.000 famílias e pessoas com deficiência.

Referidos fóruns culminaram na realização do Fórum Estadual de Autogestão, Autodefesa e Família, oportunidade em que foi publicada a Carta de Uberlândia, elaborada pelas famílias, autodefensores e profissionais da Rede Mineira das APAEs com o intuito de pontuar as necessidades das pessoas com deficiência intelectual atendidas pelas instituições.

O trabalho direcionado à família e pessoa com deficiência, deu início a dois grandes programas estruturantes da Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, quais sejam: Escola de Pais e Escola de Autodefensores, de forma a estimular o fortalecimento do protagonismo dos pais e autodefensores no Movimento Apaeano, favorecendo, assim, sua atuação na defesa da cidadania de seus filhos.

Também de forma inovadora, em 2011, a Federação de Minas e APAE de Belo Horizonte estabeleceram o Pacto de Gestão que teve por objetivo pactuar os resultados alcançados pela APAE de Belo Horizonte mediante estabelecimento de ações definidas, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento da gestão favorecendo o alinhamento institucional e administrativo. Dessa forma, a APAE-BH se transformou no locus das ações voltadas à pessoa com deficiência, pacto, esse, que vigora até os dias de hoje.

Atualmente a Federação de Minas implementou uma estratégia de excelência, com ações fortalecidas

perante a Unidade Mineira da Uniapae com o desenvolvimento do programa de **Formação Continuada** para os profissionais da Rede, privilegiando também, em eventos específicos, as pessoas com deficiência intelectual e suas famílias, incluindo-se a oferta de cursos de atualização, oficinas, reuniões e visitas técnicas e principalmente um estímulo ao programa SIGA dentro do Movimento Apaeano.

Em 2014, no ano em que as APAEs comemoram 60 anos de sua existência no Brasil, a Federação inicia a oferta de cursos na modalidade EaD (ensino a distância), firmando, também, importante parceria com a MAGISTRA – Escola de Formação e Desenvolvimento dos Profissionais da Educação de Minas Gerais, de forma que os cursos ofertados pela UNIAPAE passaram a ter a sua chancela, saindo, assim, do patamar de cursos livres para cursos oficial, credenciados por uma Instituição de Ensino.

Ressalta-se, ainda, que ao longo dos anos, desde sua fundação, a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, busca, incessantemente, firmar parceria com órgãos públicos e privados, elevando as APAEs em uma condição de visibilidade e credibilidade, diante dos trabalhos de excelência voltados à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Nesse sentido é que foi possível firmar parcerias essenciais para a continuidade dos trabalhos de nossas entidades no Estado, tais como:

- Parceria com a Secretaria do estado de Educação, por meio da cessão de aproximadamente 5000 professores para as escolas especiais das APAEs. Hoje conta-se com 311 APAEs Mineiras que possuem escola especial devidamente autorizada e em funcionamento.



- Parceria com a Secretaria do Estado de Saúde, com o credenciamento de 135 APAEs conveniadas com o SUS, sendo atendidos pela Rede Mineira das APAEs, através do SUS, cerca de 40 mil usuários.



Importante ressaltar que, em sua trajetória, a Federação de Minas atua na defesa de direitos, garantindo a inclusão da pessoa com deficiência em todas as políticas públicas; **No trabalho em comunidade**, esclarecendo as alianças estratégicas com vários setores e segmentos sociais para a melhoria da qualidade de vida e para inclusão da pessoa com deficiência; Na promoção

da **saúde para o envelhecimento saudável**, com atenção integral da pessoa com deficiência em todo o seu ciclo de vida; **No apoio à família**, com informações para que os familiares saibam lidar com a família da pessoa com deficiência; **No apoio a inclusão escolar**, com atendimento educacional especializado ao estudante com deficiência intelectual e múltipla incluído na escola comum; **Na escola especial da APAE**, com acolhimento aos estudantes com deficiência intelectual e múltipla nas séries iniciais do ensino fundamental, quando necessitam de apoio intensivo; **Na inclusão do trabalho**, com articulação de vários setores e preparação do estudante/trabalhador para o processo de inclusão social; **Na autogestão e autodefensoria**, criando situações favoráveis ao desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual.

A partir da implantação de seus projetos estruturantes da FEAPAEs-MG, é possível hoje vislumbrar uma consolidação da Rede, mesmo nos defrontando com grandes desafios que são cada vez mais solicitados em um país de grandes desníveis sociais e insuficientes políticas públicas e recursos financeiros. ■



MATO GROSSO DO SUL



FEAPAES - MS
Federação das Apaes do Estado

A Federação das APAEs do Estado de Mato Grosso do Sul foi fundada em 17 de março de 1995, em Campo Grande – MS, apesar do movimento Apaeano já estar presente no Estado desde 10 de junho de 1967, com a criação da APAE de Campo Grande.

A Federação somente foi criada graças à posição firme da Profa. Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira e sua luta em prol da pessoa com deficiência, por já estar totalmente envolvida com o Movimento Apaeano brasileiro.

A criação da Federação ganhou força como envolvimento da Presidente de Honra da Fundação de Promoção Social, do Governo do Estado Sra. Nelly Martins e da Deputada Estadual, Celina Martins Jallad, que disponibilizaram o aparelho do Estado à disposição da causa.

A assembleia geral de criação foi no Auditório da APAE de Campo Grande, na tarde do dia 17 de março de 1995, com a presença do Presidente da Federação Nacional Dep. Flávio Arns, da Presidente de Honra da Fundação de Promoção Social de Mato Grosso do Sul Sra. Nely Martins, a Diretora Executiva da Promosul Regina Maria Duarte, Delegado da 8ª Região (Mato Grosso do Sul) Antônio Carlos Brandina e para secretariar os trabalhos, foi convidado o Sr. Erisvaldo Santos de Andrade.

A Federação das APAEs do Estado de Mato Grosso do Sul já nasceu forte e robusta com 28 APAEs e sua primeira Diretoria foi formada pela seguinte chapa: Presidente; Fabiana Maria das Graças Soares Oliveira; Vice Presidente Adriana Aparecida B.M. Buytendorp; 1º Diretor Secretário Erisvaldo Santos de Andrade; 2º Diretor Secretário: Wilson Domingos de Paula; Diretor Financeiro Antônio Marques; 2º Diretor Financeiro; Maria Antônia

Formaggio Marques, Conselho Fiscal: Arildo Bráz Flores, Antônio de Almeida Lira e Mauro Perrupato da Silva; Suplentes do Conselho Fiscal: Edgard Buytendorp, Athair Ribeiro e Otamir Nogueira de Souza. Procurador Geral João Augusto Lopes.

Independente desses compromissos estatutários, a Federação tem uma atuação permanente de assessoria e consultoria às APAEs, auxiliando os seus gestores na administração, no fortalecimento dos laços Apaeanos e na luta intransigente em defesas dos direitos da pessoa com deficiência.

Esta Federação possui assento no Conselho Estadual de Assistência Social e no Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, participando





ativamente das reuniões, comissões permanentes, fóruns e conferências.

Fabiana Maria das Graças Soares Oliveira presidiu a Federação no período de 17/03/1995 a 31/07/1999, sendo substituída pela, também professora, Claise Kleemann que atuou no período de 01/08/1999 a 31/07/2001. O terceiro presidente foi o farmacêutico e professor universitário Antônio de Almeida Lira que presidiu de 01/08/2001 a 31.12. 2005. O 4º presidente foi o produtor rural, Harley Ferreira Silvério que permaneceu no cargo de 01.01.2006 a 31.12.2011. Assumindo a presidência da FEAPAEs/MS em 01.01.2012, Tidelcino dos Santos Rosa, pessoa de origem humilde, que começou a vida como caminhoneiro, chegando a ser um forte empresário com mais de 43 filiais no País e 02 no exterior.

Hoje a FEAPAEs - MS possui um imóvel de 9.104 m², avaliado em R\$ 2,8 milhões de reais, doado pela Associação Recreativa dos Funcionários da Transantos, onde será construído uma Casa Transitória, para atender as famílias apaeanas do interior e um Centro de Multiuso para gerar renda e atender as demandas da Federação.

Possui, ainda, uma frota razoável composta de cinco veículos, inclusive um caminhão Mercedes Benz, que é utilizado para arrecadar materiais e equipamentos doados, que são reparados e repassados para as APAEs. A maioria dos veículos foram recebidos por doações de órgãos governamentais e devidamente reparados e sendo usados para atender as demandas da entidade.

A FEAPAEs/MS encontra-se instalada em um imóvel cedido pelo Ministério do Planejamento, através da Superintendência do Patrimônio da união, de acordo com a Portaria nº 05, de 05.04.2011.

AS APAES DO ESTADO, ANTES DA CRIAÇÃO DA FEAPAEs/MS

Campo Grande (10/06/1967); Corumbá (09/11/1972); Dourados (01/09/1973); Três Lagoas (30/08/1975); Navirai (06/09/1977); Coxim (21/08/1979); Paranaíba (07.08.1980); Ponta Porã (25.01.1981); Nova Andradina (31/08/1981); Rio Verde de Mato Grosso (04/12/1984); Aparecida do Taboado (03/10/1985); Cassilândia (27/02/1986); Iguatemi (14/09/1986); Maracaju (12/12/1986); Mundo Novo (10/07/1987); Fátima do Sul (19/10/1987); Bataguassu (30/04/1988); Amambaí (25/05/1988); Itaporã (01/03/1989); Rio Brilhante (29/05/1989); Sidrolândia (29/06/1989); São Gabriel do Oeste (26/10/1990); Glória de Dourados (08/01/1991); Camapuã (19/11/1991); Caarapó (18/10/1992); Chapadão do Sul (10/02/1993); Sete Quedas (19/03/1993); Bandeirantes (30/01/1994); Anaurilândia (27/06/1994); Eldorado (19/12/1994); Pedro Gomes (23/08/1994).

Graças a iniciativa dos Senhores Noel Martins, Gabriel Cardoso Ramalho, Wilson Furtado e a Professora Olívia Enciso, que mobilizaram o Bispo Diocesano de Campo Grande, Dom Antônio Barbosa, o Comandante da 9ª Região Militar, que designou o Coronel Faustino Corrêa, para representar o Alto Comando Militar para estudar a viabilidade de criação de uma APAE em Campo

Grande. Esta comissão se reuniu algumas vezes e montou o Estatuto Social da entidade, que naquela época não era padronizado e marcaram para o dia 10 de junho de 1967, a realização da Assembléia Geral de criação da APAE de Campo Grande, na sede da Associação dos Corretores de Imóveis, situada na Rua D. Aquino no 339.

Na assembleia foi eleita a primeira Diretoria da entidade, ficando assim constituída. Presidente - Profa Oliva Enciso; 1o Vice Presidente - Dr. Wilson Furtado; 2o Vice Presidente - Manoel de Castro Pache; Secretário Geral - Noel Martins; 1o Secretário - Gabriel Cardoso Ramalho; Tesoureiro-Reginaldo Martins Mendonça. Conselho Fiscal: Orlando Andrade Pinho; Nery Alfeu Yule; Mauro de Almeida; José Afonso Portocarrero e Carlos Jenkins.

O segundo presidente foi o Sr. Noel Martins depois veio prof. Hércules Maymone e Antônio Issa Nahas. Este, exerceu o cargo com sacrifício e abnegação durante sete anos consecutivos, tendo, na sua gestão, conseguido junto ao casal Lutfala Gales e sua esposa, a doação desta área com 22.676,80 m2., recursos financeiros do governo do então Estado de Mato Grosso, para a construção do primeiro pavilhão da sede própria da APAE de Campo Grande e também todo o alambrado que circunda as divisas da área. Na época, a sede da APAE funcionava em dois lugares: a escola neste local e os técnicos e administração em um prédio alugado na Rua Anhanduí, próximo ao Mercado Municipal.

Depois de tantos anos de mandato e sentindo-se sozinho e exausto no comando da Entidade e, tantos problemas de ordem financeira e administrativa, em novembro de 1.981, o Tesoureiro Yosiharu Nosshe, procurou alguns membros da Loja Maçônica União e Fraternidade VI, fazendo um apelo para que a

Loja Maçônica assumisse a manutenção da APAE e, caso isso não fosse possível, a única alternativa seria encerrar as atividades da Entidade fechando suas portas.

Apesar de algumas resistências, um grupo de obreiros, resolveu assumir os destinos da APAE de Campo Grande, elegendo no dia 02 de Dezembro de 1981, Jorge Cardoso Ramalho para Presidência da Entidade, iniciando então a participação da maçonaria na manutenção da APAE.

Durante o seu mandato, Ramalho, além de sanar os problemas financeiros, deu inicio a uma série de atividades para arrecadar fundos, consagrando-se os famosos Churrascos da APAE, atraindo inúmeras pessoas. Com esses recursos, mais o apoio da comunidade, liderada pela Senhora Martinha Nantes, entre outros importantes colaboradores, destaca-se as empresas MAPE, através do Eng. Mauro Perrupato da Silva, onde foi construído o segundo Pavilhão da escola e da Empresa Transantos, através do Diretor Presidente Tidelcino dos Santos Rosa, na construção da piscina da entidade, sendo, atualmente o presidente da FEAPAES/MS. Ainda no mandato do Jorge Cardoso Ramalho, as Lojas Maçônicas, Acácia do Sul, Fraternidade e Segredo e Gonçalves Ledo, passaram a compor o grupo das mantenedoras da APAE de Campo Grande.

Hoje, após 47 anos de existência, APAE de Campo Grande tornou-se uma referência não só no Estado, como na rede apaeana nacional, com cinco unidades.

CEDEG - CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL GIRASSOL.

O CEDEG é a Unidade Escola da APAE de Campo Grande, onde é oferecido atendimento



pedagógico de elevado nível na modalidade de Educação Especial. O atendimento da escola é gratuito. Oferece Educação Precoce, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Programa Pedagógico Específico, Educação Profissional e Atendimento Educacional Especializado para alunos inseridos no ensino comum.

Possui um Clube de Mães, Pais e/ou Responsáveis, que tem a finalidade de promover a integração entre a escola e a família, incentivando a continuidade no processo educacional e integração do aluno no contexto social.

Os alunos matriculados recebem alimentação orientada por nutricionista, atendimento médico, odontológico, psicológico, fisioterapêutico, fonoaudiológico, transporte, enfim todo o apoio necessário para a promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e sua inclusão social.



IPED – INSTITUTO DE PESQUISA, ENSINO E DIAGNÓSTICO.

O Instituto de Pesquisas, Ensino e Diagnósticos da APAE foi criado em 1997 com o intuito de realizar exames Neonatal (Teste do Pezinho), pela APAE de Campo Grande no Estado de Mato Grosso do Sul.

Credenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o IPED é referência em exames de Triagem Neonatal no Mato Grosso do Sul e um dos mais completos do país, onde são realizados seis exames para detectar sete patologias. As coletas são efetuadas em papel filtro em qualquer unidade da rede pública de saúde.

Posteriormente, em novembro de 2002 foi criado o Programa Estadual de Proteção à Gestante, que consiste na realização de exames da Triagem Pré-Natal, usando sangue seco em papel filtro, que oferece um ganho em logística sem perder a qualidade. Na Triagem Pré-Natal são realizados 16 exames onde detectam doze doenças, o programa pioneiro também possibilita, com a confirmação do diagnóstico, o acompanhamento das gestantes com o objetivo de prevenir possíveis complicações para a mãe e para o bebê.

O IPED também executa exames de suporte para outros laboratórios que são hormônios tireoidianos, hormônios da fertilidade, marcadores tumorais, doenças auto-imunes, doenças infecciosas.

Hoje o Instituto de Pesquisa, Ensino e Diagnósticos da APAE realiza mais de dois milhões de exames por ano, cooperando para a prevenção de doenças crônicas ou que possam causar deficiência mental. Além de já ter atendido mais de 350 mil gestantes no Programa de Proteção à Gestante de Mato Grosso do Sul desde sua criação.

CAMS – CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL DE SAÚDE.

Criado em 2003, o Complexo de Atendimento Multidisciplinar de Saúde (CAMS) em convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), promove para a comunidade sul-mato-grossense 15 mil atendimentos por mês, onde atende pessoas portadoras de deficiência mental, física ou associada, oferecendo serviço de reabilitação global ao paciente, através de profissionais de diversas áreas como: assistentes sociais, fonoaudiólogas, psicopedagogas, fisioterapeutas, psicólogos, dentistas, terapeutas ocupacionais e nutricionistas. O CAMS conta também com um Corpo Clínico Médico composto por especialistas da área de pediatria, psiquiatria, neurologia, ortopedia, medicina genética e neuropsicologia, além de

realizar tratamento da espasticidade infantil com aplicação de toxina botulínica tipo A e acupuntura.

CER – CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO.

O CER – Centro Especializado em Reabilitação e Oficina Ortopédica da APAE de Campo Grande/MS com habilitação através da Portaria 1.357 e 1.358 ambas de 02 de dezembro de 2013 pelo programa Viver sem Limite do Ministério da Saúde, é um ponto de atenção ambulatorial especializado em reabilitação que realiza diagnóstico, tratamento, concessão, adaptação e manutenção de tecnologia assistiva, constituindo-se em referência para a rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência física e intelectual de seu território. ■



MATO GROSSO



FEAPAES - MT
Federação das Apaes do Estado

A FEAPAES/MT foi fundada em 05 de abril de 1995 na capital do Estado de Mato Grosso. Em sua fundação, esteve presente a Sra. Maria de Fátima Liejo, representando a Federação Nacional, e em maio foi empossada sua primeira presidente, a Sra. Benedita Arlete Ventura, que teve mandato extraordinário até 31 de agosto de 1997, para que se igualasse com as eleições previstas no estatuto.

Em 1997, com nova eleição, foi empossada nova presidente a Sra. Doracy Gomes Nonato e a sede da FEAPAES se mudou para Mirassol d'Oeste. Em 1999 as APAEs do Estado foram divididas em 10 polos, que naquele tempo eram denominadas delegacias. Doracy permaneceu na presidência por mais um mandato, até 2001, quando a Assembléia elegeu a Sra. Shirley Aparecida Poppi Garcia como presidente, tendo a sede da FEAPAES na cidade de Tangará da Serra. Neste período, vários alunos do estado começaram a destacar nas Olimpíadas regionais e estaduais e também no Festival de Artes.

Em 2003 a FEAPAES mudou sua sede para Primavera do Leste, sob o comando da Sra. Marlene Franco Bonadiman, que enfocou o trabalho na conscientização das unidades, para que seguissem os padrões estatutários. Neste mandato, foi deliberado sobre a necessidade da FEAPAES ter sua sede na capital, visto que, pelo tamanho do Estado, muitas APAEs ficavam distante da sede e isso impossibilitava maior participação nas reuniões e atividades de âmbito estadual.

Sra. Marlene foi reeleita mais uma vez e cumpriu mandato á frente da FEAPAES até o ano de 2007, com a sede na AMM- Associação Mato-grossense dos Municípios.

Em 2008 foi empossado o Sr. Francisco Gemelli, da cidade de Lucas do Rio Verde, porém a sede continua em Cuiabá e foi dado prosseguimento no trabalho

anterior, levando o movimento Apaeano em evidencia com os eventos anuais, como Olimpíadas, Festival de Artes, trazendo para o Estado grandes premiações.

Em 2012, em Assembléia, foi eleito e empossado por aclamação o Sr. Joenete Carlos Pereira Silva.

HISTÓRICO DA APAE DE CUIABÁ

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cuiabá - APAE surgiu de um ideal onde um grupo de pais se reuniram, uma vez que, tinham filhos com deficiência e necessitavam de uma Associação que prestasse assistência. Esse grupo liderado pelo Eng. Domingos Iglesias Valério resolveu fundar esta Instituição no dia 06 de outubro de 1967 sendo a primeira em Mato Grosso com sede própria.

A APAE de Cuiabá é a primeira fundada no estado de Mato Grosso.

O atendimento começou precário com voluntários, poucos professores e alguns profissionais na área. Atendia-se na ocasião 14 (quatorze) alunos, num espaço físico insuficiente. A procura era muito grande e dada a impossibilidade de atender toda a clientela, viu-se a necessidade imediata de ampliação o que aconteceu com a ajuda dos Clubes de Serviço, Governo Federal, Estadual, Municipal e apoio de todo segmento da sociedade.



A APAE - Cuiabá - MT, presta atendimento à 191 alunos em período integral de zero a quarenta e sete anos com Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla, Microcefalia, Hidrocefalia, Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor, Hemiplegia, Paralisia Cerebral, Síndrome de Down, Síndrome de West, Síndrome de Moebius, Síndrome de Willians entre outras.

DIRETORIA

A estrutura organizacional da APAE – Cuiabá - MT é composta por uma diretoria e uma equipe técnica educacional e administrativa. A diretoria é um órgão executivo colegiado, sendo eleita a cada três anos pela Assembleia Geral, que é o órgão executivo colegiado, sendo eleita por todas as categorias de sócios que a ela comparecem, sendo constituída pelos cargos: Presidente, Vice-Presidente, 1º Diretor Secretário, 2º Diretor Secretário, 1º Diretor Financeiro, 2º Diretor Financeiro, Diretor de Patrimônio, Diretor Social. A sede da APAE – Cuiabá – MT está localizada na Rua: Major Gama nº 600, esquina com a Av: 15 de Novembro no Bairro Centro Sul e tem uma área de unidade territorial própria de aproximadamente 5.971m² sendo construídas 3.070 m².

MISSÃO

A Escola Especial Maria Aparecida Pedrossian tendo como mantenedora a APAE/Cuiabá, desde a sua fundação, tem como missão promover o bem estar biopsicossocialeeducacionaldapessoa com deficiência intelectual, proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades, respeitando sua individualidade e garantindo seus direitos de cidadania.

EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica é composta por: uma Diretoria técnica pedagógica, um Coordenador Pedagógico,

uma Assistente Social, uma Fisioterapeuta, uma Fonoaudióloga e uma Psicóloga.

ESTIMULAÇÃO PRECOCE

A estimulação precoce é uma ciência baseada principalmente nas neurociências, na pedagogia e nas psicologias cognitivas e evolutivas, é implementada através de programas construídos com a finalidade de favorecer o desenvolvimento integral da criança. A estimulação precoce da APAE-Cuiabá atende crianças na faixa etária de zero a três anos com problemas evolutivos decorrentes de fatores genéticos, orgânicos e ou ambientais. Tais como:

- Crianças consideradas de risco;
- Crianças com deficiência intelectual e outras associadas a estas;
- Crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor;

PROJETO EMPREGABILIDADE

A profissionalização dos alunos com deficiência intelectual, possibilita um nível máximo de autonomia pessoal, desenvolvendo padrões exigidos nas empresas, capacitando-os para o mercado de trabalho.

OFICINAS

O papel da arte como forma de expressão e desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual proporciona expressão de sentimento inerentes ao indivíduo. Na APAE quando participam de atividades como: pintura, dança, música, fanfarras e artesanato, expressa o que pensa, o que sente e como percebe o mundo a sua volta, contribuindo assim para elevação de sua auto estima, causando-lhe bem estar emocional e melhorando suas interações sociais. ■

PARÁ



FEAPAES - PA
Federação das Apaes do Estado

APAE DE BELÉM, MEIO SÉCULO DE LUTA

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém completa 50 anos neste dia 30 de novembro de 2012. Desde a sua fundação, em 30 de novembro de 1962, a APAE de Belém trabalha de forma incansável na promoção do bem estar, na proteção e na inclusão social das pessoas com deficiência intelectual, múltipla e autistas.

A entidade possui caráter filantrópico desde a sua origem. A APAE de Belém foi fundada pelo casal Saint-Clair Leôncio Martins e Alice Engelhard Martins. O quarto filho do casal nasceu com Síndrome de Down. Ao procurar tratamento nos Estados Unidos, o casal foi orientado a fundar uma instituição que pudesse prestar assistência às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Assim, o casal deu início a uma campanha de sensibilização em Belém, buscando apoio para fundar a entidade. Desta forma, sensibilizou professores, pais, técnicos, amigos e voluntários como Margarida Schiwazzappa, Hilda Vieira e João (Blandina) Queiroz, entre outros abnegados.

Em 1979, a direção da APAE Belém buscou apoio das autoridades governamentais, de entidades privadas e da comunidade em geral para aquisição e reforma do prédio que abriga o centro de atendimento especializado e os órgãos diretivos da entidade. De 1962 a 1981, o trabalho da APAE Belém foi voltado para defesa dos direitos da pessoa com deficiência e ações de apoio aos alunos do Instituto Pestalozzi. Em 1982, a Associação implantou a sua escola em Belém, firmou convênio com a Seduc e iniciou suas atividades educacional e social. Em 1986, a APAE Belém implantou o seu centro de reabilitação, para prestar atendimento

através de equipe multidisciplinar, com assistências médica, psicossocial, pedagógica, de fisioterapia e fonoaudiologia. Este atendimento permite a integração social e profissional das pessoas portadoras de deficiência intelectual e múltipla, além de atividades de educação física, desportos e lazer.

APOIO DA COMUNIDADE, O MAIOR ALICERCE DA APAE DE BELÉM

Parceria com a sociedade paraense garantiu aquisição e reforma do prédio da entidade, no início de uma união marcada pela solidariedade.

A APAE de Belém começou a funcionar com sede provisória instalada no escritório do dr. Saint-Clair Martins, fundador da entidade, em 1962. Nesta época, a Associação trabalhava dando apoio às ações pedagógicas da fundação Pestalozzi. Em outubro de 1979, a direção da entidade adquiriu o prédio localizado na Avenida Generalíssimo Deodoro para instalar a sua sede própria.

Em seguida, a instituição passou a realizar várias campanhas com promoções para arrecadar verba necessária para a recuperação do prédio. Em final de 1981, a reforma começou a ser feita e a inauguração foi feita no ano seguinte.

A escola APAE-Belém começou a funcionar em 1982, permitindo à entidade fazer um atendimento mais abrangente às pessoas com deficiência na área de Educação Especial. Este atendimento se solidificou através de um convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Pará (Seduc), em abril de 1982.

Em 30 de janeiro de 1989 foi construída uma maloca para atividades recreativas com os alunos da instituição, mas a APAE de Belém já planejava desde 1987 em construir um Centro

de Reabilitação. Até que, em 1989, o engenheiro Carlos Lobo, Diretor de Patrimônio da APAE de Belém, apresentou o projeto arquitetônico do centro. A APAE de Belém passou a realizar diversas ações para financiar a construção. Em 6 de março de 1989 foi lançada a campanha publicitária “Não Cruze os Braços”, produzida pela Norte Propaganda, com o objetivo de ajudar no financiamento da construção do Centro de Atendimento. A instituição fez diversas promoções para arrecadar verba para a obra, como feiras de mel e festivais do sorvete em praças, passeios fluviais, shows musicais, peças teatrais, gincanas, chá beneficente do Hilton Hotel, além de gincanas, como a feita em 15 de maio pelo Colégio Moderno, entre outras ações.

Todas estas promoções foram administradas pela então Diretora Social da APAE de Belém, sra. Glória Souza. Em 16 de novembro de 1989 foi assinado convênio com o Ministério da Previdência, que viabilizou novos recursos para a obra, através de verba repassada pelo Inamps. Desta forma, por intermédio de uma grande mobilização da comunidade, a APAE de Belém conseguiu viabilizar a verba necessária para a obra.

PRESIDENTE DESTACA A SOLIDARIEDADE DA POPULAÇÃO

De acordo com dr. Luiz Augusto do Santos, que atualmente está em sua terceira gestão como presidente da APAE de Belém, o apoio da comunidade foi fundamental tanto para a construção do centro como para todas as ações promovidas pela APAE de Belém, sendo essencial para o funcionamento da entidade: “A sociedade paraense abraçou a causa da APAE, em defesa da pessoa com deficiência. É graças ao apoio da

comunidade que podemos desenvolver nossas atividades”, afirma o dirigente.

O centro de atendimento da APAE de Belém começou a ser construído em junho de 1989, durante a administração da presidente Nazaré Cristo Nascimento. A inauguração foi realizada em 28 de novembro de 1991, durante a gestão do presidente Luiz Augusto Machado dos Santos. No local passou a funcionar o Centro de Habilitação Dr. Saint-Clair Martins, com atendimentos em Educação Especial realizado por uma equipe multidisciplinar, composta por fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo, pediatra e neurologista.

Em seguida, ainda durante a gestão do dr. Luiz Augusto do Santos, foram construídas outras dependências na sede da APAE de Belém, como piscina, quadra de esporte, além de salas das oficinas profissionalizantes, como a fábrica de vassouras. Na gestão da sra. Laura Rosseti foi instalada a cobertura da quadra de esporte.



PARÁ POSSUI APAE_s EM 33 MUNICÍPIOS

O Movimento Apaeano no Pará

O Movimento Apaeano luta pela promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e a sua inclusão social. É constituído por pessoas com deficiência intelectual, múltipla e autistas e seus pais, amigos, voluntários, profissionais e instituições parceiras, públicas ou privadas.

No Estado do Pará, atualmente existem 33 APAEs nos municípios de Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Bragança, Capanema, Castanhal, Conceição do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Igarapé-Miri, Itaituba, Itupiranga, Juruti, Marabá, Moju, Novo Progresso, Ourilândia do Norte, Parauabepas, Paragominas, Redenção, Rondon do Pará, Santa Isabel do Pará, Santarém, São Domingos do Capim, São Geraldo do Araguaia, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Tomé Açu, Tucumã, Tucuruí e Marituba.

Depois do marco da inauguração da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Belém, o segundo município do Pará a contar com uma sede da APAE foi Santarém, fundada em 4 de fevereiro de 1977. A APAE de Santarém atende 264 usuários com Deficiência Intelectual e Múltipla no Centro de Atendimento Educacional Especializado Humberto Frazão. São oferecidos os Programas de Intervenção Precoce, Facilitação do Desenvolvimento Infantil, Competências e Habilidades Educativas e Educação Profissional, recebendo orientações de uma equipe técnica especializada formada por assistente social, psicólogas, pedagogas, enfermeira, fisioterapeuta, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, professores de

Educação Física e professores que atuam diretamente com os usuários nas salas de atendimento. Participam também do atendimento médicos voluntários nas áreas de Ortopedia, Otorrinolaringologia, Dermatologia, Oftalmologia, Neurologia e Cardiologia.

APAE DE BELÉM COMEMOROU 50 ANOS DE EXISTÊNCIA

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém comemorou 50 anos de existência. O Jubileu de Ouro foi festejado ao longo da semana que antecedeu a data de fundação (30/11/1962) da instituição e encerrou com uma festa no dia 29 de novembro de 2012, no Maison Pomme d'Or. O evento contou com a presença do Presidente da APAE de Belém, Luiz Augusto dos Santos, do Presidente da Federação das APAEs do Estado do Pará, Emanuel O'de Almeida Filho, da comunidade Apaeana no Estado e convidados. O grupo Corpo em Movimento da APAE de Belém, apresentou uma valsa em homenagem aos 50 anos.

Na celebração entregaram troféus para 35 agraciados pelos relevantes serviços prestados a causa da pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Dentre os homenageados estavam Ivo Amaral, José Severo, o engenheiro responsável pela construção do Centro de Habilitação Carlos Lobo, o Promotor de Justiça de defesa do idoso e da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, Waldir Macieira representando o Ministério Público. Além dos familiares dos Presidentes que já passaram pela APAE de Belém.

"Nós que deveríamos está homenageando a APAE, o que fazemos é pouco para merecer esse honraria. O trabalho da Instituição é marcante e está de Parabéns pelos 50 anos," disse o Publicitário Ivo Amaral ao ser agraciado.

O Promotor de Justiça Waldir Macieira representando o Ministério Público, parabenizou a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais pelos 50 anos de trabalhos dedicados a garantia dos direitos da pessoa com deficiência, principalmente de crianças e adolescentes na área de educação, saúde, apoio aos familiares para que tenham melhores condições de vida, autonomia, independência e dignidade.

O Presidente da Feapaes- Pa, Emanuel O'de Almeida Filho, em seu discurso, relembrou daqueles que dedicaram uma vida inteira a serviço da instituição como o casal Saint Clair e Alice Martins, Guilherme Olavo Viana, Nelson Cunha, Olga Vernet Cavalcante, Merivaldo Paiva, Emanuel O'de Almeida e outros. Recordou também que o Movimento Apaeano no Pará cresceu a partir da fundação da APAE de Belém, atualmente a instituição está em 36 municípios atendendo mais de 4.500 pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

"Quando completamos 50 anos do Movimento Apaeano no Brasil, estabelecemos como lema que 'sozinhos somos fracos, juntos seremos fortes na causa que abraçamos'. Não tem sentimento melhor para representar o momento que estamos vivendo senão o de olharmos para trás e vermos que conseguimos ser fortes na causa que abraçamos, e por isso estamos todos, que construímos à APAE," finalizou o Presidente da FEAPAEs-PA.

COMEMORAÇÃO DOS 20 ANOS DA FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO PARÁ

A FEAPAEs-PA comemorou 20 anos de fundação no dia 30 de maio de 2013. O evento iniciou com a celebração de uma Missa em Ação de Graças e em seguida o Presidente Emanuel O' de Almeida Filho,

juntamente com André Bastos e Ana Clara, usuários da APAE de Belém, cortaram a faixa simbolizando a inauguração da nova sede da FEAPAEs-PA.

Os presentes foram conhecer as instalações da nova sede e em seguida o Presidente da Feapaes- Pa entregou placas alusivas aos 20 anos de fundação da instituição, homenageando as pessoas que contribuíram ao longo desses anos ou que tenham representatividade na causa da pessoa com deficiência e de instituições de interesse social, além de inaugurar também a galeria dos ex-Presidentes da instituição.

O Presidente da FEAPAEs-PA afirmou que nesses 20 anos o Movimento Apaeano cresceu no estado do Pará e deve muito desse crescimento à unidade que foi construída pelos Apaeanos comprometidos com à causa e iniciaram as ações em defesa da pessoa com deficiência intelectual quando não tínhamos um grupo que os representasse. Daí a importância de homenagearmos todos os que contribuíram para as conquistas que foram alcançadas.

Por fim foi oferecido um coquetel aos presentes, com direito a bolo e os parabéns pelo aniversário da FEAPAEs-PA. ■



PARAÍBA



FEAPAES - PB
Federação das APAES do Estado

HISTÓRICO DA FEAPAE-PB

Foi fundada em 27/11/1998, na sala de convenções do Hotel Caiçara no município de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, reuniram-se em assembléia representantes da comunidade, das APAES do Estado e o Presidente da FEDERAÇÃO NACIONAL o Sr. Eduardo Barbosa. Para CRIAÇÃO e ELEIÇÃO da FEAPAES/PB, formada pelo seguintes membros: Presidente: Sra. Francisca Evelina Maroja Limeira; Vice Presidente Sra. Margarida da Mota Rocha; 1º Diretora Secretária Sra. Edleuza de Oliveira Salviano; 2º Diretor Secretário Sr. José Fernandes Oliveira; 1ª Diretora Financeira Sra. Rosália Maria Lins Araujo, 2º Diretora Financeira Sra. Eliane Trindade de Moraes Fernandes. Em 2001 foi eleita nova Diretoria da FEAPAE/PB, no Centro Tecnologia Educacional em Campina Grande formada pelos seguintes membros: Presidente Sr. Marcos Rogério de Souza; Vice Presidente o Sr. Ivaldo Araújo; 1ª Diretora Secretária Sra. Francisca das Chagas Vasconcelos, 2ª Diretora Secretária Sra. Maria da Conceição Costa do Rêgo; 1º Diretora Financeira Maria da Conceição Melo Monteiro; 2ª Diretora Financeira Sra. Josefa Neuza Juvenal. Em maio de 2003 foi eleita a 3ª diretoria da FEAPAES/PB composta por: Presidente Sr. Ivando Araujo; Vice-Presidente Sra. Adaci dos Santos; 1ª Diretora Secretária Sra. Maria da Conceição Costa do Rêgo, 2º Diretor Secretário Dr. Gilvan José Campelo dos Santos; 1ª Diretora Financeira Sra. Maria José de Araujo C. Aguiar; 2ª Diretora Financeira Sra. Rita de Cássia da S. Costa. Em 2005 foi reeleita a 4ª diretoria da FEAPAES/PB.

GESTÃO ATUAL DO TRIÊNIO 2012/2014:

Presidente: Dr. GILVAN JOSÉ CAMPELO DOS SANTOS
APAE-PATOS-PB.

1ª Diretora Secretária: ALDACIR DOS SANTOS SILVA
APAE-ESPERANÇA-PB.

2ª Diretora Secretária: MARIA DAS GRAÇAS MELO MONTENEGRO
APAE-JOÃO PESSOA-PB.

1ª Diretora Financeira: MARGARIDA DA MOTA ROCHA
APAE-CAMPINA GRANDE-PB.

2ª Diretora Financeira: WALÉRIA MARIA PEQUENO DE QUEIROZ
APAE-CAMPINA GRANDE-PB.

Diretor Social: ANA PAULA DA SILVA
APAE-CACIMBA DE DENTRO-PB.

CONSELHO FISCAL:

MARCOS FIGUEIREDO BENEVIDES IRINEU
- APAE-ESPERANÇA-PB.

ITAMAR DE SOUSA ANDRADE - APAE-AROEIRAS-PB.
MARIA BETÂNIA SANTIAGO LINS DE ARAUJO
- APAE-JOÃO PESSOA-PB.

CONCEIÇÃO DE LOURDES S. C. dos SANTOS - APAE-PATOS-PB.
NIVALDO AMADOR - APAE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO REGIONAL:

ROSÁLIA LINS DE ARAUJO - LITORAL - APAE-JOÃO PESSOA-PB.
ALDACIR DOS SANTOS SILVA - AGRESTE
- APAE-ESPERANÇA-PB.

CÁSSIA CRISTINA DO NASCIMENTO - BOBBOREMA
- APAE-CAMPINA GRANDE-PB.

JUDIVAN PEREIRA SOARES - SERTÃO - APAE-PATOS-PB.

PROCURADOR: GUTEMBERG VENTURA FARIAS - APAE-CG-PB

COORDENAÇÕES DA FEAPAE - PB

ASSISTÊNCIA SOCIAL: ÉLIDA LEIDIANE DE LIMA

AUTODEFENSORIA E FAMILIA: MARIA DA

CONCEIÇÃO COSTA DO RÉGO

ARTES: IRAQUITANIA ALVES BEZERRA

EDUCAÇÃO E AÇÃO PEDAGÓGICA: ROSSANA

SHEILA PONTES CARVALHO

EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER: CECILIA

DE CASTRO QUIRINO DIAS

DEFESA DE DIREITOS E MOBILIZAÇÃO

SOCIAL: EDUARDO JORGE DIAS FLORENTINO

SAÚDE: SANTANA MARIA FLORINDO

APAE - JOÃO PESSOA

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de João Pessoa – APAE-JP, fundada em 23 de março de 1957, é a 4ª APAE fundada no Brasil com 57 anos com registro das primeiras unidades das APAES do Brasil e primeira do Estado da Paraíba. A sede atual da APAE-JP localiza-se à Rua Bancário Waldemar de Mesquita Accioly, S/N – Bairro Bancários – João Pessoa/PB, norteia-se pela visão, missão e princípios básicos e diretrizes do Movimento Apaeano Nacional, procurando garantir excelência na prestação de serviços de assistência social, saúde e educação aos usuários e aos seus familiares.

Em 2002, fundou a “Escola de Educação Especial Rosália Maria Lins de Araújo”, regulamentada pelo Conselho Estadual de Educação, momento de extrema importância para a instituição, família dos usuários, e principalmente para a pessoa com deficiência (PcD) que ganhava mais um espaço de convívio social e de aprendizagem na educação formal acadêmica. Ao longo de mais de cinco décadas, a APAE-JP, tem desempenhado papel relevante em relação às PcD intelectual, múltipla e com autismo, bem como tem procurado incorporar as novas concepções produzidas pelas legislações e análises teóricas, cuja referência primordial é a inclusão social, como mecanismo garantidor dos seus direitos.

Hoje a instituição presta atendimento a cerca de quinhentos usuários e suas famílias, por meio de diversos programas e projetos como: Hidrocinesioterapia; GRIAV (grupo de envelhecimento saudável); Cinoterapia e Grupo TGD/TEA (voltados para os transtornos globais do desenvolvimento e autismo); APAE Humanizar



(programa de Assistência Social que tem como objetivo o bem-estar dos usuários e seus familiares, dos funcionários, voluntários e estagiários da instituição, bem como o fortalecimento da convivência e vínculo familiar e integração da família / entidade / usuário); Autodefensoria (programa que tem como objetivo o desenvolvimento e promoção da independência, autonomia e empoderamento das PcD usuárias da APAE-JP); Programa “MP para Todos” (programa de inclusão social em convênio com o Ministério Público da Paraíba); Escola para Pais (Programa de Assistência Social prestada às famílias), Grupo Ágape Down (trabalho que busca o desenvolvimento global das pessoas com Síndrome de Down), Comunicação Alternativa (programa voltado para as PcD que apresentam dificuldade na comunicação).

A APAE-JP foi pioneira no estado da Paraíba na implantação do projeto de “Cinoterapia”; uma abordagem terapêutica que tem como diferencial



o uso de cães como co-terapeutas no tratamento físico, psíquico e emocional de pessoas com deficiência. Este projeto iniciou-se através de uma parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 2006, tendo continuidade com os profissionais da instituição, e com a colaboração a três anos da Polícia Militar da Paraíba em João Pessoa, que auxilia trazendo os animais para a realização dos atendimentos.

Em 2005 a APAE-JP foi coadjuvante na realização do XXII Congresso Nacional das APAEs e III Fórum de Autodefensores (Uma Trajetória de Conquistas pela Valorização da Vida), que teve João Pessoa como palco desse grandioso evento. Nesta ocasião do evento tinha a frente da Federação Estadual APAES da Paraíba e da APAE-JP o atual Presidente Ivaldo Araújo. APAE-JP teve seu trabalho reconhecido em várias ocasiões, como a pesquisa intitulada “Deficiência Mental e Envelhecimento: Perfil de Idosos Portadores de Deficiência Mental nas APAEs do Estado da Paraíba”, que foi contemplada com o “I Prêmio Stanislau Krinsky”, durante o XXIII Congresso Nacional das APAEs (Vitória/ES 2008) e o Projeto “Escola Para Pais”, premiado durante o XXIV Congresso Nacional das APAEs (Belém/PA). Ambos demonstram o interesse da instituição em preservar uma visão integral da pessoa com deficiência, levando em consideração todas as fases do seu desenvolvimento e a importância do cuidado e atenção aos familiares destes indivíduos.

A instituição conta ainda com o IPEIA, Instituto de Pesquisa e Estudo Ivaldo Araújo, local de extrema importância para encontros, palestras e cursos promovidos à comunidade, familiares e usuários, com o intuito de difundir o conhecimento

e as discussões sobre os direitos, necessidades, particularidades e desenvolvimento das pessoas com deficiência.

APAE - CAMPINA GRANDE

Na última semana de agosto as APAEs do Brasil comemoram a Semana da Pessoa com deficiência e tomando conhecimento desta comemoração, a Secretaria de Educação junto com o CACE, 1ª instituição para tratamento de pessoas com deficiência e o Rotary na pessoa do seu presidente Carlton Ferreira da Nóbrega, realizaram a 1ª Semana da Pessoa com deficiência em Campina Grande, na platéia se encontrava um casal de gaúchos, o Senhor Arauto Hugo da Costa pediu a palavra e falou da existência das APAEs no Brasil que eles tinham uma neta com síndrome de down, que frequenta a APAE da cidade onde morava, deu vários detalhes sobre o que é a instituição APAE e daí partiu entre as pessoas presentes o desejo de fundar a APAE de Campina Grande e no dia 01.09.1982, O Sr. Carlton, a Sra. Letícia de Castro, a Sra. Maria da Conceição Costa do Rego (como mãe) e algumas das pessoas da sociedade e estudantes das universidades da cidade, presentes no referido encontro reuniram-se na faculdade de administração e fundaram a APAE-CG. A partir deste momento tomaram providências dos documentos necessários para o funcionamento da instituição. Algum tempo depois essas pessoas foram partindo para trabalhar fora da cidade ou voltar as suas cidades de origem, pois eram na maioria estudante de fisioterapia. O Sr. Carlton e a Senhora Conceição deram continuidade a obtenção dos documentos e certo dia o Sr. Carlton também partiu, ficando a Senhora Conceição só guardando toda documentação já

providenciada. Foram anos de sofrimento, pois ela sonhava com uma APAE onde sua filha tivesse oportunidade de desenvolver suas aptidões artísticas. Em 1993 um grupo de médicos e pais que passavam pela necessidade de cuidados especiais para seus pacientes com deficiência, resolveram criar uma APAE e visitando a APAE de São Paulo a Dra. Santana Maria Florindo teve conhecimento da existência da Federação Nacional das APAES do Brasil e entrando em contato com a Federação ela foi informada dos contatos das pessoas que haviam fundado uma APAE em Campina Grande. Foi um momento de muita alegria para a Senhora Conceição e esta alegria foi maior quando encontrou com as pessoas que formavam o grupo de pais e médicos, pois entre estas pessoas se encontrava a matriarca da APAE a Dra. Margarida da Mota Rocha. Sem ela nós ainda estávamos a sonhar.

EQUOTERAPIA NA APAE CAMPINA GRANDE-PB

A equoterapia foi implantada na APAE com o intuito de auxiliar no tratamento de pacientes com necessidades fisioterápicas. O método terapêutico consiste no uso do cavalo como um aliado ao praticante, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de acordo com a deficiência e com as necessidades especiais. O centro de equoterapia faz uma abordagem interdisciplinar, envolvendo a área de saúde, educação e equitação. Para a realização do trabalho, são exigidas a presença de um psicólogo, um fisioterapeuta e um equitador. Segundo Flávia Castro, coordenadora do centro de equoterapia da APAE Campina Grande, o método é utilizado para que haja uma melhora na qualidade de vida do

praticante. “Nós vemos aqui bons resultados, há sempre alguma melhora no quadro dos pacientes” ressaltou Flávia. A interação com o animal promove o desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima, além de ajudar a força muscular, o relaxamento, a conscientização do próprio corpo e o aperfeiçoamento da coordenação motora e do equilíbrio. Mãe de João Vitor Souza, que frequenta a associação à 3 anos, a dona de casa Roseli Dos Santos Souza aprova e recomenda o método “acho muito bom! Antes da equoterapia tinha que carregar meu filho nos braços, hoje ele já consegue andar sozinho”.



APAE PATOS - PB

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de Patos-PB, sociedade civil, de direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, com sede e foro em Patos - Paraíba com seu Estatuto Registrado sob Nº 9470, Livro A 002, no Cartório de Dinamérico Wanderley, na cidade de Patos-PB, com CNPJ sob o Nº 11.986.205/0001-04. Foi fundada em 06/05/1988 e reativada no dia 14 de abril de 2000, portanto APAE de Patos está no seu 12º ano de trabalho após a reativação. Os registros e títulos conseguidos pela mantenedora: Utilidade Pública Municipal sob Lei Nº 1.767/89 de 22 de setembro de 1989; Utilidade Pública Estadual sob Nº: 7.144 de 15/07/2002, filiação à Federação Estadual e Nacional das APAEs sob o Nº 1.689.

QUAL A FUNÇÃO DA APAE?

- Assegurar a qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência;
- Possibilitar a sua independência e possível autonomia;
- Promover a sua normalização;
- Promover a socialização
- Contribuir para o resgate da sua cidadania garantindo sua participação efetiva na comunidade em que está inserida.

Estas funções são exercidas através de um processo sócio-educativo que se desenvolve desde o nascimento até a vida adulta.

APAE - MAMANGUAPE

A APAE de Mamanguape foi reativa em 26 de Julho de 2004, pelo um grupo de mães que

sensibilizados pelo problema com seus filhos em nosso município fundaram a Escola de Educação Especial Marlene de Fátima Oliveira. A partir de Fevereiro de 2005 o Atendimento Educacional Especializado a pessoa com deficiência teve início Mamanguape. A Instituição atende crianças, adolescentes e adultos deficientes tendo como objetivos de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio a família assegurando uma melhor qualidade de vida das pessoas com deficiência, proporcionar atendimento clínico, educacional, social, cultural e jurídico com o objetivo de acompanhar e tratar as pessoas com deficiência, bem como orientar seus familiares, desenvolver ações de fortalecimento com a comunidade com a finalidade de construir uma sociedade mais aberta ao convívio com a diversidade humana.

OUTRAS APAEs

APAE - SANTA LUZIA

APAE - ESPERANÇA

APAE - SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

APAE AREIA-PB

APAE AROEIRAS-PB

APAE BOQUEIRÃO-PB

APAE CACIMBA DE DENTRO-PB

APAE UIRAÚNA-PB

APAE CAJAZEIRAS *

APAE MARI *

APAE NAZAREZINHO *

APAE SANTA RITA **

APAE SERRA BRANCA * ■

PERNAMBUCO



FEAPAES - PE
Federação das Apaes do Estado

QUANDO SURTIU NO BRASIL?

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla.

A APAE é integrada por pais e amigos de uma comunidade significativa de alunos com necessidades especiais, contando para tanto com a colaboração da sociedade em geral, do comércio, da indústria, dos clubes, das lojas, dos profissionais liberais, dos políticos, enfim, de todos quantos acreditam e lutam pela causa da pessoa com deficiência.



QUANDO SURTIU EM PERNAMBUCO?

A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado de Pernambuco - APAE Recife, foi fundada no dia 27 de outubro do ano de 1961, pelo casal Rabelo Srº Armando Cunha Rabelo e a Srª Ivete Moreira Rabelo, tendo Sede à Rua Andrade Bezerra, nº 73, no Bairro Parnamirim, na cidade do Recife-PE.

A necessidade surgiu ao grande índice de pessoas com deficiência intelectual e múltipla; por não existir tratamento específico no estado, havendo a necessidade desse público se deslocar para outros Estados como: São Paulo e o Rio de Janeiro.

DADOS DOS INDICADORES SOCIAIS APURADOS NO ANO DE 2013 DAS APAES FILIADAS A ESTÁ FEDERAÇÃO ESTADUAL

Durante o ano de 2013 a FEAPAES/PE juntamente com suas 16 APAEs filiadas com registro de filiação na FENAPAES que são elas: Agrestina, Águas Belas, Barra de Guabiraba, Belém de Maria, Bezerras, Buíque, Cachoeirinha, Carnaubeira da Penha, Cupira, Garanhuns, Mirandiba, Passira, Petrolina, Recife, Salgueiro, Serra Talhada e suas 02 APAEs que estão em processo de filiação que são elas: Itaíba e Sairé. Procurou trabalhar da melhor forma possível para atender as necessidades de todo o seu público. E contou com a colaboração e o compromisso de profissionais de diversas áreas de atuação, com o objetivo de garantir e assegurar o acompanhamento de mais de 2.170 usuários sendo eles crianças, jovens e adultos que buscaram nesta instituição um atendimento sério e compromissado. Segue abaixo planilhas com dados apurados nas APAEs de Pernambuco no ano de 2013.

1. Perfil dos Beneficiários	
1. Quantidade Geral de Usuários Assistidos	2.170
2. Quantidade Geral de Crianças Assistidas	857
3. Quantidade Geral de Jovens e Adultos Assistidos	1.313
4. Quantidade Geral do Sexo Feminino Assistidos	838
5. Quantidade Geral do Sexo Masculino Assistidos	1.332
6. Quantidade de Usuários Assistidos na Faixa Etária de 0 a 6 anos	467
7. Quantidade de Usuários Assistidos na Faixa Etária de 7 a 14 anos	610
8. Quantidade de Usuários Assistidos na Faixa Etária de 15 a 18 anos	519
9. Quantidade de Usuários Assistidos na Faixa Etária de 19 a 60 anos	574

2. Equipe Multidisciplinar	
Quantidade Geral de Profissionais nas APAEs	395
Quantidade Geral de Profissionais cedidos pelo Estado	06
Quantidade Geral de Profissionais cedidos pelo Município	166
Quantidade Geral de Profissionais contratados pelas APAEs	70
Quantidade Geral de Profissionais Voluntários nas APAEs	226

Perfil das APAEs/PE	
1. Quantidade Geral de APAEs no Estado	18
2. Quantidade Geral de Sócios nas APAEs	2.000
3. Quantidade Geral de Doadores nas APAEs	+/-22.300
4. Quantidade Geral de Colaboradores nas APAEs	370
5. Quantidade Geral de APAEs que possuem veículos	08
6. Quantidade Geral de APAEs que não possuem veículos	10
7. Quantidade Geral de APAEs com Sede própria	07
8. Quantidade Geral de APAEs com Sede cedida/alugada	11
9. Quantidade Geral de cidades assistidas pelas APAEs	79

DADOS APURADOS NAS APAES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

As APAEs do Estado de Pernambuco realizam por ano um total de 1.462,944 atendimentos (Um Milhão Quatrocentos e Sessenta e Dois Mil e Novecentos e Quarenta e Quatro), sendo estes atendimentos executados pela equipe multidisciplinar 02 vezes por semana e em sala de aula com a equipe multifuncional 05 vezes por semana.

Atendimentos Especializados Prestados pelas APAEs/PE					
1. Descrição Geral dos atendimentos realizados em Serviço Social	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 20	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 2.500	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 5.000	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 20.000	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 240.000
2. Descrição Geral dos atendimentos realizados em Fisioterapia Motora	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 17	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 920	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 1.840	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 7.360	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 88.320
3. Descrição Geral dos atendimentos realizados em Fonoaudiologia	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 13	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 823	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 1.646	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 6.584	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 79.008
4. Descrição Geral dos atendimentos realizados em Psicologia	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 18	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 2.220	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 4.440	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 17.760	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 213.120
5. Descrição Geral dos atendimentos realizados em Psicomotricidade	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 07	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 989	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 1.978	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 7.912	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 94.944
6. Descrição Geral dos atendimentos realizados em Terapia Ocupacional	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 06	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 1.042	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 2.084	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 8.336	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 100.032
7. Descrição Geral dos atendimentos realizados em Serviços Médicos	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 09	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 1.020	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 2.040	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 8.160	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 97.920
8. Descrição Geral dos atendimentos realizados em Odontologia	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 03	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 350	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 700	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 2.800	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 33.600

9. Descrição Geral dos atendimentos realizados em Nutrição	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 03	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 830	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 1.660	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 6.640	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 79.680
10. Descrição Geral dos atendimentos realizados em Serviços Jurídicos	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 06	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 220	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 440	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 1.760	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 21.120
11. Descrição Geral dos serviços realizados em Profissionalização	Quantidade Geral de Profissionais neste serviço 02	Quantidade Geral de alunos atendidos neste serviço 60	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço semanal 120	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço mensal 480	Quantidade Geral de atendimentos realizados neste serviço anual 5.760
12. Descrição Geral das atividades realizadas em Reciclagem	Quantidade Geral de Profissionais nesta atividade 12	Quantidade Geral de alunos atendidos nesta atividade 490	Quantidade Geral de atividades realizadas semanal 980	Quantidade Geral de atividades realizadas mensal 3.920	Quantidade Geral de atividades realizadas anual 47.040
13. Descrição Geral das atividades realizadas em Artes	Quantidade Geral de Profissionais nesta atividade 15	Quantidade Geral de alunos atendidos nesta atividade 1.450	Quantidade Geral de atividades realizadas semanal 2.900	Quantidade Geral de atividades realizadas mensal 11.600	Quantidade Geral de atividades realizadas anual 139.200
14. Descrição Geral das atividades realizadas em Dança	Quantidade Geral de Profissionais nesta atividade 14	Quantidade Geral de alunos atendidos nesta atividade 870	Quantidade Geral de atividades realizadas semanal 1.740	Quantidade Geral de atividades realizadas mensal 6.960	Quantidade Geral de atividades realizadas anual 83.520
15. Descrição Geral das atividades realizadas em Informática	Quantidade Geral de Profissionais nesta atividade 03	Quantidade Geral de alunos atendidos nesta atividade 270	Quantidade Geral de atividades realizadas semanal 540	Quantidade Geral de atividades realizadas mensal 2.160	Quantidade Geral de atividades realizadas anual 25.920
16. Descrição Geral das atividades realizadas em Educação física	Quantidade Geral de Profissionais nesta atividade 13	Quantidade Geral de alunos atendidos nesta atividade 1.185	Quantidade Geral de atividades realizadas semanal 2.370	Quantidade Geral de atividades realizadas mensal 9.480	Quantidade Geral de atividades realizadas anual 113.760
Total Geral dos atendimentos e atividades realizadas pelas APAEs/PE			Semanal 02 x na semana	Mensal 08 x no mês	Anual 96 x no ano
			30.478	121.912	1.462,944

ÁREAS DE ATUAÇÕES

DEFESAS DE DIREITOS: Inclusão dos direitos das pessoas com deficiência em todas as políticas públicas.

TRABALHO EM COMUNIDADE: Estabelecer alianças estratégicas com vários setores e segmentos sociais para a melhoria da qualidade de vida e para a inclusão da pessoa com deficiência.

PROMOÇÃO DA SAÚDE PARA O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL: Atenção integral da pessoa com deficiência, em todo o seu ciclo de vida.

APOIO À FAMÍLIA: Oferece informações para que a família saiba lidar com o familiar deficiente.

APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR: Atendimento educacional especializado ao estudante com deficiência intelectual e múltipla incluído na escola comum.

AUTOGESTÃO E AUTODEFENSORIA: Criar situações favoráveis ao desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual.

DEPARTAMENTO DE ARTES: O desenvolvimento nas mais diversas áreas da Arte como dança, teatro e música. ■

PIAUI



FEAPAES - PI
Federação das Apaceas do Estado

A história da APAE de Teresina se confunde com o Movimento de apoio a pessoa com deficiência, nos estados do Piauí, Ceará e Maranhão, por concentrar em única personalidade o mérito de haver incentivado nos três estados, a implementação do ensino especial, seguindo orientações da FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES, o maior órgão filantrópico e comunitário do mundo em sua área de atuação.

Fundada em 04 de junho de 1968 por iniciativa do professor João Porfírio de Lima Cordão e da sua esposa, Professora Maria do Socorro de Sá Lima, pais de um filho deficiente.

Ao identificar que seu filho, apresentava uma série de deficiências, buscaram a APAE da Guanabara, Rio de Janeiro, intuito de deixá-lo internado na referida Instituição, a fim de receber aos cuidados necessários à sua problemática. Na oportunidade coube à diretoria daquela entidade, informá-los de que não atendiam em regime de internato, esclarecendo ser de fundamental importância e envolvimento dos familiares no processo de recuperação.

Percebendo a grande frustração com que o mencionado casal recebera a notícia, a Professora Consuelo Pinheiro, indagou se havia interesse dos mesmos em fundar uma APAE na cidade de Teresina, objetivando a implantação do sistema de educação especial para o atendimento a um grande número de pessoas que, certamente, poderiam ser beneficiadas. Recomendou que pensassem no assunto e caso aceitassem a proposta poderiam contar com todo o seu apoio, inclusive, com oferta de estágio naquela APAE para as educadoras que iriam iniciar trabalho em Teresina – PI.

A primeira reunião para a fundação da APAE Teresina, aconteceu no salão do auditório da Rádio Difusora de Teresina, às 20:00 horas do dia 04 de junho de 1968, sendo presidida pelo desembargador João de Deus

Lima e secretariada pela Professora Cristina Bezerra da Luz Leite.

Assumiu a presidência da APAE de Teresina, no seu primeiro mandato o ilustre professor João Porfírio de Lima Cordão, passando a se auxiliado por sua esposa, a professora Maria do Socorro de Sá Lima, além de várias pessoas que fizeram parte desta iniciativa e, conseqüentemente, da história do Movimento Apaceano em Teresina – PI.

Juntamente com a APAE de Teresina nascia no dia 06 de junho de 1968, um sentimento de apoio e de solidariedade para as pessoas deficientes e aos seus familiares que, até então, mantinham seus entes queridos confinados em suas residências por força do elevadíssimo grau de preconceito predominante na sociedade naquela época.

Por influência do professor Cordão, junto ao governo estadual fora inaugurada, no dia 26 de agosto de 1968, a primeira escola de ensino especial em Teresina, intitulada Escola de Educação Especial Professora Consuelo Pinheiro. A referida escola passou a funcionar com recursos humanos e materiais cedidos pelo governo do Estado e, assessorada pelo Presidente da APAE de Teresina e da Professora Yole Maria Nogueira, educadora com ampla experiência na área que viera da cidade de Guanabara para residir





em Teresina – PI e dirigida pela professora Maria do Rosário Lemos.

Em 1972 foi inaugurada a escola de educação especial Professora Cristina Leite, localizada na Rua Paissandu (prédio alugado), e dirigida pela Professora Maria Rocilda Tavares Batista.

Em 1981 a escola a APAE passa a funcionar em regime de semi-internato.

Em 17 de setembro de 1982 foi inaugurado o centro de recuperação e profissionalização integrado, localizado na Rua Des. José Messias, 1158 – Bairro Pirraça, onde funciona até hoje o setor administrativo da APAE de Teresina – Sede Própria. E a escola de educação especial Professora Cristina Leite passou a ser chamado de Centro de Recuperação e Profissionalização Integrado, funcionando no mesmo prédio.

Ao iniciar suas atividades na área da educação especial, a APAE de Teresina preocupava-se exclusivamente, em oferecer aos seus assistidos a escolaridade, acreditando na possibilidade de alfabetizar todas as pessoas com deficiências.

Após observar que os resultados aconteciam lentamente e, que elevado índice dos alunos não estavam atingindo o êxito desejado, a entidade resolveu investir em busca de melhores alternativas, passando a oferecer também, alimentação, orientação à família. Embora tomando conhecimento de que melhores e mais completas opções de atendimento vinham sendo adotadas por instituições congêneres localizadas em outros estados, a APAE de Teresina não possuía a mínima chance, em virtude da capital do Piauí, não dispor dos profissionais qualificados para composição de uma equipe multidisciplinar. Gradativamente a equipe foi sendo composta para implantar os serviços e/ou tratamentos na área de saúde.

Em 1983, a APAE de Teresina, entendeu que além da escolaridade e do tratamento seria importantíssimo oferecer as pessoas com deficiências um treinamento profissional. Para realização deste objetivo a APAE de Teresina, montou as oficinas de marcenaria, solda elétrica e serralheria. Utilizando ainda, com finalidade de habilitar os alunos para inserção no mercado de trabalho, estágios e algumas indústrias locais.

Em 1995, por iniciativa do seu emérito fundador foi feita a inauguração e instalação do laboratório Teste do Pezinho e em 1996 a assinatura do convenio com a Fundação Municipal de saúde, visando atendimento ambulatorial para crianças da APAE e comunidade de realização do teste do Pezinho, em laboratório da APAE, que se encontra funcionando até hoje.

Em 2.000 – instalação do laboratório de informática, equipado para aulas de informática dos alunos da APAE de Teresina.

Atualmente a APAE de Teresina encontra-se em pleno funcionamento, tendo como Presidente atual a Srª Angela Maria G. Souza Gaioso.



A 2ª APAE a ser fundada no Piauí foi na Parnaíba em 7 de outubro de 1970, vindo depois Floriano em 30 de junho de 1973 e Campo Maior em 8 de agosto de 1975.

Existem hoje no Piauí 43 APAEs atuando nas áreas de prevenção, reabilitação e educação proporcionando o desenvolvimento das potencialidades e melhorando a autonomia das pessoas com deficiência, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania.

A FEDERAÇÃO DAS APAEs DO PIAUÍ

A primeira reunião para fundação da FEAPAEs das APAEs do Piauí, aconteceu na quadra coberta da APAE de Teresina as 8:20hs, do dia 18 de setembro de 1993, sendo presidida pelo professor João Porfírio de Lima Cordão e secretariada pela psicóloga Maria Helena Santana de Oliveira. Estava presente a fundação a Vice-presidente da Federação Nacional das APAEs região Nordeste ocidental, Maria do Carmo Drumont Martins. Nesta mesma reunião foi feita a leitura, discussão e aprovação do estatuto, item por item com debate e aprovação no final da leitura, sendo aclamada para assumir a presidência da Federação das APAEs do Piauí a Sra. Maria do Carmo Drumont Martins. A nova diretoria Executiva providenciou o seu registro, divulgação e filiação junto a Federação Nacional das APAEs.

OBJETIVOS DA FEDERAÇÃO DAS APAEs DO PIAUÍ:

Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania e inclusão social,

Promover, orientar e acompanhar o funcionamento das APAEs no estado prestando serviços gratuitos

permanentes e sem qualquer discriminação de clientela aqueles que deles necessitam,

Atuar na definição da política estadual de atendimento a pessoa com deficiência em consonância com a política adotada pela Federação Nacional, coordenando e fiscalizando sua execução pelas entidades filiadas,

Estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente das entidades filiadas e representá-las junto aos poderes públicos e entidades privadas.

Implantação do telemarketing da FEAPAEs PI

No dia 26 de abril de 2006, no auditório do Ministério da Saúde, foi implementado no Piauí o telemarketing de responsabilidade da FEAPAEs – PI.

O sistema contou inicialmente com 14 profissionais qualificados e capacitados para um serviço de qualidade.

A implantação do sistema de telemarketing foi uma parceria entre a Federação das APAEs do Piauí e a empresa Ferrero, de São Paulo, uma das pioneiras nesta área de prestação de serviços para terceiro setor.

IMPLANTAÇÃO DE CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO NAS APAEs DE PI

A federação das APAEs do Piauí em parceria com a Secretaria de Saúde, vem possibilitando, através das APAEs conveniadas um programa de reabilitação em suas clínicas, que consiste no atendimento especializado considerando a necessidade de garantir as pessoas com deficiência, assistência por intermédio de equipe multiprofissional e multidisciplinar utilizando-se de métodos e técnicas terapêuticas especificadas. No período de um ano mais de 100 mil procedimentos gratuitos, através do SUS são realizados nas clínicas das APAEs de Teresina, José de Freitas, Piripiri, Parnaíba, Floriano, Esperantina e Picos. ■

PARANÁ



FEAPAES - PR
Federação das Apeaes do Estado

FEAPAES/PR: MAIS DE 20 ANOS DE ATUAÇÃO NO PARANÁ

A criação das federações estaduais já havia sido objeto de discussão por parte da diretoria executiva da Federação Nacional das APAEs (FENAPAEs) desde 1993. Esta questão foi colocada na assembleia realizada nos primeiros dias de abril daquele ano, pela então vice-presidente da FENAPAEs professora Odenise Teresinha Arns. Até então, no Movimento Apeaeano, as unidades dos estados eram consideradas como vice-federações subordinadas à Nacional. No Paraná, o vice-coordenador era o senhor Hans Helmut Behrend da APAE de Rolândia, que antecedeu a professora Odenise na vice-coordenação do estado.

Assim, no dia 29 de maio de 1993, no Centro de Convenções de Foz do Iguaçu, foi realizada a “Assembleia Geral Ordinária” das APAEs do Paraná. Nesta data, foi colocada em votação pelo então presidente da Federação Nacional das APAEs Flávio

Arns, a criação da Federação das APAEs do Estado do Paraná, matéria aprovada por unanimidade pela assembleia. A Feapaes/PR congrega, atualmente, 327 APAEs e 13 Coirmãs filiadas que prestam atendimento especializado a mais de 40 mil alunos. O Movimento Apeaeano Paranaense é uma história construída por muitas mãos e muitos ideais.

DOUTOR JUSTINO ALVRES PEREIRA

Pioneiro da Educação Especial no Paraná, doutor Justino se dedicou ao movimento por mais de 50 anos. Fundador de várias APAEs no Paraná, entre elas a de Ibiporã e de Curitiba.

JOSÉ DINIEWICZ

Falecido em abril deste ano, José Diniewicz ou “Zeco”, como era carinhosamente conhecido, foi um dos precursores do Movimento Apeaeano no Paraná e o primeiro presidente da federação do estado além de diretor da APAE de Curitiba.



FLÁVIO ARNS

O envolvimento do vice-governador do Paraná Flávio Arns no Movimento Apaeano Paranaense abraça muitas contribuições ao estado. Entre elas a prevenção de deficiências; habilitação e reabilitação na Saúde; qualificação para o trabalho; diretrizes educacionais; de inclusão; apoio no processo de envelhecimento e outras.

EMÍLIO MUDREY

No Movimento Apaeano, iniciou sua caminhada em Cascavel, Paraná, como ativador da APAE de Cascavel, além de ter incentivado a criação de várias APAEs no estado. Foi vice-presidente presidente da FEAPAEs/PR.

JOSÉ TUROZI

Entre as muitas realizações e sucessos obtidos na gestão de José Turozi, de 2009 a 2012, o grande mote do período foi solicitação à Seed/PR da alteração da denominação das escolas de Educação Especial. Depois de árdua luta estas passaram a atuar no estado como escolas de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

NEUZA SOARES DE SÁ

Atual presidente da Federação das APAEs do Estado do Paraná (FEAPAEs/PR) Neuza Soares de Sá expressa em sua gestão, claramente, a determinação em construir um trabalho efetivo e transparente. Fato verificado desde o início de sua atuação, em 2012 até os dias de hoje. Um dos marcos desta gestão, sem dúvida foi a preocupação e as iniciativas de todo o segmento em torno da votação da “Meta 4”, na íntegra, no Plano Nacional de Educação (PNE). Esforço e empenho compartilhados pela Feapaes/PR, na voz e na bandeira levantadas em Brasília pela presidente

Neuza Soares de Sá e demais representantes paranaenses.

COORDENAÇÕES DA FEAPAEs/ PR GARANTEM A QUALIDADE DO ATENDIMENTO NO PARANÁ

Coordenadoria Pedagógica

A Coordenadoria Pedagógica oferece suporte a todas as APAEs do estado. Posteriormente à criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), as escolas de Educação Especial mantidas pelas APAEs passaram a ter uma nova postura pedagógica com uma redefinição de suas atribuições.

Coordenadoria de Educação Física, Esporte e Lazer

Organizar planos de ação para a realização de seminários, reuniões e calendários de eventos tem sido uma das importantes atribuições deste segmento.

Coordenadoria de Arte

Vencer as barreiras do preconceito e das inúmeras formas de discriminação social é o objetivo do trabalho desta coordenadoria.

Autodefensoria

Os alunos autodefensores são considerados como a voz do Movimento Apaeano. Além dos representantes oficiais do Paraná, mais 30 casais representam os conselhos regionais da Feapaes/PR.

Coordenadoria de Informática e Comunicação



Um dos grandes desafios do Movimento Apaeano é direcionado às áreas da Comunicação e da Informática, áreas que garantem a agilidade na divulgação e na busca de informações.

Coordenadoria de Prevenção e Saúde

Planejar, estimular e apoiar atividades que desenvolvam uma política de prevenção de deficiências em âmbito estadual; convocar os coordenadores regionais para as reuniões periódicas são algumas das atribuições desta coordenadoria.

Coordenadorias da Família e Assistência Social

Áreas afins que caminham juntas, elas são de importância estratégica no contexto da Feapaes/PR.

Coordenadoria de Educação Profissional e Trabalho

A FEAPAEs/PR, em parceria com o MEC – MTE, desde 1997, enfoca o trabalho e suas particularidades numa

visão voltada para a adequação e inclusão da pessoa com deficiência.

APAE de Curitiba – primeira APAE fundada no Paraná

Devido à necessidade de intercâmbio de técnicas, troca de experiências, divulgação e padronização da terminologia e planejamento geral dos trabalhos, foi realizada, no final do ano de 1962, em São Paulo, a “1ª Reunião Nacional de Dirigentes Apaeanos”. Participaram do encontro 12, das 16 APAEs já existentes em várias cidades brasileiras, inclusive Curitiba.

A APAE de Curitiba está inserida na história do Movimento Apaeano Brasileiro: fundada em 6 de outubro de 1962, é mantenedora das unidades das escolas de Educação Especial Estimulação e Desenvolvimento, em Curitiba: Luan Muller – Ensino Fundamental – Modalidade Especial; Integração e Treinamento do Adulto; Terapêutica Vivenda e Henriette Morineau.

ATENDIMENTO

A Educação Especial no Paraná focaliza os aspectos organizativos e curriculares que favorecem e mediam o desenvolvimento, a aprendizagem e a socialização das pessoas com deficiências, bem como as peculiaridades de sua educação. Em 2007, a FEAPAEs/PR solicitou a Seed/PR a alteração da denominação das escolas de Educação Especial. A luta que durou cerca de três anos, vingou em fevereiro de 2010, quando o Parecer 108/2010 contemplou a solicitação da alteração da denominação das escolas de Educação Especial. Atualmente, as mesmas são consideradas normativamente como instituições de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial na área de Deficiência Intelectual e Múltipla. ■



RIO DE JANEIRO



FEAPAES - RJ
Federação das Apaes do Estado

Tudo começou no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma criança com Síndrome de Down, que no seu país, e em outros vários países por onde passou, havia participado da fundação de associações de pais e amigos; e admirava-se por não existir no Brasil, algo assim. Motivados por aquela cidadã, um grupo, congregando pais e amigos de excepcionais, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Brasil.

A Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Rio de Janeiro ou, abreviadamente, Federação das APAEs do Estado – FEAPAEs RJ, foi fundada em Assembléia realizada em 06 de Março de 1993, na cidade de Nova Friburgo. De acordo com a ata deste dia, um dos itens discutidos foi a transformação da Vice-presidência da “FENAPAE” em Federação Estadual, quando foi eleito para Presidente da mesma, o Sr Antônio José da Silva Rezende.

O primeiro estatuto da FEAPAEs RJ foi registrado dia 17/09/1993, em São João do Meriti, no qual definia a diretoria executiva com presidente, vice- presidente, 1º e 2º diretor secretário, 1º e 2º diretor tesoureiro e um procurador geral, sendo eleitos a cada 2 anos.

O atual Presidente Delton Pedrosa Bastos, eleito para o triênio 2012/2014, em seu 2º mandato, juntamente com sua Diretoria e Assessores, tem trabalhado intensamente em busca de uma melhor qualidade de vida para todos os alunos e assistidos, como promoção de Seminários, Cursos, Palestras, entre outros eventos, priorizando a capacitação de profissionais de todas as áreas e Gestores. Visando melhorar o atendimento no todo, com renovação de convênios já firmados e na conquista de novos.

Desde sempre, buscamos inserir cada vez mais a voz dos Autodefensores no Movimento, tendo por missão a defesa dos seus interesses e de seus representados, o que vem acontecendo de forma excelente, através de Seminários, Encontros, Fóruns, Olimpíadas Regionais, Estaduais e Nacional, inclusive na revista “APAE EM FOCO”, há um espaço para eles divulgarem as suas ações.

Importante se faz ressaltar, o retorno do funcionamento dos atendimentos na APAE Rio, inclusive com a reinauguração de seu laboratório, contando com a intervenção das Federações Nacional e Estadual.

Representamos atualmente 61 APAEs em nosso Estado, o qual possui 92 municípios. ■



RIO GRANDE DO NORTE



FEAPAES - RN
Federação das Apaes do Estado

HISTÓRICO

O Movimento Apaeano é uma grande rede, constituída por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras - públicas e privadas - para a promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e a sua inclusão social.

Atualmente o Movimento congrega a FENAPAEs - Federação Nacional das APAEs, 23 Federações das APAEs nos Estados e mais de duas mil APAEs distribuídas em todo o País, que propiciam atenção integral a cerca de 250.000 pessoas com deficiência. É o maior Movimento social do Brasil e do mundo, na sua área de atuação.

A Federação das APAEs do Rio Grande do Norte foi fundada em 31 de março de 1995, reconhecida de utilidade Pública Federal através do processo M.J. 08000.3273-21 e pela portaria nº 2.226 de 12 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União em 13 de dezembro de 2002. Reconhecida de utilidade Pública Estadual pela lei nº 7.066 de 12 de outubro de 1997. Reconhecida de utilidade Pública Municipal pela lei nº 5.400 de 8 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial do Município em 19 de dezembro de 2002.



HOJE COM REPRESENTAÇÃO EM 17 MUNICÍPIOS DO RN

É uma instituição filantrópica de caráter educacional, cultural e assistencial sem fins lucrativos.

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Qualibest em 2006, a pedido da Federação Nacional das APAEs, mostrou que a APAE é conhecida por 87% dos entrevistados e tida como confiável por 93% deles. São resultados expressivos e que refletem o trabalho e as conquistas do Movimento Apaeano na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Nesse esforço destacam-se a incorporação do Teste do Pezinho na rede pública de saúde; a prática de esportes e a inserção das linguagens artísticas como instrumentos pedagógicos na formação das pessoas com deficiência, assim como a estimulação precoce como fundamental para o seu desenvolvimento.

A DEFICIÊNCIA NO BRASIL

De acordo com o Censo IBGE 2000, o Brasil tem 24,5 milhões de pessoas com deficiência, o que equivale a 14,5% da população do País. Dessas, 48,1% foram declaradas deficientes visuais, 22,9% com deficiência motora, 16,7% com deficiência auditiva, 8,3% com deficiência mental e 4,1% com deficiência física. ■

RONDÔNIA



FEAPAES - RO
Federação das Apaes do Estado

Rondônia fica Localizado na parte oeste da Região Norte do Brasil, o Estado encontra-se em área abrangida pela Amazônia Ocidental, possui 52 municípios e sua capital é Porto Velho.

Com uma economia baseada na exploração de borracha e de castanha-do-pará, pela Lei de 17 de fevereiro de 1956 passou a se denominar Território Federal de Rondônia, em homenagem ao sertanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958). A descoberta de jazidas de cassiterita e a abertura de rodovias estimularam a sua economia e o seu povoamento, passando este Território à condição de Estado a partir de 1982.

A rede hidrográfica do Estado de Rondônia é representada pelo rio Madeira e seus afluentes, sendo esse rio o principal afluente do rio Amazonas, e tem 1.700 km de extensão em território brasileiro e vazão média de 23.000 m³ por segundo. É formado pelos rios Guaporé, Mamoré e Beni, originários dos planaltos andinos, e apresenta dois trechos distintos em seu curso, denominados Alto e Baixo Madeira.

O Parque Nacional de Picaás Novos foi criado em 1979 e ocupa área de 765.000 hectares (1.913.000 acres) nos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ariquemes e Ji-Paraná. Com extensa área de plateau coberta por espessa vegetação de cerrado, nele se encontra a Chapada dos Picaás Novos, na região oeste do Estado.

Na agricultura, a produção de grãos é a principal atividade, favorecida pela quantidade de chuvas da região. Destacam-se a produção de café, cacau, milho, arroz, soja e mandioca. A hidrovía do Rio Madeira e a construção de um porto graneleiro na capital do estado possibilitam o escoamento da produção, principalmente para a região Nordeste.

A carne bovina é o principal produto de exportação do estado. Além da pecuária de corte, o estado é destaque na pecuária leiteira, sendo o maior produtor de leite da região norte.

O movimento Apaeano no Brasil completa em 2014, 60 anos, surgiu da necessidade de lutar pelos direitos das pessoas com deficiência, a partir desta iniciativa, vários estados fundaram suas instituições, e hoje somos o maior movimento organizado em defesa da pessoa com deficiência.

Rondônia fundou sua primeira APAE no município de Vilhena em 23/11/81. A partir desta iniciativa, varias outras APAEs foram fundadas. Iniciando assim uma trajetória de lutas e conquistas. Inicialmente éramos filiados a Federação da 9ª Região Norte Ocidental, e assim em 31 de maio de 1995, que completamos o numero necessário de APAEs fundamos nossa Própria Federação.

No mês de maio completamos 19 anos de fundação da Federação das APAEs do Estado de Rondônia, data muito significativa, pois foram anos de lutas incessantes, varias conquistas e o mais importante fizemos a diferença e cumprimos com nossa grande missão, defendemos o direito da pessoa com deficiência. Hoje somos 33 APAEs fundadas e com Escolas, clinica especializada e atendimento a mais de 3.500 pessoas com eficiência e suas famílias. Destacamo-nos na educação e atendimento das pessoas com deficiências múltiplas.

Nosso primeiro presidente foi saudoso Drº Antônio Lázaro de Moura que entrara para movimento em 1989 na APAE de Ji Paraná. Esteve à frente da Federação por três mandatos, 1995-1997\1997-1999\2001-2003\2003-2005, neste período fundou varias instituições e estruturou o movimento estadual com honra e dignidade. No período de



gestão priorizava a capacitação de dirigentes e equipe multidisciplinar, promovia eventos do calendário Nacional e priorizava auto defensoria e família. Acreditava que a pessoa com deficiente deveria estar sempre à frente das instituições.

Posteriormente assumiria a Sr.^a Madalena Penha de Moura, período de 1999-2001, dando continuidade às propostas deste movimento, cumprindo com o primordial objetivo, melhoria na qualidade dos atendimentos e qualificação profissional.

Após a morte de Dr^o Antônio Lazaro o movimento Apaeano de Rondônia perde seu grande Pai. Assume então a presidente Sr.^a Ilda Salvático, que deu continuidade as propostas deste grande grupo que se fortalecerá e buscava sempre acompanhar todas as inovações do grande movimento nacional.

Em 2012 assume a presidente a Sr.^a Ana Claudia de Andrade Trondoli eleita pelos representantes das 33 APAEs do Estado, que tem como prioridade fortalecimento e reestruturação da visão institucional baseada na unicidade de ações junto a Federação Nacional. ■

RIO GRANDE DO SUL



FEAPAES - RS
Federação das Apeaes do Estado

MOVIMENTO APAEANO NO RGS

O ano de 2014 tem um significado muito especial para o Movimento Apeaeano, está completando 60 anos de intensa atuação na defesa de direito da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, destacando-se por seu pioneirismo.

Fundou-se a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Brasil, em 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, na época capital do país. A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade Pestalozzi do Brasil. Esta colocou a disposição, parte de um prédio para que instalasse uma escola para “crianças excepcionais”, conforme desejo do Professor La Fayette Cortes.

No Rio Grande do Sul, não foi diferente do resto do Brasil em relação à criação das APAEs. Surgiu da necessidade de atendimento para as pessoas com deficiência, e sentindo que o Estado não dava conta,

por si só de atendimentos, frente a esta realidade as primeiras APAEs foram criadas através de reunião de pais, profissionais de várias áreas, professores, Poder Público que engajados em articular a criação de uma entidade que atendesse o universo dessas pessoas, começou a criação de APAEs no nosso estado.

As primeiras APAEs criadas no RS foram: APAE de São Leopoldo, APAE de Caxias do Sul, depois deu-se a continuidade do surgimento de várias APAEs em muitas cidades do nosso estado.

De 1954 a 1962, surgiram outras APAEs. No final de 1962, doze das dezesseis existentes em vários estados do Brasil, encontraram-se na cidade de São Paulo, no dia 10 de novembro de 1962, realizaram a primeira reunião nacional de dirigentes Apeaeano, presidida pelo médico psiquiatra Dr. Stanislau Krynsky. Algumas APAEs presentes nesta reunião: APAEs de Caxias do Sul (RS), Curitiba (PR), Jundiaí (SP), Muriaé (SP), Natal (RN), Porto Alegre (RS), São Leopoldo (RS) e APAE de São Paulo (SP), Londrina (PR), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Volta Redonda (RJ).





Para uma melhor articulação de suas ideias, sentiram a necessidade de criar um organismo nacional. A primeira ideia era a formação de um Conselho e a segunda a criação da Federação das APAEs. Prevaleceu esta última, que foi fundada no dia 10 de novembro de 1962, e funcionou durante vários anos em São Paulo, no consultório do Dr. Stanislaw Krynsky, até que em 1968 a sede foi transferida para Brasília, a nova capital federal.

Cria-se a Federação Nacional das APAEs, sendo eleito primeiro presidente Dr. Antônio Clemente Pinto.

Pela primeira vez no Brasil, discutia-se a questão da pessoa “portadora de deficiência” com um grupo de famílias, que trazia para o movimento suas experiências como pais de deficientes e a presença também de técnicos na área.

Os Estados passaram a denominação de Vice-Presidência Nacional, sendo o presidente de cada estado representante junto a Federação Nacional das APAEs. Nos estados são criadas as delegacias regionais das APAEs.

Para contarmos um pouco da história da Federação das APAEs do Estado Rio Grande do Sul, precisamos fazer um link com a história da Federação Nacional das APAEs, para melhor entendermos sua trajetória.

As APAEs no estado do Rio Grande do Sul desde a criação da primeira instituição, sempre tiveram alinhadas as decisões da Federação Nacional das APAEs.

Os primeiros vice-presidentes antes da criação da Federação Estadual das APAEs do RS:

- *Gestão 1962/1971 - Presidente: Telmo Schiling;*
- *Gestão 1972/1980 - Presidente: Dario Rodrigues Silva;*
- *Gestão 1981/1987 - Presidente: Domingos José Fredo;*
- *Gestão 1988/1990 - Presidente: Vitalino de Deus Vieira;*
- *Gestão 1991/1993 - Presidente: Adão José Murowaniecki;*

Em 1987, são criadas sete Delegacias Regionais das APAEs do RS, na gestão do Sr. Adão José Murowaniecki, justificando a sua importância para facilitar o intercâmbio entre os dirigentes das entidades e a vice-presidência nacional é: APAE de Canoas, APAE de Caxias do Sul, APAE de Santana do Livramento, APAE de Bagé, APAE de Passo Fundo, APAE de Pelotas e APAE de Santa Rosa.

A Vice-presidência da Federação Nacional das APAEs - Região Rio Grande do Sul, presidida pelo Sr. Adão José Murowaniecki, em 1991, visando agilizar a busca de recursos no estado e dar maior independência a entidade, fortalece a idéia de transformação em Federação Estadual, que já vinha sendo defendida pelos vices de Santa Catarina, Paraná e São Paulo há vários anos e, o estatuto possibilitava essa alteração, aprovado no Congresso Nacional das APAEs em julho de 1991, em São Paulo.

Havia uma resistência muito grande por parte de vários estados em relação à criação das Federações Estaduais, temendo o enfraquecimento da Federação Nacional das APAEs.

No Rio Grande do Sul neste ano já contava com 170 APAEs em pleno funcionamento. No Brasil já eram

1100 associações espalhadas em todo território nacional.

O Vice-Presidente da Federação Nacional das APAEs - Região RS, Sr. Adão José Murowaniecki, convoca todos os associados para uma Assembleia Geral, que foi realizada na Cidade de Canoas, no dia 19 de março de 1993, tendo como pauta principal os seguintes assuntos:

- aprovação da transformação da Vice-presidência da Federação Nacional das APAEs em Federação Estadual das APAEs do RS;

- homologar o Estatuto padronizado para as Federações Estaduais das APAEs;

Nesta Assembléia foi apresentada uma única chapa, sendo eleita a primeira diretoria da Federação das APAEs do RS, ficando assim constituída:

PRESIDENTE - Vitalino de Deus Vieira- Cachoeira do Sul

VICE-PRESIDENTE - Horácio Sebastian Devitta- APAE de Santana do Livramento

1º Secretário - Paulo Sergio Becon- APAE de Porto Alegre

2º Secretário - Antônio José Bastos- APAE de Bento Gonçalves

1º Tesoureiro - Ely Paesi- APAE de Caxias do Sul

2º Tesoureiro - Danilo Luiz Berch- APAE de Torres

Procurador - Sergio Santana Philomena- APAE de Porto Alegre

Conselho Fiscal:

Titulares: Nei Paiva - APAE de Bagé

Alceu Piccinini - APAE de Canoas

Noeli Albuquerque - APAE de Passo Fundo

Suplentes:

Elda Perobelli - APAE de Uruguaiana

Janira Couto Mânica- APAE de Santo Ângelo

Carlos Goulart da Rosa- APAE de Novo Hamburgo

Procurador - Jesus Oliveira- APAE de Porto Alegre

Conselho de Administração - Delegados Regionais

Outra decisão tomada foi à indicação do Sr. Ledevino Piccinini da APAE de Canoas, como Coordenador Geral das Delegacias Regionais das APAEs do Estado do RS.

Com a finalidade de melhorar o inter-relacionamento e intercâmbio de informações bem como agilizar as atividades dentro da nova estrutura da Federação Estadual, foi proposto pela Professora Ana Maria da Matta e aprovado em assembleia:

1º- As Delegacias Regionais passam de sete para 15 delegacias;

2º- Foram escolhidas 15 APAEs que vão sediar as delegacias:

As duas propostas apresentadas foram aprovadas.

O delegado regional será o presidente da APAE escolhida como sede da Delegacia de um membro da diretoria da APAE por ela indicado. Deverá ser indicado um suplente de delegado que responderá em sua ausência e só estes poderão participar das reuniões da Coordenadoria regional.

A Federação das APAEs do RS com sua sede instalada nas salas 301 e 302 da Estação Rodoviária de Porto Alegre, congregando 178 APAEs no Estado.

As diretorias eleitas para um mandato de 2 anos, conforme determinava o estatuto vigente na época:

GESTÃO 1993/1995

Presidente Vitalino de Deus Vieira (Cachoeira do Sul)

Vice-Presidente: Horácio Sebastian Devitta (Santana do Livramento)

GESTÃO 1995/1997

Presidente: Raul Segalla (Caxias do Sul)

Vice-Presidente: Antonio José Bastos (Bento Gonçalves)

GESTÃO 1997/1999

Presidente: Bernadete Maciel Seibt (Esteio)

Vice-Presidente: Pedro Rucker (Feliz)

GESTÃO 1999/2001

Presidente: Bernadete Maciel Seibt (Esteio)

Vice-Presidente: Elcira Machado Bernardi (Porto Alegre)

Com alteração do Estatuto a Gestão passou a ser de 3 anos:

GESTÃO 2001/2005 (2 GESTÕES)

Presidente: Elcira Machado Bernardi (Porto Alegre)

Vice-Presidente: Luiz Alberto Maioli (Bento Gonçalves)

GESTÃO 2005/2011 (2 GESTÕES)

Presidente: Aracy Maria da Silva Lêdo (Bagé)

Vice-Presidente: Zeferino Sabby (Bento Gonçalves)

GESTÃO 2012/2014

Presidente: Luiz Alberto Maioli (Bento Gonçalves)

Vice-Presidente: Vilson Gentil Foletto (Três de Maio)

COORDENADORIAS ESTADUAIS DA FEDERAÇÃO DAS APAES RS - 2012/2014

1. Coordenadora de Arte

MAGDA LOTICE FRITZEN- APAE de Sarandi

2. Coordenador de Ed. Física Desporto e Lazer

PAULO JOSÉ ANTONI - APAE de Portão -

3. Coordenadora de Defesa de Direitos e Mobilização Social - NADIR INÊS DHALEN GABE - APAE de Três de Maio

4. Coordenadora de Educação e Ação Pedagógica

LUCIA MARIA CARDOSO CENTENA- FEAPAEs RS

5. Coordenadora de Educação Profissional, Emprego e Renda.

JUSSARA MÜLLER DE ASSIS - APAE de Santo Antônio da Patrulha

6. Coordenadora de Prevenção e Saúde

MARILEIELISABETE PERIN DOCKHORN - APAE de Três de Maio

7. Coordenador de Assistência Social

MARCELO DA SILVA - APAE de Palmeira das Missões

8. Coordenadora de Autogestão, Autodefensoria e Família - JAQUELINE REGINA PILGER - APAE de Triunfo

9. Coordenador de Casa Lares

JULIO VERNE RANGEL BRODBECK - APAE de Taquara

10. Coordenador de Eventos

ANTONIO JOSÉ PERIN BASTOS - APAE de Bento Gonçalves

OS 22 CONSELHOS REGIONAIS NO RS.

1º Conselho - AFONSO TOCHETTO - APAE de Esteio

2º Conselho - ODETE MASIERO MAGRI - APAE de FREDERICO WESTPHALEN

3º Conselho - LUIZ JOSÉ LENA - APAE de Três de Maio

4º Conselho - GLADIS CAMOZZATO - APAE de Panambi

5º Conselho - BENILDES ZANATTA - APAE de Nonoai

6º Conselho - CARLOS JAIR COSTA - APAE de Bom Jesus

7º Conselho - CLÁUDIO PIZZATO - APAE de Garibaldi

8º Conselho - CANDIDA MARIA CATTO - APAE de Lajeado

9º Conselho - GISLENE MACHADO CORTES - APAE de Santiago

10º Conselho - MARIELE PINHEIRO FARIAS - APAE de Uruguaiana

11º Conselho - NAIÁ SEHN - APAE de Montenegro

12º Conselho - TÂNIA MARIA DA LUZ MATOS - APAE de Três Cachoeiras

13º Conselho - ALINE LAUX - APAE de Sertão Santana

14º Conselho - LUIZ CARLOS SIERRA - APAE de Rio Grande

15º Conselho - SANDRA OESTERREICH - APAE de Charqueadas

16º Conselho - JOÃO CARLOS DE ANDRADE - APAE de Getúlio Vargas

17º Conselho - MAIRA CARLA LIMA DE LIMA - APAE de Rio Pardo

18º Conselho - CLEUZA PARIZOTTO - APAE de Espumoso

19º Conselho - MARINEZ CAMPOS PIUCCO - APAE de Muliterno

20º Conselho - ONEIDA LUIZA POLI - APAE de Marau

21º Conselho - GUILHERME VELOSO S. JUNIOR - APAE de Bagé

22º Conselho - JANIRA DO COUTO MANICA - APAE de Santo Ângelo



COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA - GESTÃO 2012/2014

Diretoria Executiva

Presidente: Luiz Alberto Maioli (APAE Bento Gonçalves)

Vice Presidente: Vilson Gentil Foletto (APAE Três de Maio)

1º Diretor Secretário: Alexandre de Rose (APAE de Torres)

2º Diretor Secretário: Benildes Casarin Zanatta (APAE de Nonoai)
1º Diretor Financeiro: Afonso Tochetto (APAE de Esteio)
2º Diretor Financeiro: Jaquie Maria Marcante Barbosa (APAE de Ciríaco)
Diretora Social: Simonia Gonçalves Oliveira (APAE de Frederico Westphalen)
Procurador: Dr. ROBERTO SALABERRY - APAE Porto Alegre
Conselho Fiscal
Titulares:
João Carlos Oleksinski de Andrades (APAE Getúlio Vargas)
Cláudio Rosa Cruz (APAE Camaquã)
Unírio Bernardi ((APAE Porto Alegre)
Suplentes:
Justino Pasquete (Apae Sarandi)
Nilva Maria Belenzier (Apae Frederico Westphalen)
Hugo Welter (Apae Giruá)
Autodefensores:
Titulares:
Luiz Carlos dos Santos - APAE Tramandaí
Bianca Aliatti - APAE Garibaldi
Suplentes:
Maico Roberto de Oliveira - APAE Passo Fundo
Vanessa da Costa Ferreira - APAE Tramandaí
Seus colaboradores:
Danilo Cunha Silveira
Hermes Netto
Jenifer DA Silva Moreira
Marcelo da Silva
Vinicius Garcia Culasso

A Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo preceitos legais de seu Estatuto, “Art. 2º - A Federação das APAEs do Estado é uma associação civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, congregando, como filiadas, as APAEs e outras entidades análogas, tendo sede e foro na capital do Estado do Rio Grande do Sul”,

O fortalecimento do movimento Apaeano no Estado do RS, deve-se principalmente, as parcerias realizadas com órgãos governamentais a nível municipal, estadual e federal, com empresas, comunidade, pessoas físicas e ao trabalho incansável das Diretorias da Federação e das diretorias das 209 APAEs, composta por pessoas voluntárias, que não medem esforços colocando sua força produtiva a favor desta grande ação filantrópica. ■



SANTA CATARINA



FEAPAES - SC
Federação das Apeaes do Estado

APAE DE BRUSQUE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Brusque, fundada em 14 de setembro de 1955, é a primeira de Santa Catarina e a segunda do Brasil).

Em 16 de junho de 1945, nascia em Brusque uma criança, Pierre Moritz, Filho de D. Ruth de Sá Moritz e do médico Dr. Carlos Moritz, que por problemas na hora do parto, teve uma paralisia cerebral que afetou o seu desenvolvimento. A partir daí, seus pais travaram uma grande luta na busca por recursos que pudessem proporcionar o melhor desenvolvimento possível.

No Rio de Janeiro, em 1955, o Dr. Carlos obteve do Ministério da Educação sugestão para formar com pessoas interessadas na educação de excepcionais, uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que deveria ocupar-se em construir uma escola para crianças que tivessem esse problema. A proposta desta associação era baseada em ideia similar oriunda dos estados Unidos e divulgada por Beatriz Beames, americana mãe de uma menina com Síndrome de Dow, assim nascia a APAE de Brusque.

Hoje, a APAE de Brusque, diferentemente de outras Entidades do gênero, possui:

- A Clínica de Terapia Integrada Uni Duni Tê que dispõe de serviços para crianças de 00 a 06 anos de idade, tais como o teste do pezinho, teste da orelhinha atendendo a totalidade dos nascimentos em Brusque e região, e ao acompanhamento do desenvolvimento infantil até os 4 anos de idade e tem como objetivo prevenir e intervir em intercorrências do desenvolvimento infantil;

- O Centro Educacional e Profissional é especializado no atendimento de pessoas acima de 06 anos de

idade com deficiência mental moderada ou TGD que estejam freqüentando a rede regular de ensino com o objetivo de desenvolver metodologias e estratégias para qualificar as funções cognitivas superiores, como também, o desenvolvimento da independência, comunicação e socialização. Para as crianças e adolescentes e adultos com deficiência mental moderada, severa e/ou múltiplas deficiências, além de pessoas com transtorno global do desenvolvimento com severos comprometimentos cognitivos o serviço tem por objetivo implantar práticas educativas funcionais que visem desenvolver a autonomia e a independência para a execução das atividades da vida diária e vida prática. Na educação para o trabalho são atendidos adolescentes e adultos com deficiência mental moderada as metodologias na área da educação profissional visam implantar e implementar as políticas de inclusão na área do trabalho;

- Centro de Convivência atende pessoas com deficiência intelectual moderada e severa acima de 35 anos, que apresentem características ligadas ao envelhecimento, e tem como objetivo o trabalho de prevenção de declínio funcional e cognitivo, manutenção das habilidades adquiridas e a melhora da qualidade de vida. ■



SÃO PAULO



FEAPAES - SP
Federação das Apaes do Estado

FEAPAES-SP: UMA HISTÓRIA DE TRABALHO E CONQUISTAS

Fundada em 29 de maio de 1993, com a missão de promover e articular ações de assessoramento, defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, a FEAPAES/SP (Federação das APAEs do Estado de São Paulo) completa em 2014, 21 anos de atividade e mostra agora que está em um novo momento. No último ano começou a desenvolver diversas atividades para ampliar sua atuação no estado.

Desde o início da gestão 2012, sob a presidência do Dr. Marco Ubiali, a FEAPAES-SP tem intensificado o assessoramento às filiadas. No último ano o quadro de profissionais foi ampliado com o objetivo de prestar o melhor atendimento às APAEs e a população em geral.

Além da diretoria executiva e do quadro de profissionais, a FEAPAES-SP é composta por 21 conselhos de administração, que trabalham regionalmente as ações da Federação com as APAEs, oito coordenadorias e quatro colegiados.

Sabendo da necessidade de estar mais próxima das APAEs, a Federação implantou dois grandes projetos: o Instrumento da Qualidade e a Ouvidoria. Juntos, esses planos de ações funcionam como ferramenta direta de análise de qualidade e sugestões de melhorias, bem como de reclamações, denúncias e até para que pequenos problemas sejam resolvidos. Além de estabelecer contato direto entre a APAE e os representantes da Federação – que prestam atendimento presencial nas filiadas – ambos os projetos estabelecem um importante intercâmbio de informações contribuindo para novas experiências

e qualidade total dos serviços prestados a pessoa com deficiência.

Como parte das ações de melhoria contínua dos trabalhos desempenhados para as APAEs, a Federação paulista possui um extenso calendário de cursos e eventos, focados na capacitação e atualização profissional dos colaboradores das filiadas. A FEAPAES-SP também intensificou as reuniões com coordenadores regionais e com a diretoria e os conselhos, sempre visando a melhoria das ações desenvolvidas.

No âmbito interno, a busca pela excelência não é diferente. Em janeiro deste ano a Federação recebeu a certificação ISO 9001:2008. Focada no assessoramento às APAEs e aos seus usuários, a Federação paulista também reforçou sua parceria junto aos Governos Estadual e Federal. Essa relação, fortalecida através do presidente Dr. Ubiali, que também é deputado federal, rendeu inúmeros benefícios às filiadas. O convênio com a educação foi melhorado e foram firmadas diretrizes para o trabalho das entidades e a Secretaria Estadual de Educação. Em abril deste ano, por exemplo, as APAEs paulistas receberam 251 vans e micro-ônibus, fortalecendo a frota e contribuindo para o



direito da pessoa com deficiência de participar da vida escolar com dignidade.

Tendo como principal bandeira o intercâmbio de informação com as APAEs, a Federação paulista conta com diversas ferramentas que facilitam esta comunicação. Além da revista APAE em Destaque que divulga projetos, programas e ações desenvolvidas pela entidade e nas mais de 300 filiadas, a FEAPAEs-SP conta também com o site e uma página oficial no Facebook. Nestas mídias são divulgados os principais acontecimentos do movimento Apaeano assim como a agenda de eventos de capacitação e atualização profissional.

AS APAES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Realizando um trabalho em conjunto à Federação, as APAEs do Estado de São Paulo são parte atuante da história dos 60 anos das APAES no Brasil. Após a inauguração da primeira unidade brasileira, no Rio de Janeiro, em 1954, o Estado de São Paulo logo instalou sua primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Motivada pelo atendimento especializado oferecido pela Associação carioca, a professora primária Ignêz Aparecida Silva Oliveira Enfeldt, foi um importante ícone para a inauguração da primeira APAE paulista e a terceira do Brasil, instalada na cidade de Jundiaí em 1957.

Jundiaí foi referência para o surgimento de diversas outras APAEs. Após a instalação de novas unidades no território estadual, a APAE de Americana também se destacou sendo a primeira do país a receber a certificação da ISO 9001, norma internacional de gestão da qualidade.

Nos dias atuais, existem 306 APAEs no Estado de São Paulo, sendo que diversas delas são

pioneiras em terapias, equipamentos e atendimentos especializados às pessoas com deficiência. Juntas, APAEs e Federação fortalecem o movimento Apaeano, consolidando o essencial trabalho desempenhado pelas Associações do Estado de São Paulo. ■



TOCANTINS



FEAPAES - TO
Federação das Apeaes do Estado

O MOVIMENTO APAEANO NO TOCANTINS

BREVE HISTÓRICO

Desde 1954, com a fundação da APAE do Rio de Janeiro, pais e amigos lutam incansavelmente para proteger direitos e garantir os benefícios necessários e indispensáveis para a melhoria na qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, que atualmente responde por 1,4% da população brasileira, segundo o Censo 2010.

Nesses 18 (dezoito) anos de funcionamento, passaram pela gestão da Federação das APAEs do Estado do Tocantins – FEAPAES/TO os seguintes

No Tocantins, o Movimento Apaeano começou com a fundação da APAE de Araguaína em 22 de janeiro de 1986. Depois, com a criação do Estado, mais 10 (dez) APAEs já estavam funcionando até a fundação da Federação das APAEs do Estado do Tocantins – FEAPAES – TO em 29 de fevereiro de 1996, são elas: APAE de Colinas do Tocantins, APAE de Guaraí, APAE de Miracema do Tocantins, APAE de Barrolândia, APAE de Palmas, APAE de Porto Nacional, APAE de Gurupi, APAE de Paraíso do Tocantins, APAE de Araguaçu e APAE de Cristalândia.

Presidentes: Rosa Maria da Silva, Aldeni Noleto, James de Oliveira Lages, Joana Margarida Borges de Azevedo, Raimundo Dias dos Santos Filho e Nilson Alves Ferreira, cujo mandato da segunda gestão finaliza em 31 de dezembro de 2014.

Para melhor organização dos seus serviços, a Federação das APAEs do Estado do Tocantins – FEAPAES/TO, conta em sua estrutura organizacional com o apoio de 04 (quatro) Conselhos Regionais:

- 1 – Conselho Regional Norte, representado pela APAE de Araguaína;
- 2 – Conselho Regional Médio Norte, representado pela APAE de Colméia;
- 3 – Conselho Regional Central, representado pela APAE de Paraíso do Tocantins;
- 4 – Conselho Regional Sul, representado pela APAE de Gurupi.

Conta, também, com em sua estrutura diretiva com a presença de 04 alunos Autodefensores que foram eleitos pelos alunos das APAEs de todo o Estado e que atua junto à Diretoria Executiva da FEAPAES/TO em defesa de seus direitos.



A atual Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e os Autodefensores para o mandato de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2014, estão assim constituídos:

I - DIRETORIA EXECUTIVA		
Presidente:	Nilson Alves Ferreira	APAE de Cristalândia
Vice-Presidente:	Davanita Ferreira de Castro Albuquerque	APAE de Araguaína
1ª Dir. Secretária:	Mônica Pereira Keller	APAE de Dianópolis
2ª Dir. Secretária:	Maria Leonesa Pereira de Sousa	APAE de Gurupi
1º Dir. Financeiro:	José Ferreira da Silva	APAE de Nova Olinda
2ª Dir. Financeira:	Márcia Regina Fidelis	APAE de Palmas
Diretora Social:	Aurizete Maria de Carvalho e Sá	APAE de Paraíso do Tocantins
II – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Regional Norte:	Ademir Novato do Nascimento	APAE de Araguaína
Regional Médio Norte:	Vanderlei Faria de Paula	APAE de Colméia
Regional Central:	Aurizete Maria de Carvalho e Sá	APAE de Paraíso do Tocantins
Regional Sul:	Maria Leonesa Pereira de Sousa	APAE de Gurupi
III – CONSELHO FISCAL		
1ª Conselheira:	Eulália Barbosa da Silva Borges	APAE de Tocantinópolis
2ª Conselheira:	Suelene Soares Luz	APAE de Lagoa da Confusão
3ª Conselheira:	Aldenora Pires de Campos	APAE de Pedro Afonso
4ª Conselheira:	Rosi Cleia Recci Freiria de Sousa	APAE de Natividade
5º Conselheiro:	Ribanez de Sousa Rocha	APAE de Aliança do Tocantins
6º Conselheiro:	Tenório Alves Bílio	APAE de Wanderlândia
IV – AUTODEFENSORES		
Titular Masculino:	Hélio Manoel Ferreira Campos	APAE de Paraíso do Tocantins
Titular Feminino:	Luciana da Costa Xavier	APAE de Paraíso do Tocantins
Suplente Masculino:	Sidney Lopes Nogueira	APAE de Araguaína
Suplente Feminino:	Bruna Soraya Santos Marinho	APAE de Araguaína

MISSÃO INSTITUCIONAL

A missão do Movimento Apaeano (Federação Nacional das APAEs, Federação Estadual das APAEs e as APAEs) é principalmente atuar na defesa e garantia de direitos para melhorar a condição de vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Para tanto, conhecer as políticas públicas voltadas para as áreas da saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte e lazer, entre outras é de fundamental importância, assim como conhecer das diretrizes aprovadas pela Federação Nacional das APAEs e de utilização obrigatória pela Rede Apaeana.

Aqui no Tocantins, lutamos muito para conseguir os espaços de representatividade junto a vários conselhos estaduais e hoje temos assento nos principais órgãos de deliberação e monitoramento de políticas públicas: CEAS, CONSEA, COEDE, CEDDH, Fórum Permanente de Educação.

PROMOÇÃO DE EVENTOS

Os principais eventos promovidos pela Federação das APAEs do Estado do Tocantins – FEAPAEs/TO, realizados em parceria com as APAEs, são os seguintes:

- a) Jogos Especiais das APAEs, edição anual; já foram realizadas 04 edições desde 2010;
- b) Festival Estadual Nossa Arte, no 1º ano de gestão; já foram realizadas 09 edições;
- c) Congresso Estadual das APAEs, no 2º ano de gestão; prevista para ser realizada a 2ª edição em 2014;
- d) Olimpíada Estadual das APAEs, no 3º ano de gestão; já foram realizadas 07 edições.

A grande receptividade e envolvimento de público na realização de nossos eventos nos permitiu ser

agraciados com Votos de Aplausos aprovados por unanimidade pelo Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins em 15 de junho de 2011.

A participação de equipe da Federação Estadual e as das APAEs no Tocantins nos eventos em nível nacional tem sido uma constante nos seguintes eventos:

- a) Olimpíadas Especiais das APAEs;
- b) Festival Nacional Nossa Arte;
- c) Congresso Nacional das APAEs.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Visando maior independência financeira e garantir a necessária sustentabilidade, a Rede Apaeana, constituída pelas APAEs, Federações Estaduais e Federação Nacional, desenvolve várias ações de captação de recursos financeiros, sendo as principais:

a) Campanha APAE Energia

Doações voluntárias autorizadas por contribuintes de energia mediante processo de captação via telemarketing ou por visita de equipe da APAE nas residências dos pretensos doadores.

O sistema de telemarketing do APAE Energia foi implantado no Estado a partir de janeiro de 2014. Pelos resultados preliminares, estamos com muita esperança de que alavancaremos a captação dos recursos financeiros em favor das instituições componentes da Rede APAEana.

b) Campanha APAE Noel

Campanha anual da Federação Nacional das APAEs – FENAPAEs visando arrecadar recursos financeiros em favor das instituições da Rede Apaeana. Aqui no Tocantins, estamos trabalhando firmemente para que todas as APAEs entendam a importância dessa ação e a obrigatória adesão à Campanha.

c) Amigos da APAE

Grupo de pessoas que tem por finalidade disseminar as ações da APAE junta a comunidade com vistas a agregar mais colaboradores para a instituição. Uma importante ação é a desenvolvida objetivando garantir a adesão de novos associados contribuintes da APAE, geralmente feitas em eventos públicos ou em visitas nos locais de trabalhos e nas residências.

CONQUISTAS IMPORTANTES

Nossa preocupação principal ao longo de nossa gestão iniciada em 2009 sempre foi a de trabalhar com total integração com as APAEs para que a comunhão de esforços pudesse nos proporcionar mais estímulo e força para defender os direitos da pessoa com deficiência intelectual e múltipla junto aos Órgãos dos Governos.

A parceria com o Governo do Estado do Tocantins e Prefeituras nas áreas de educação, assistência social, saúde, esporte e artes tem sido de suma importância para a consolidação de várias conquistas, quais sejam:

a) Garantia da manutenção dos convênios com a Secretaria de Estado da Educação e Cultura - SEDUC,



com repasses financeiros e disponibilização de pessoal, mesmo com todas as dificuldades impostas pela Secretaria de Educação Especial do MEC em defesa de não permitir o funcionamento das escolas especiais das APAEs;

b) Ampliação dos benefícios dos convênios com a SEDUC para aplicação em reformas de instalações, higienização e limpeza das sedes das escolas especiais, aquisição de uniformes escolares, acesso a equipamentos de informática para os professores, brinquedos pedagógicos aos alunos, equipamentos permanentes de copa e cozinha, carteiras escolares, etc.

c) Transporte Escolar Adaptado beneficiando 27 APAEs em 2012 e mais 08 em 2013, totalizando 35 veículos para 34 Unidades Escolares;

d) Ampliação do número de APAEs no convênio com a SEDUC, passando de 19 Unidades Escolares em 2009 para 31 em 2014;

e) Inclusão de 11 APAEs na política nacional de saúde com convênios com o SUS para o funcionamento de clínicas de reabilitação da pessoa com deficiência;

f) Utilização pela FEAPAEs/TO de veículo Ford Ranger 2005 autorizada em forma de contrato de cessão de uso até final de 2014;

g) Aquisição de veículo Uno Mille ano 2003 recebido em doação, sem ônus, pela Secretaria de Estado da Fazenda;

h) Aquisição de área urbana com 1.912 m2 recebida em doação pela Prefeitura de Palmas para construção da sede da FEAPAEs/TO.

APAE BRASIL: 60 ANOS de história e conquistas sociais para a pessoa com deficiência intelectual e múltipla. ■

AUTODEFENSORIA: PROCESSO EM CONSTRUÇÃO NOS SESENTA ANOS DO MOVIMENTO APAEANO.

Elcira Machado Bernardi
Coordenadora Nacional de Autodefensoria,
Autogestão e Família da FENAPAEs



O Movimento Apaeano no Brasil completa seis décadas de história construída por todas as unidades Apaeanas desse território que construiu com singularidade respeitando e promovendo as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Hoje um trabalho voltado principalmente para a família e a pessoa com deficiência a entidade se concretiza através de sua missão que é promover e articular ações de defesas dos direitos da Pessoa com Deficiência e representar o movimento perante os organismos municipais, regionais, estaduais, nacional e internacional para melhoria dos serviços das APAEs, na perspectiva da inclusão social de seus usuários.

No decorrer dessa história a autodefensoria vem se estruturando com o objetivo de oportunizar espaços para à Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla,

a partir de sua participação nos encontros, reuniões e fóruns, exercitando sua autonomia.

Essa atuação na comunidade, de cumprimento de seus deveres e de defesa de seus direitos é uma proposta política que define o papel da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla nas instancias do Movimento Apaeano, a partir das metas estabelecidas pela FENAPAEs.

Esse protagonismo proporciona a Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla um exercício de participação dialogada, a fim de que possa formular propostas traçando os rumos de sua própria vida. Ter espaço e voz para expressar suas ideias, desejos, expectativas, necessidade de falar de si, desenvolvimento de sua autonomia, exige tomada de decisão, para que seus direitos sejam respeitados.

Rodrigo Marinho - DF

Waldinéia Ramos - DF

Cristiane Dias - ES

João Alexandre - PI



Nesse sentido houve adesão e discussão de documentos sobre autogestão e autodefensoria elaborado a partir de 2001 e vem se estruturando e se firmando em 2011 pela Federação Nacional das APAEs. Essa proposta foi discutida com coordenadores e autodefensores com o intuito de desenvolver um trabalho colaborativo. O mesmo serve como documento orientador, referência para todas as APAEs do território nacional, que mantém o programa de autogestão e autodefensoria. Propõe metodologia de trabalho, instrumentaliza os responsáveis pela execução do programa e ainda define as atribuições do cargo de autodefensor.

Esse programa deve ser construído com ações realmente significativas em sua vida, de acordo com a proposta de trabalho elaborada em cada unidade Apaeana. Segundo o artigo 4º do Estatuto

da Criança e do adolescente, a família deverá ter participação efetiva, pois é dever da família assegurar como prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, ao lazer, à educação, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

A efetivação desse programa na unidade apaeana, consolida as ações realizadas pela entidade, uma vez que oportuniza o exercício da autonomia da Pessoa com Deficiência Intelectual e múltipla, facilita sua participação nas decisões, promove sua capacidade de pensar sobre seu futuro auxiliando a família e a comunidade na tomada posição em relação ao seu cotidiano, tornando-se um protagonista de suas ações.

Nos sessenta anos da APAE Brasil, temos orgulho desse programa. ■

Cosme Silva - ES

Lucinéia Aparecida - PR / Abaixo: André Veiga - PA

Franciene Diogo - DF / Abaixo: Bianca Aliatti - RS e José Lucas - TO



Amor ao próximo! Uma corrente que nunca pode ser quebrada.

Venha fazer parte desta linda família!

Acesse nosso site e conheça mais sobre a APAE BRASIL.
apaebrazil.org.br



“Construindo uma história de igualdade de oportunidades para todos!”
APAE BRASIL: 60 anos fazendo inclusão.



Daniel

Embaixador das APAES

The background is a vibrant green with various abstract patterns. On the left, there are concentric white lines forming a circular shape. In the center, there are several rows of small green dots. On the right, there are large, flowing, curved green shapes that resemble liquid or smoke. A dark green horizontal band is positioned across the middle of the page, containing the text.

COORDENAÇÕES NACIONAIS



COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTE - FENAPAEs

FESTIVAL NOSSA ARTE - 60 ANOS DO MOVIMENTO APAEANO

Coordenadora Rosânia de Almeida

Num breve resumo, apresento alguns pontos relevantes sobre os primeiros passos que levam os nossos artistas aos palcos, onde destacaremos os trabalhos realizados nas unidades apaeanas e assim poderemos analisar com mais criticidade o significado imensurável do FESTIVAL NOSSA ARTE na vida do nosso aluno. Antes de tudo, peço licença para dialogar com vocês de forma mais íntima, abandonando as formalidades da escrita e assim traze-los a uma comunicação mais direta para falar sobre alguns aspectos do universo da Arte.

Com vocês, socializo este pensamento de Pablo Picasso sobre o desenho infantil: “Antes eu desenhava como Rafael, mas precisei de toda uma existência para aprender a desenhar como as crianças”. Num entendimento sintetizado, tais palavras nos lembram o FESTIVAL NOSSA ARTE, ao ver a performance dos alunos, esbanjando talento e profissionalismo nos belos espetáculos artísticos. Arrisco-me a dizer que talvez, nos levaríamos à vida inteira para fazer o que eles fazem naquele palco. Neste aspecto, temos o privilégio de ver todas estas expressões artísticas que superam o que ensinamos lá na salas de arte. E mais, percebe-se nos espetáculos, uma energia mágica movendo barreiras arquitetônicas ou atitudinais.

Estes são os desdobramentos dos trabalhos realizados pelos professores que acreditam no que fazem e são os responsáveis pelos resultados extraordinários vistos nos diversos festivais pelo Brasil afora. A arte exerce um efeito que chamo de transformação e transcendência, uma harmonia perfeita que combina com diversidade e é presença forte no processo educacional. Promove diferentes situações de aprendizagens cujo benefício é o sucesso daqueles que as usufrui como alimento para o conhecimento e suas vertentes, imprescindíveis no tocante as expressões estéticas e artísticas. Para tanto, é necessário desenvolver um conjunto de estratégias que possibilitem tais vivências expressivas e favorecem o aluno poder mostrar suas habilidades artísticas, exalando talento e autenticidade nos seus passos coreografados, nas vozes afinadas, nos instrumentos tocados impecavelmente e assim por diante. Deste modo, vale lembrar que todas as manifestações apreciadas nos festivais foram despertadas naquelas aulas de arte, por meio dos rabiscos coloridos, nas singelas apresentações musicais, nas danças realizadas nas datas comemorativas para os familiares, professores e comunidade local promovidos pelas APAEs.

Tudo muito simples e ao mesmo tempo essencial para galgar caminhos que, consequentemente poderão resultar nos belíssimos espetáculos que o público aprecia nos palcos do FESTIVAL NACIONAL NOSSA ARTE. Penso que esta é uma das possibilidades para perceber que os alunos com deficiência intelectual e múltipla possuem talentos e uma admirável capacidade criadora. Neste contexto, é importante o papel do professor que na elaboração de suas aulas, planejou,





estabeleceu um conjunto de procedimentos metodológicos olhando sensivelmente as necessidades individuais de seus alunos. Tudo elaborado meticulosamente e alicerçado nos conteúdos propostos pelas diretrizes curriculares da disciplina de ARTE e demais arcabouços teóricos que sustentam as práticas pedagógicas do professor. São ações em prol do aluno para que ele possa fazer uma leitura de mundo com mais autonomia e consciência do seu papel enquanto pessoa, enquanto cidadão produtivo e na condição favorável a uma vida com mais qualidade. E assim chegaremos ao Festival Nossa Arte e para isso, convidamos vocês a retornar ao passado, especificamente em 1991, no qual o Estado de São Paulo realizou o Festival Nossa Arte na cidade de Pirassununga. Esse evento deu origem ao I FESTIVAL NACIONAL NOSSA ARTE e sua primeira edição aconteceu em 1995 na cidade de Salvador/BA.

A Federação Nacional das APAEs, vem possibilitando e incentivando a consagração desses trabalhos artísticos nas edições deste evento que deu prosseguimento para o II Festival Nacional Nossa Arte realizado em Vitória/ES(1996), o III em Belo Horizonte/MG(1999), o IV em São Paulo/SP(2001), o V em Curitiba/PR (2003), o VI em Palmas/TO(2005), o VII em Penha/SC(2007), o VIII em Bento Gonçalves/RS(2010) e a recente edição IX em São Luiz/MA(2013). Evento com resultados positivos e de impacto no cenário nacional, tem como base proporcionar atividades artísticas com fins educacionais e formativos da pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Inicialmente as suas edições eram realizados com seletivas que competiam entre si (Artes Musicais, Artes Cênicas, Dança e Dança Folclórica) diferenciando nos trabalhos plásticos e de exposição. Mediante aos avanços significativos das apresentações artísticas e no amplo número

de participantes da rede APAE, ficou estabelecida através da comissão formada pelos Coordenadores de Arte que percebeu a necessidade das seletivas serem classificadas por gênero artístico, preservando os valores artísticos e estéticos de cada modalidade, demonstrando nesse sentido, o amadurecimento e aprimoramento do festival. Numa dimensão nacional, o FESTIVAL NOSSA ARTE tornou-se referência em todos os Estados, com suas edições regionais, estaduais e assim chegando no âmbito nacional, onde são reunidos um número grande de artistas com deficiência intelectual e múltipla, professores, equipe de apoio e coordenadores de arte. Neste percurso, as dificuldades foram trabalhadas e discutidas entre os profissionais da Arte (Coordenadores e Professores) e as estancias da FENAPAEs e FEAPAEs visando melhorias quanto a estruturação artística e logística do evento. Agora me reporto especificamente aos profissionais que abraçaram este desafio, falo do grupo de coordenadores de arte, cuja colaboração é primordial para o desdobramento deste evento realizando seus trabalhos no cenário regional, estadual e nacional. Todos os nossos coordenadores são profissionais da arte e trazem uma vasta bagagem artística para o Movimento Apaeano.

É um privilégio compartilhar com esta grande equipe, experiências inovadoras e ao mesmo tempo ter o acesso as diferentes vivencias artísticas e culturais de cada região. Ressalto na riqueza em desenvolvermos ações coletivas e condizentes as diferentes realidades, sendo esta uma forte característica em todo o processo de concretização do festival. Juntos seremos mais produtivos e eficientes em nossa missão. Para tanto, convido a todos os envolvidos com as atividades artísticas a pensar o significado da existência do Festival Nossa Arte como extensão pedagógica realizadas na rede apaeana. E assim finalizo este texto expressando meu encanto e satisfação em ter a oportunidade de verbalizar meus pensamentos e experiências no campo da arte e algumas considerações sobre o festival.

A todos, o meu forte abraço e aplausos para os artistas e colaboradores do nosso glamoroso FESTIVAL NOSSA ARTE! ■



COORDENAÇÃO NACIONAL DE AUTODEFENSORIA E FAMÍLIA

O QUE É AUTODEFENSORIA?

Elcira Machado Bernardi

Coordenadora Nacional de Autodefensoria, Autogestão e Família da FENAPAEs

Essa breve explanação sobre o Programa de Autogestão e Autodefensoria da Rede APAE objetiva apresentar bases filosóficas e estruturantes do Programa, baseadas em uma análise do conceito de deficiência que foi atualizado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo central do conteúdo é passar fundamentos do Programa de forma universal, que para repensar a elaboração de práticas metodológicas de trabalho que visam à autonomia das pessoas com deficiência, levando em consideração as especificidades que cada contexto, situação e pessoa demandam na busca pela inclusão social. Considerando a universalidade da proposta, que não privilegia apenas uma área de trabalho específica, os conceitos abordados são comuns a diversas dimensões de convivência e trabalho com as pessoas com deficiência intelectual e múltipla, sendo o principal intuito viabilizar o suporte a compreensão da pessoa com deficiência não só como detentora de direitos, mas também como cidadã que exercita esses direitos por meio de reivindicações e reflexões de sua

própria experiência, conquistando independência social através do enfrentamento as barreiras e a conscientização a cerca de seus deveres e direitos.

FUNDAMENTOS DO PROGRAMA DE AUTOGESTÃO E AUTODEFENSORIA

O Programa de Autogestão e Autodefensoria tem uma conexão com a evolução conceitual da deficiência no contexto brasileiro, o que é possível de constatar a partir de uma análise das mudanças histórico-culturais das considerações éticas a cerca das pessoas com deficiência focando principalmente nos avanços normativos em relação à área da saúde, que durante um longo período determinaram a compreensão sobre deficiência no Brasil.

Atualmente a definição de deficiência é uma preocupação prática em áreas diversas como, assistência social, saúde e educação, porém, historicamente prevaleceu a visão da biomedicina defendendo a hipótese de ser possível desenvolver uma classificação universal de deficiências. O que influenciou as práticas de tratamento de deficiências, assim como a formulação de normativas e políticas públicas com esse intuito. Como consequência dessa constatação é possível citar a perspectiva da medicalização ocorrida durante período do século XX, que influenciou o entendimento da condição de deficiência, como uma limitação física, sensorial ou intelectual, prevalecendo à incapacidade como preocupação, o que estigmatizava a pessoa como defeituosa, mal formada e inválida. Tal concepção é condenável atualmente, pois está ligada a uma compreensão de aparência. Esse paradigma ético foi utilizado durante quase um século, para justificar as políticas de cirurgias corretivas, medicações e até o confinamento de pessoas com deficiência.



A abordagem em relação à deficiência no contexto brasileiro foi então pautada durante muito tempo quase que de maneira exclusiva pela consideração biológica do indivíduo, em que eram analisados seus comprometimentos, sendo a deficiência então considerada como uma característica, que necessitava de alguma intervenção profissional para aperfeiçoá-la ou corrigi-la.

Essa tendência passa a ser modificada a partir da década de 1980, em que a Organização Mundial de Saúde (OMS), publica a classificação complementar à Classificação Internacional de Doenças (CID), a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), que considera deficiência como sendo uma ou mais restrições que impeçam o indivíduo de exercer atividades normalmente executáveis, considerando sua idade, sexo, condições sociais e culturais, focando ainda na deficiência como característica do sujeito, mas também considerando a relação entre sujeito e ambiente como fator causador da situação de deficiência.

Em 2001 a Assembleia Mundial de Saúde aprovou a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), cujo texto, se baseia na abordagem biopsicossocial que "... tenta chegar a uma síntese que ofereça uma visão coerente das diferentes perspectivas de saúde: biológica, individual e social." No Anexo 5 do documento é ressaltada uma preocupação com o estigma da deficiência como uma forma de menosprezo da pessoa, conforme é possível constatar na citação adiante.

No entanto, esta abordagem traz consigo o problema que poderia ser chamado de "saneamento de termos". Os atributos negativos da condição de saúde de uma pessoa e a maneira

como as outras pessoas reagem a essa condição são independentes dos termos utilizados para definir a condição. Seja qual for o termo atribuído à incapacidade, ela existe independentemente dos rótulos. O problema não é apenas uma questão de linguagem, mas também, e principalmente, uma questão das atitudes dos outros indivíduos e da sociedade em relação à incapacidade. (CIF, 2003, p. 215)

No ano de 2006, foi publicada a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, ratificada em 2008 pelo Brasil como Emenda Constitucional, que define em seu Artigo Primeiro, que:

"Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas." (ONU, 2006, p. 3)

A deficiência passa a ser considerada a partir do contexto social e não mais preponderantemente biológico, considerando que os impedimentos da pessoa são causados principalmente pelas barreiras sociais e ambientais, sejam elas arquitetônicas ou atitudinais. Essa posição retira da pessoa o estigma da deficiência e coloca na estrutura organizacional da sociedade. As atitudes corretivas deixam de ser procedimentos cirúrgicos e passam a ser ações de políticas públicas de acessibilidade e garantia dos direitos humanos fundamentais, sendo a dignidade um direito a ser conquistado por meio de mobilizações sociais e da luta por direitos. No entanto, a CIF não desconsidera totalmente a necessidade do modelo médico e, portanto defende a necessidade de uma classificação de



deficiências, mas orienta que essa seja construída levando em consideração as estruturas sociais.

Considerando essa análise, a evolução do conceito de deficiência determina a condição social da pessoa com deficiência. Sendo possível constatar que o avanço histórico cultural resultou em uma profunda mudança em relação à qualidade de vida e participação social das pessoas com deficiência no Brasil, o que consiste em novo paradigma ético, que aponta para autonomia e empoderamento das pessoas com deficiência no país, como fator fundamental para que o indivíduo entenda a si mesmo como um autodefensor de seus direitos e suas causas. Essa nova atitude torna possível, a luta pela inclusão social que lhes foi negada durante séculos no país.

O programa de autogestão e autodefensoria está conectado com a evolução da participação

social das pessoas com deficiência no Brasil, pois através do movimento das APAEs visa desenvolver as potencialidades das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, capacitando-as em relação aos temas relacionados aos direitos humanos, incentivando a cidadania e a autonomia social da pessoa. O programa ainda possibilita que as pessoas com deficiência ocupem cargos representativos e decisórios dentro da Rede APAE, oportunizando que as próprias pessoas com deficiência possam contribuir para o fortalecimento e consolidação das políticas institucionais das APAEs e para as políticas públicas do país, visando cumprir o objetivo apontado pela Convecção, de diminuir as barreiras sociais, que impedem a plena participação do indivíduo na sociedade em que habita. ■



COORDENAÇÃO NACIONAL DE DEFESA DE DIREITOS

Coordenadora Anna Beatriz Langue Peranovichi Leite

Os dados expressos no Censo Demográfico do IBGE de 2010 revelam que de 45.606.048 brasileiros, 23,9 da população total, têm algum tipo de deficiência, sendo visual, auditiva, motora, mental ou intelectual.

Segundo explicitado no texto do Censo 2010:

As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que as pessoas sem deficiência. No entanto, elas nem sempre conseguem clamar por seus direitos nas mesmas condições em que o fazem as pessoas sem deficiência, devido a desvantagens impostas pela restrição de funcionalidades e pela sociedade, que lhes impõe barreiras físicas, legais e de atitude. Essas barreiras são responsáveis pelo distanciamento que existe na realização dos direitos das pessoas com e sem deficiência. (Cartilha do Censo 2010 Pessoa com Deficiência. Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2012.

Mediante o citado acima, a Federação Nacional das APAEs desde 2014 incorporou em suas estratégias de atuação a Coordenadoria de Defesa de Direitos e Mobilização Social, com o objetivo de desenvolver ações que possam contribuir com a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, por intermédio de mecanismos que possibilitem o respeito e o acesso aos direitos humanos fundamentais deste público, sejam eles civis, políticos ou sociais. Nosso grande compromisso enquanto sociedade civil é funcionar como ação afirmativa incentivando a sociedade a reconhecer a deficiência e incorpora-la a todos os temas vinculados aos direitos humanos, e assim estimular que todas as políticas públicas e os programas contemplem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

De acordo com o autor Schiefer:

Compreender tais direitos como “fundamentais” significa que eles não podem ser considerados como uma concessão do Estado. São direitos “proclamados” (e não “concedidos”) na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Assim, “cada pessoa, portanto, deve ter a possibilidade de exigir que a sociedade e todas as demais pessoas respeitem sua dignidade e garantam os meios de atendimento das suas necessidades básicas.” (AFONSO e ABADE, 2008, pag. 10 apud SCHIEFER, 2004)

A citação do autor nos traz a reflexão que impulsiona atuarmos na defesa da causa da deficiência, mas, sobretudo, com os próprios atores que motivam a causa, ou seja, as pessoas com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias, favorecendo ações que estimulem que elas exerçam a cidadania e sejam agentes ativos nos processos de tomada de decisão que envolve os seus direitos. Incentivar que eles permeiem os espaços de discussão





política como Fóruns, Conselhos e outros e possam expressar seus pontos de vista, expectativas e necessidades.

A Coordenadoria também tem como plano de ação compor os Conselhos de Direitos exercendo o controle social nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos. Como exemplo a Federação há 6 anos garante sua representação no Conselho Nacional da Criança e Adolescente (CONANDA), podendo desta maneira incidir nos processos da construção de políticas para infância e juventude com ênfase também na deficiência intelectual e múltipla.

Haja vista que a luta pela causa da deficiência só é possível quando pensamos com o outro, desta forma o empenho em articular entidades, grupos que também caminham com o mesmo propósito, garantem ao movimento o seu fortalecimento e maior condição de incidência nas esferas de governo.

Outro ponto importante a ser levantado no que se destina aos nortes de referencia que a Coordenadoria Nacional deve assumir, é sem dúvida alguma a de fortalecer as Coordenadorias Estaduais, de maneira a ampliar o leque de possibilidades de intervenções das situações que assolam as pessoas com deficiência. Precisamos estabelecer uma rede de informação que nos possibilitem obtermos dados mais contundentes das realidades dos Estados e conseqüentemente dos municípios e a partir deste ponto lançar diretrizes que deem embasamento nas esferas federais, estaduais e municipais.

Diante do acima exposto, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência vem contribuir quando anuncia em seu artigo 31 e comentada

pela autora Niusarete Margarida de Lima, quando cita que:

Uma sociedade alimentada com informações fidedignas é uma sociedade sadia e parceira na implementação de políticas públicas inclusivas. A informação pode ser usada para o bem e para o mal. Compete a cada um de nós fazê-la circular de forma a transformar realidades e modificar valores para o benefício da humanidade.

Na área da pessoa com deficiência, a informação é um poderoso instrumento para a inclusão social. Aqui, ela deve ressaltar o respeito à diferença e a aplicação dos direitos humanos, a igualdade de oportunidades e o fortalecimento da comunicação, a educação e a cultura como princípios de participação ativa na sociedade. Quando as pessoas se apropriam desta realidade, efetivamente há cooperação mútua e interação social.

Ressaltamos que a conquista de direitos no que concerne os Direitos Humanos, se deu a partir de diversas novas questões que foram sendo traduzidas no cotidiano, como as questões relacionadas a

gênero, orientação sexual, nacionalidade, deficiência e outras, no qual por intermédios de tais demandas, as ONGs como também os movimentos sociais, passaram a instituir programas e projetos para atender essas demandas, de maneira mais especializada. Tais questões que refletem os direitos humanos representam na história do país a concepção de uma nova ordem no processo de abertura política a partir dos anos 80 e 90 e se consolidando a maioria das reivindicações feitas pela sociedade civil brasileira, rompendo com as forças conservadoras da época.

A Federação Nacional das APAEs vivenciou esses momentos históricos que reforçaram seu papel como espaços de defesa, proteção e construção de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Maria Lúcia M.; ABADE, Flávia Lemos. Para reinventar as rodas. Belo Horizonte: Reciman, 2008.

CARTILHA DO CENSO 2010 PESSOA COM DEFICIÊNCIA . Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2012.

(2012,03). Convenção sobre os direitos das pessoas. Retirado 08, 2014 de <http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/a-convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada/view>. ■



COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AÇÃO PEDAGÓGICA

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO HISTÓRICO DOS 60 ANOS DE APAE NO BRASIL

Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira

Mestre em Educação, professora colaboradora da Universidade Aberta à Distância (UAB/UFMS), Técnica da Secretaria de Assistência Social (SETAS); Coordenadora Nacional de Educação da FENAPAEs.

A educação especial no contexto da rede apaeana foi materializada por meio das escolas especiais que surgiram e foram organizadas com o objetivo de atenderem a uma demanda identificada na sociedade, a educação de pessoas com deficiência, especialmente aquelas com deficiência intelectual ou múltipla.

Tais iniciativas, que envolveram profissionais e outras pessoas da comunidade na busca do direito de matricularem seus filhos com deficiências mais

complexas, resultaram na criação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Brasil, na cidade de Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1954. A história da educação nessa instituição foi iniciada em parte de um prédio cedido pelo professor La Fayette Cortes, local em que começou a funcionar uma escola para crianças excepcionais, dispendo de duas classes especiais frequentadas por vinte crianças. Logo, tornaram-se adultas e foram beneficiadas pelas oficinas pedagógicas com atividades de carpintaria, proposta orientada pela Dra. Olívia Pereira, conforme pode ser visto no Manual de Conceitos (FENAPAEs, 1998/2003).

O compromisso das APAEs com a questão educacional fica evidenciado tão logo são implantadas, pois como providência imediata recorrem à organização de uma escola especial. Nessas instituições, além da educação escolar, com profissionais da Pedagogia, nas áreas de conhecimento, educação física e desporto, artes e lazer, são oferecidos serviços especializados com profissionais da área da saúde nas especialidades médicas de neurologia, psiquiatria, pediatria, ortopedia, como também, de outras áreas, a saber: fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia e assistência social. De acordo com a demanda e a realidade de cada uma das 2.135 APAEs no País, os profissionais dessas áreas formam a equipe técnica de suporte aos alunos matriculados nas citadas escolas, e, também, àqueles incluídos nas escolas comuns ou encaminhados pela comunidade para receberem atendimento especializado.

Trata-se de uma organização que vem garantindo às pessoas com deficiência e as suas famílias a educação escolar e os atendimentos citados, demais



apoios e equipe de profissionais especializados nas diversas áreas de conhecimento.

A educação escolar de alunos com deficiência intelectual representa um grande desafio às escolas especiais, entre os quais, o desconhecimento da dinâmica de funcionamento de pessoas com implicações no comprometimento cognitivo e sua relação com o comportamento adaptativo, a identificação da pessoa apenas pelo viés conceitual da deficiência, a heterogeneidade, a complexidade da área, Além disso, os equívocos na aplicabilidade das políticas públicas e a formação docente para a ação pedagógica que garanta a qualidade e eficiência no cotidiano e no percurso escolar desses alunos sem o aprisionamento à questão conceitual.

É defesa da rede apaeana, por meio de suas unidades, o desenvolvimento de uma visão renovada sobre as pessoas com deficiência, reconhecendo-as como cidadãs plenas de direitos e deveres. Com a evolução da história, outros encaminhamentos surgiram, documentos institucionais foram elaborados e disseminados nas unidades, incentivadas a desenvolverem reflexão e a adequação à política institucional na área da educação, começando-se pela desconstrução de práticas tradicionais. De natureza pedagógica, a Federação Nacional das APAEs publicou documentos que coincidiram com os períodos de vigência das normas educacionais brasileiras. O Guia Curricular para Deficientes Mentais Educáveis, Treináveis e Semidependentes (1979) defendia a permanência do aluno na escola especial por toda a vida e, ao mesmo tempo, considerava a pessoa com deficiência uma eterna criança. Em 1993, foi publicada a “Coleção de Educação Especial, Fundamentos” em dois volumes, tendo como enfoque a integração e a defesa da educação das

pessoas com deficiência na escola regular. Em 2001, foi lançada a “Coleção Educação e Ação/APAE Educadora: A Escola que Buscamos – Proposta Orientadora das Ações Educacionais”, composta por cinco volumes, agregando um conjunto de ações e orientações voltadas à consolidação da educação escolar nas unidades apaeanas com os pressupostos da política educacional vigente no País. Foram contempladas a Arte, a Educação Física e orientações específicas para elaboração de Propostas Pedagógicas e Regimentos Escolares.

Em 2011, foi lançada a “Política de Atenção Integral e Integrada às Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla”, trazendo princípios e diretrizes às filiadas para o desenvolvimento de seus programas e projetos conforme as políticas públicas em evidência, entre as quais a educação, com destaque à modalidade Educação Especial. Tudo isso, com base em estudos teóricos a respeito da área e em documentos internacionais e nacionais que, nos últimos anos, vêm inspirando eventos organizados em defesa da educação para todos e da emergência da inclusão das pessoas com deficiência em classes comuns, ressaltando o acesso e permanência com qualidade.

Enquanto isso, a escola especial das unidades educacionais apaeanas, na excepcionalidade de sua existência em função da aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência com graves complexidades e cujas necessidades não podem ser atendidas pelas escolas comuns, vêm reformulando-se com adequações às normativas oficiais. Com respaldo legal, a escola especial abriu-se a um novo diálogo interinstitucional com as escolas comuns para o apoio pedagógico especializado aos alunos com deficiência intelectual nestas incluídos.



Os conhecimentos acumulados em face da educação das pessoas com deficiência intelectual e/ou com deficiência múltipla e as providências quanto à acessibilidade com investimento na eliminação de barreiras impeditivas à aquisição do conhecimento fazem o diferencial das escolas especiais. Ao longo dos anos, essas escolas vêm sustentando propostas pedagógicas constituídas com base em um modelo de currículo que contempla diretrizes, ações, avaliação e orientações pedagógicas. Um diferencial, consiste na organização das turmas com um número reduzido de alunos e professores especializados, atuantes na identificação das necessidades de seus alunos e no planejamento das respostas educativas conforme as demandas. Além disso, as famílias são parceiras no processo de escolarização de seus filhos e recebem apoio, orientação e os atendimentos psicossociais com vistas ao empoderamento e superação para as conquistas aos direitos sociais.

Os avanços na organização dessas escolas podem ser identificados nas rupturas com o tradicionalismo que predominou seus propósitos nas décadas iniciais da existência das APAEs. Essas unidades foram se organizando em consonância com os textos normativos, conforme os respectivos Sistemas de Ensino. Hoje, revestem-se do caráter educacional e não mais paternalista/assistencialista. Isso representa conquistas à pessoa com deficiência, no que se refere à vida escolar.

Dessa forma, as escolas especiais implantadas pela iniciativa privada foram se organizando com o apoio técnico e financeiro do poder público, mediante a oferta da educação especial, com atos normativos de cada sistema de ensino, implementados por meio dos Conselhos Estaduais e/ou Municipais de Educação, a quem cabe a regularização das

escolas, com autorização, reconhecimento e credenciamento (Resolução CNE/CEB no. 2, de 11 de setembro de 2001, Artigo 10 e Parágrafos 1º, 2º e 3º).

Na própria ênfase pela concretização do ato educativo, as unidades educacionais da rede apaeana foram contempladas com documentos subsidiários as suas ações, elaborados conforme determinantes das políticas públicas específicas. Em 1997, já sinalizava um tipo de visão inclusiva transformadora, o que possibilitou a busca por uma nova forma de organizar seus propósitos com foco no investimento em qualificação profissional, de forma a proporcionar qualidade aos serviços oferecidos, significando, nesse contexto, a capacitação de recursos humanos, tanto no aspecto técnico como no gerencial. O desenvolvimento institucional das unidades apaeanas foi reconhecido pelo poder público, visto que data da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/4024/61) recomendações na formulação de parceria com as instituições atuantes na educação especial.

Mesmo as mudanças mais significativas no País referentes à educação especial não conseguiram excluir as escolas especiais do cenário educacional como intencionavam ativistas mais acirrados na defesa da educação inclusiva. As ações educacionais foram ampliadas e, atualmente, além das escolas especiais, existem APAEs que oferecem o atendimento educacional especializado, conforme prevê a Resolução CNE/CEB no. 4, de 2 de outubro de 2009, e o Decreto 7611, de 17/11/2011.

Há sessenta anos, as unidades educacionais apaeanas vêm acumulando experiências, conhecimentos e ações estratégicas para o desenvolvimento da educação especializada aos

alunos com deficiência intelectual e/ou deficiência múltipla com graves comprometimentos. É um legado histórico que foi construído em conformidade com a realidade brasileira e as bases legais para a educação, observando as necessidades de aprendizagem e desenvolvimento desses alunos e as expectativas e decisões de suas famílias.

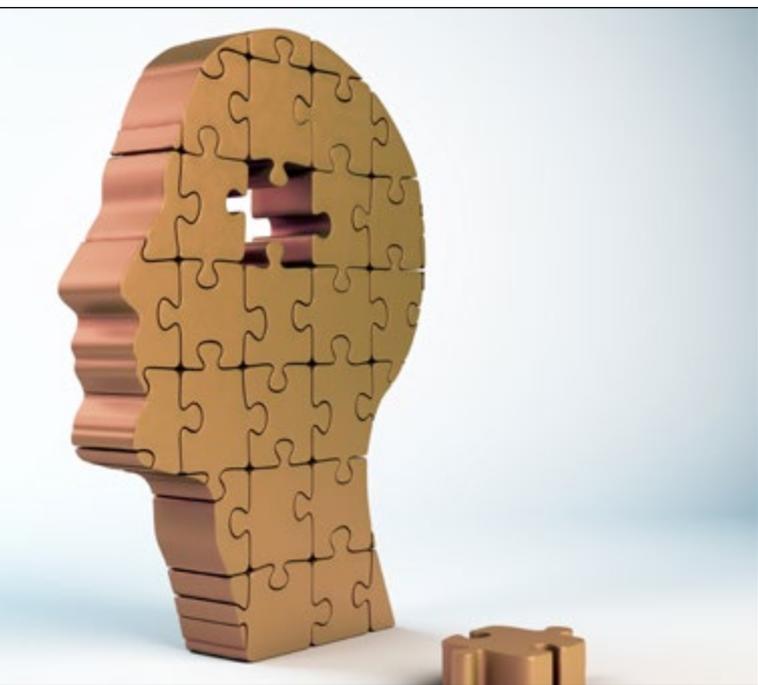
É evidente que essas escolas são necessárias aos alunos que delas ainda necessitam, ademais pela trajetória histórica escrita ao longo dos anos, acompanhando a efetivação da educação especial aos alunos que não eram recebidos em escola nenhuma. A consolidação das escolas especiais acontece nos vários estados para a oferta da Educação Básica, nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, na modalidade educação especial. Essas informações, no entanto, não representam uniformidade na realidade da rede apaeana no País, já que a autonomia confere a cada unidade a adequação de seus projetos e ações para o atendimento às demandas locais.

Do total de 2137 unidades apontadas pelo sistema, 365 APAEs participaram da pesquisa “Diagnóstico da Realidade” realizada via intranet, APAE em Rede, no período de 24/3/2014 a 31/5/2014, representando um universo de 17% desse total. Dessas participantes, 92,4% possuem escolas especiais, sendo 26% com atos legais; 351 responderam que atendem alunos com deficiência intelectual e no meio dessas, 336 com deficiência múltipla. As 264 escolas especiais atendem 2481 crianças de 0 a 3 anos (estimulação precoce), 254 atendem 1926 crianças de 4 a 5 anos (pré-escolar); 316 oferecem o Ensino Fundamental, beneficiando 12.389 alunos. É importante destacar que, 72,6% contam com o 1º. Ano, 68,2% com 2º. Ano, 55,7%

com o 3º. Ano, 20,3% com o 4º. Ano, 25,3% com o 5º. Ano, 6,2% com o 6º. Ano, 3,5% com o 7º. Ano, 3% com o 8º. Ano e 3% com o 9º. Ano. Sobre a Educação de Jovens e Adultos, 244 disseram possuir, com um universo de 10.365 alunos. Também, 208 apontaram a oferta da Educação Profissional com 6706 alunos e mais, 55,4% disseram contar com Programa de Colocação no Mercado de Trabalho. Pode-se observar maior demanda na Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, em comparação com os anos finais do Ensino Fundamental que apresentam baixos percentuais na oferta, a partir do 5º Ano. Uma questão de percurso escolar que merece ser observada, e contribuimos com uma pergunta: isso ocorre devido a própria organização institucional, por evasão natural ou devido a inclusão dos alunos nas escolas comuns? Uma indagação que não temos resposta no momento, mas vale a busca pela resposta, visto que o aluno vai para escola para evoluir.

Mesmo com escola especial, 207 APAEs disseram possuir atendimento educacional especializado¹, sendo que, 72 delas, por meio de salas de recursos multifuncionais e 83 pelos centros de atendimento educacional especializado, enquanto as outras não especificaram. Foram identificadas organizações diversas quanto à periodicidade na oferta desses atendimentos, pois 52 apontaram atendimento duas vezes por semana, 28 três vezes por semana e 121 todos os dias da semana. O aspecto quantitativo é importante, mas não supera o qualitativo se considerarmos que o atendimento educacional especializado tem como função

¹ Salas de Recursos Multifuncionais e Centros de Atendimento Educacional Especializados têm respaldo legal na Resolução CNE/CEB no. 4/2009.



atuar no desenvolvimento da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos com deficiência. Isso demanda conhecimentos teóricos e atuação pedagógica que dêem conta de impactar a vida desses alunos de forma a alcançarem sucesso na vida escolar, pessoal e social.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no. 9394/96, Brasília/DF, 1996.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, art. 8º, Item V. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2001.

_____. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. (in) INCLUSÃO: REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Brasília/DF. v.4, n. 1, p. 7 a 17, 2008.

_____. Decreto 7611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília/DF: Ministério de Educação, 2011.

_____. Resolução no. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. 2009.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. Guia Curricular para Deficientes Mentais Educáveis, Treináveis e Semidependentes. Fenapaes: São Paulo, 1979.

_____. Coleção de Educação Especial, Fundamentos. Fenapaes: São Paulo, 1993.

_____. Manual de Conceitos. Projeto Águia. 1998/2003. Fenapaes: São Paulo, 1998/2003.

_____. Coleção Educação e Ação/APAE Educadora: A Escola que Buscamos – Proposta Orientadora das Ações Educacionais. Fenapaes: Brasília/DF, 2001.

_____. Política de Atenção Integral e Integrada às Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla. Fenapaes: Brasília, 2011. ■

COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER FENAPAEs

EDUCAÇÃO FÍSICA – RECORTE DE 47 ANOS NA HISTÓRIA

Coordenador Roberto Antonio Soares

O Movimento Apaeano está completando em 2014, sessenta anos de História, desde 1954, nesta oportunidade tiveram início a equipe técnica multidisciplinar desenvolvendo um prévio diagnóstico para os atendimentos e o processo Educacional, pela sua relevância a EDUCAÇÃO FÍSICA foi integrada neste contexto em 1967, dando sua contribuição ativa no processo de avaliação e diagnóstico comportamental do aluno. Constatamos neste breve relato supracitado que a caminhada do Profissional de EDUCAÇÃO FÍSICA no movimento Apaeano tem a experiência considerável de 47 anos. Durante este período a profissão de maneira natural teve sua evolução através de conhecimento adquirido com pesquisas, estudos e principalmente pelas vivências e intercâmbios entre profissionais da rede.

“Para Rosadas (1994, p.30), o objetivo da Educação Física, enquanto processo educacional, não é a simples aquisição de habilidades, mas sim contribuir para o desenvolvimento das potencialidades humanas. No aspecto social, ajudar a criança a estabelecer relações com as pessoas e com o mundo; no aspecto filosófico, ajudar a criança a questionar e compreender o mundo; no aspecto biológico, conhecer, utilizar e dominar o seu corpo; no aspecto intelectual, auxiliar no seu desenvolvimento cognitivo.”

Com a globalização da informação por meios inteligentes de comunicação (e-mail, sites, skipe, celulares) onde podemos ter acesso ilimitado de notícias inerentes ao conteúdo. E não é exagero afirmar que uma parcela considerável deste material de pesquisa relacionado com a Educação Física Especial e Adaptada, são produzidos por profissionais do movimento Apaeano, criando credibilidade pela sua clareza, formação e capacidade de leitura e entendimento do setor, principalmente da área da Deficiência Intelectual e Múltipla.

“No campo da Educação e, particularmente, em nossas escolas especiais, a Educação Física vem sendo um agente modificador de comportamento, desenvolvimento e integração do portador de deficiência mental. Iniciando com as aulas de Educação Física e evoluindo para a formação de equipes esportivas – que tão bem vêm representando nossas escolas no Brasil e no exterior – o esporte vem sendo a mola propulsora de muitas mudanças, contribuindo, particularmente, para a melhoria da auto-estima de nossos alunos” (FLAVIO ARNS – PRESIDENTE – GESTÃO 1999/2001).

Podemos citar como fonte de material bibliográfico da Educação Física o site da FENAPAEs www.apaebrasil.org.br clicando no menu: políticas estratégicas, submenu: Educação Física, página: Conteúdo Técnico, encontra-se rica diversidade em documentos





recentes disponíveis para consulta. A preocupação sempre será em qualificar e melhorar o atendimento oferecido para os usuários do movimento de maneira a tornar eficiente e prazerosa as intervenções ministradas por profissionais conscientes da responsabilidade de sua parcela de contribuição na formação do indivíduo como cidadão do mundo.

"A Educação Física, reconhecida e regulamentada desde 1998, por sua vez, como responsável pelo estudo e aplicação do mundo do movimento humano, não pode ser retirada de qualquer processo pedagógico sério e comprometido com as questões sociais. (Oliveira, 1992) Portanto, é uma das disciplinas obrigatórias no processo educacional sendo integrante do currículo escolar pela sua relevância, porque transcende o entendimento puramente técnico."

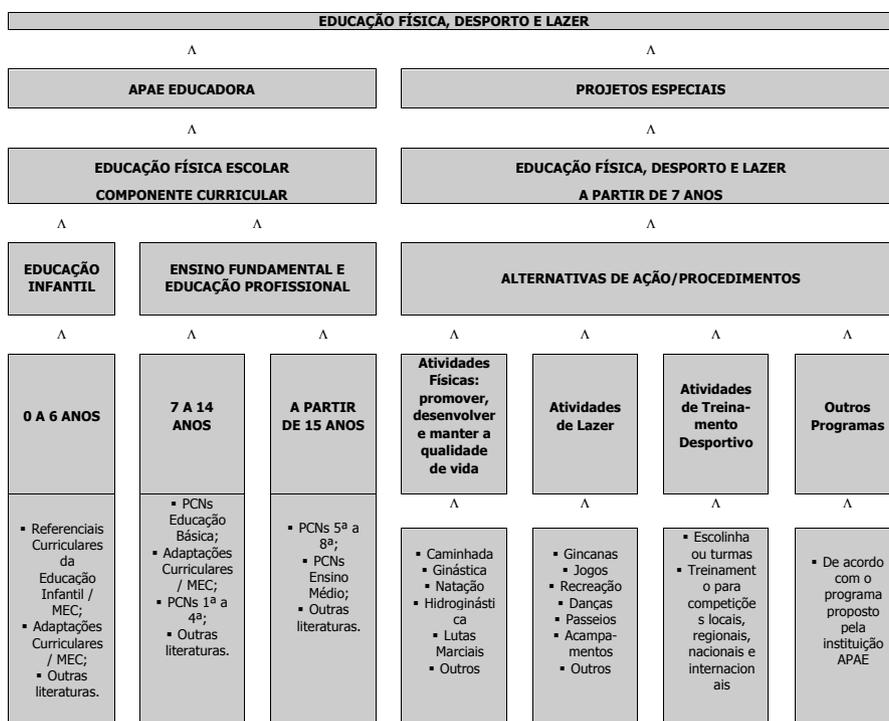
Há mais de quatro décadas a Educação Física vem superando as expectativas na sua área de desenvolvimento e conquistando novos espaços de modo que a sua nomenclatura no movimento Apaeano foi atualizado para EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTO E LAZER. Visto que a atuação não somente limita-se a atividade física escolar, mas insere fortemente nos projetos especiais (turmas de treinamentos) para participação em eventos esportivos e recreativos a nível: local, regional, estadual, nacional e internacional. A título de curiosidade temos nesta história de 60 anos do movimento Apaeano, como segue abaixo a listagem do histórico de realização das 20 edições da OLIMPÍADAS ESPECIAIS DAS APAEs, Organizada e promovida pela Federação Nacional das APAEs, em parceria com os estados sedes:

- I – Rio de Janeiro/RJ – (1973)*
- II – Rio de Janeiro/RJ – (1974)*
- III – Belo Horizonte/MG - (1976)*
- IV – Natal/RN – (1978)*
- V – Curitiba/PR – (1980)*
- VI – Belém/PA – (1982)*

- VII – Brasília/DF – (1984)*
- VIII – Florianópolis/SC – (1986)*
- IX – Bauru/SP – (1988)*
- X – Vitória/ES – (1990)*
- XI – Campo Grande/MS – (1992)*
- XII – Toledo/PR – (1994)*
- XIII – Rio de Janeiro/RJ – (1996)*
- XIV – Salto/SP – (1998)*
- XV – Blumenau/SC – (2000)*
- XVI – Feira de Santana/BA – (2002)*
- XVII – Goiânia/GO – (2004)*
- XVIII – Araraquara/SP – (2006)*
- XIX – Belo Horizonte/MG – (2009)*
- XX – Maringá/PR – (2012)*

Sendo que a última edição deste grandioso evento foi em 2012 na cidade de Maringá, PR, contemplada com 22 estados brasileiros inscritos, 10 modalidades esportivas (futsal, futebol society, basquete, handebol, tênis de mesa, natação, atletismo, capoeira, ginástica rítmica, ginástica artística). Evento este que a partir de 2006 acontece a cada 3 anos, o que chamamos de ciclo Olímpico. Portanto o próximo capítulo desta história esportiva nacional está previsto para o segundo semestre de 2015 em local a definir.

Neste período de existência foi imprescindível e notório a busca pela excelência nas intervenções de modo que a exigência da clientela indica ao Educador uma postura profissional, que busca aprimoramento, especializações, pós graduações, parcerias com Universidades, Grupos de Estudos; no sentido de alcançar o atendimento diferenciado, de acordo com a demanda atual. A Coordenadoria Nacional de Educação Física, Desporto e Lazer da Federação Nacional das APAEs (FENAPAEs), tem dentre suas missões, criar acessibilidade aos materiais bibliográficos recentes, calendários de atividades para os



professores de Educação Física, garantindo subsídios necessários para a prática segura e conscientes de sua estruturação pedagógica, esportiva e social.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Amauri A. B. de. Analisando a prática pedagógica da Educação Física. Revista da Associação dos Professores de Educação Física de Londrina. Londrina - PR. Brasil, v. 7, n. 13, p.

11-14, 1992. Disponível em:

<http://www.def.uem.br/depto/Amauri/didatica2005/textospara2005/texto02.doc>

Flavio ARNS, Educação física, desporto e lazer: proposta orientadora das ações educacionais – Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2001. – Coleção educação e ação, v.5, p.11.

SITE: www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml/20924

ROSADAS (1994, p.30) Educação física, desporto e lazer: proposta orientadora das ações educacionais – Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2001. – Coleção educação e ação, v.5, p.26.

Educação física, desporto e lazer: proposta orientadora das ações educacionais – Brasília: Federação Nacional das APAEs, 2001. – Coleção educação e ação, v.5, p.27. ■

COORDENAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO MOVIMENTO APAEANO

Maria Helena Alcântara

Cida Reis Leme

Tânia Brandão

ASPECTOS HISTÓRICOS

A educação profissional no Movimento Apaeano estabeleceu-se de fato em 1997 com a publicação do livro “Educação Profissional e Colocação no Trabalho – Uma Nova Proposta de Trabalho Junto à Pessoa Portadora de Deficiência”, produzido por sete renomados especialistas convidados pela Federação Nacional das APAEs (FENAPAEs). Anteriormente, experiências de profissionalização ocorriam em algumas APAEs de forma isolada, sem um registro sistemático que pudesse ser conhecido ou acessado por todo o Movimento.

Ainda em 1997, a FENAPAEs buscou parceria nacional com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), financiado pelo Fundo de Amparo a Trabalhador (FAT). O Planfor tinha

como linhas programáticas o desenvolvimento de estratégias destinadas à qualificação de trabalhadores em geral, jovens e adultos e à sua formação continuada, numa perspectiva que superava a visão, anteriormente predominante, de “capacitação” no sentido restrito.

Esse plano foi implementado em 1997 de forma descentralizada, mediante os Planos Estaduais de Qualificação, elaborados e coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho. As instituições executoras abrangiam desde escolas públicas e privadas da rede de ensino profissional até sindicatos e ONGs, tendo como critério a elaboração de proposta pedagógica aprovada pelos órgãos competentes.

Com alcance nacional, em 1998, a FENAPAEs e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) iniciaram parceria para a realização de Curso de Formação de Formadores, que teve como objetivo a capacitação de multiplicadores de todos os estados do Brasil, indicados pelos presidentes das Federações Estaduais do Movimento Apaeano, para lidar com os novos paradigmas da educação profissional e trabalho de pessoas com deficiências intelectual e múltipla.

O curso teve como base o livro publicado pela FENAPAEs e as diretrizes Nacionais do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador e foi previsto para ser realizado em três etapas:

A primeira etapa aconteceu em junho de 1998, em Brasília/DF, quando a Federação Nacional convidou, por intermédio das Federações Estaduais, 141 profissionais de nível superior com experiência em educação profissional, provenientes das APAEs e instituições congêneres, além de 26 secretarias estaduais e do Distrito Federal. Seis dos sete



autores do manual participaram como professores nessa primeira etapa.

A segunda etapa do curso ocorreu no segundo semestre de 1998. Os profissionais capacitados em Brasília atuaram como multiplicadores em seus respectivos estados.

Para a execução da terceira etapa do Curso de Formação de Formadores, cuja meta era atingir a capacitação de sete mil professores, a FENAPAEs realizou dois eventos com vistas a sua preparação. Foram eles:

- *O Encontro Nacional de Atualização e Avaliação da 2ª etapa do curso, nos dias 27,28 e 29 de julho de 1999, em Belo Horizonte (MG), paralelamente ao XIX Congresso Nacional das APAEs, que reuniu 91 professores multiplicadores capacitados na 1ª etapa do curso. No evento, foram apresentadas as propostas de avaliação, os resultados preliminares relativos à 1ª e à 2ª etapa e produtos elaborados pela FENAPAEs, como documentário em vídeo de 20 minutos sobre o processo educacional profissionalizante de pessoas com deficiências intelectual e múltipla em cinco estados do País; catálogo com sugestões de cursos destinados a professores e gestores das APAEs; e uma cartilha ilustrada de habilidades básicas e de gestão com conteúdos voltados para a construção da cidadania da pessoa com deficiência.*
- *Encontro realizado nos dias 21 e 22 de setembro de 1999, em Brasília, com a presença de 27 profissionais (coordenadores de educação profissional) indicados pelas Federações Estaduais. O evento promoveu a leitura, a análise e a discussão do projeto de curso da 1ª e 2ª etapas, para adequação e análise de experiências bem sucedidas, com vistas*

à inclusão destas no projeto da 3ª etapa do Curso de Formação de Formadores.

De um modo geral, direta e indiretamente, foram qualificados 28 mil profissionais, tendo sido envolvidos no curso: professores, coordenadores, técnicos, familiares, dirigentes, empresários, instituições congêneres, representantes das secretarias de educação, trabalho e saúde. O curso se estendeu até 2001, quando o repasse de recursos do MTE à Federação foi interrompido.

No Movimento Apaeano, a implantação do Processo de Educação Profissional e Colocação do Trabalho (Pect), além de promover uma ressignificação de conceitos, proporcionou a quebra de paradigmas estigmatizantes que já estavam materializados. Isso ocorreu em função de iniciativas e ações que propiciaram a manifestação e o desenvolvimento de potencialidades e interesses das pessoas com deficiências intelectual e múltipla para o mundo do trabalho.

O Planfor foi bastante criticado por autoridades da educação profissional da rede regular de ensino. A crítica se voltava principalmente para a face controversa dessa política de educação profissional que, segundo essas autoridades, se apresentava como remédio para males do desemprego, do subemprego e da precarização do trabalho.

Também houve manifestação em relação ao Decreto nº 2.208/97 no Congresso de Educação Profissional "Concepções, Experiências – Problemas e Propostas", realizado em Brasília no ano de 2003. Alguns participantes queriam a revogação do Decreto, e outros, a sua revisão, principalmente do artigo 3º, inciso I, cujos argumentos de legitimação foram "a qualificação e pre-profissionalização de



trabalhadores, independente de escolaridade prévia” e o aproveitamento de outras experiências profissionais dos trabalhadores que poderiam ser “(...) objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos” (Portaria nº 646/97, que regulamentou os artigos 39 a 42 da LDB).

No que diz respeito às pessoas com deficiências intelectual e múltipla, tanto o Planfor quanto o Decreto nº 2.208/97 contribuíram de forma significativa para os profissionais da educação profissional especial, dando a eles poder de manobra, pois permitiam que os educandos com baixa escolaridade, em virtude da significância de suas deficiências, pudessem se capacitar e ser inseridos no mundo do trabalho. O Planfor contribuiu com diretrizes, dando elementos orientadores, naquela época, para a política de educação profissional adotada pelo Movimento Apaeano.

Em 2003, o Ministério do Trabalho e Emprego lançou o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que trouxe mudanças e avanços nas dimensões política, operacional, conceitual, pedagógica e na dimensão ética:

- **Mudança da dimensão política** – Entender que as políticas públicas, como direito, têm de ser encaminhadas para o universal, priorizando, porém, aqueles e aquelas que mais precisam delas. Outra questão é a compreensão do equilíbrio do papel do Estado democrático, pois pensar o Estado implica pensar a democracia e a participação.
- **Mudança na dimensão operacional** – Entender que sistema integrado envolve planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento de egressos do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e prestação de contas.

- **Mudança na dimensão conceitual** – Entender que é preciso retomar a ideia do trabalho como uma forma de participação que fundamenta a vida em sociedade e apresentar a noção de qualificação como um processo de relação social.
- **Mudança na dimensão institucional** – Entender que é preciso estabelecer o papel dos atores que trabalham no campo da qualificação, considerando especialmente o repasse de verbas públicas e seu uso.
- **Mudança na dimensão pedagógica** – Entender que é preciso melhorar a qualidade da maioria dos cursos, considerando metodologias que, ao mesmo tempo, elevem a escolaridade e promovam a qualificação, além do aumento da carga horária para o patamar de 200 horas em média.
- **Mudança na dimensão ética** – Entender que a distribuição de recursos públicos e a prestação de contas sobre o seu uso precisam ser transparentes, considerando mecanismos de monitoramento permanente.

OBJETIVO DO PNQ, SEGUNDO O ART. 2º DA RESOLUÇÃO Nº 333/2003 DO CODEFÁT

O PNQ deve contribuir para promover a integração das políticas públicas e para articular ações de qualificação social e profissional no Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, trabalho, renda e educação, deve promover, gradativamente, a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a colaborar para:

- Formação integral (intelectual, técnica, cultural, cidadã) dos trabalhadores brasileiros;

- *Elevação da escolaridade dos trabalhadores, por meio de articulação com políticas públicas de educação, e, em particular, com a Educação de Jovens e Adultos;*
- *Inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações;*
- *Aumento da probabilidade de permanência do profissional no mercado de trabalho;*
- *Elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda;*
- *Efetiva contribuição para a articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação.*

Em 2004, a FENAPAEs volta a realizar parceria com o MTE/PNQ, por meio dos Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs), segundo o art. 3º da Resolução nº 333 do Codefat, § 5º ao § 9º.

Os ProEsQs contemplavam a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional, destinados a populações específicas. Abordavam, também, aspectos de demanda, oferta e aperfeiçoamento das políticas públicas de qualificação e de sua gestão participativa, implementadas em escala regional ou nacional, por entidades de comprovada experiência, competência técnica e capacidade de execução, de acordo com as diretrizes fixadas anualmente pelo DEQ/SPPE/MTE, aprovadas e homologadas pelo Codefat.

De acordo com a política do PNQ, os Projetos Especiais de Qualificação orientaram-se para os públicos prioritários, estabeleceram nexos claros com as políticas de desenvolvimento (regional,

estadual e local) e desenvolveram ações de elevação de escolaridade integradas à qualificação profissional.

Ainda em 2004, a FENAPAEs encaminhou o projeto “metodologias Aplicadas na Educação Profissional e Trabalho de Pessoas com Deficiências Mental e Múltipla” – público priorizado pelo PNQ – com o objetivo de registrar, avaliar, sistematizar e disseminar a inclusão de pessoas com deficiências intelectual e múltipla e de seus familiares em alternativa de geração de trabalho, emprego e renda. Foram envolvidos professores e coordenadores de educação profissional, de educação básica, educação de jovens e adultos, familiares, empresários, instituições de nível superior e a sociedade em geral. Todo o processo foi dividido em etapas, identificadas com estratégias metodológicas que envolveram: estudos de caso, seminários, encontros regionais, reuniões de trabalho, sistematização, seleção dos registros, validação das metodologias selecionadas e a publicação do livro “Metodologias Aplicadas na Educação Profissional e Trabalho de Pessoas com Deficiências Mental e Múltipla”.

Assim, 21 estados das Federações da APAEs foram convidados a dele participar com um ou mais projetos. Foram encaminhados aproximadamente 75 projetos, dos quais selecionaram-se onze, referentes aos seguintes estados: São Paulo, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal. O que de fato se pretendia era intercambiar experiências bem sucedidas, decorridas de vivências de qualificação profissional e de colocação no mundo do trabalho, assim como capacitar e motivar os profissionais de educação profissional a registrarem os processos por eles propostos e desenvolvidos, os problemas



enfrentados e as soluções utilizadas para superá-los. Esse projeto foi executado em 2005.

Ainda em 2005, a FENAPAEs encaminhou projeto de estudo e pesquisa para execução em 2006, também contemplado pelo ProEsQ e direcionado para o levantamento e a avaliação da demanda de postos de trabalho, produtos e serviços, tendo em vista a colocação de pessoas com deficiência intelectual e múltipla no mundo do trabalho.

Essa pesquisa foi uma das ferramentas que fundamentou e norteou, com dados empíricos, as ações da educação profissional e trabalho de pessoas com deficiências intelectual e múltipla no Movimento Apaeano. O resultado foi o lançamento, pela FENAPAEs, do livro “Educação Profissional e Trabalho para Pessoas com Deficiências Intelectual e Múltipla: Plano Orientador para Gestores e Profissionais”, em 2007. Passados quatro anos da publicação desse livro em 2011, a FENAPAEs lança o manual “Inclusão Social da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla: Trabalho, Emprego e Renda”, organizado pela Federação do estado de Minas Gerais, tendo como objetivo: dar continuidade ao percurso da pessoa com deficiência intelectual e múltipla no processo de formação para o trabalho, qualificação profissional e inserção no trabalho.

O movimento Apaeano já acumulou, especialmente nos últimos 17 anos, uma significativa experiência que hoje lhe permite falar, com tranquilidade, sobre questões relacionadas a educação profissional e ao trabalho de pessoas com deficiência.

De acordo com a coordenadoria de Educação Profissional da Bahia, o Movimento Apaeano, por meio de sua federação, vem preparando, qualificando e colocando seus jovens e adultos no mundo do trabalho convencional, emprego

competitivo apoiado e trabalho autônomo, intensificando as suas ações junto às famílias e empresas. Assim como, desenvolvendo projetos por meio de editais, patrocínios, conselhos de direitos, secretarias de Estado, parcerias com a iniciativa privada, agências formadoras, escolas técnicas (PRONATEC). Além disso, algumas APAEs do estado disponibilizam assessoria técnica para empresas públicas e privadas dentro da metodologia do emprego apoiado e com isto vem abrindo novas perspectivas na vida das pessoas com deficiência, familiares e empresas; com o apoio do Ministério Público do Trabalho – MPT, participando do termo de ajustamento (TAC) com o objetivo das empresas assumirem os custos da qualificação para posterior contratação da Lei de Cotas 8.213/91.

De acordo com relato da coordenadora de Educação profissional do estado do Mato Grosso do Sul, em 1997, havia apenas 03 jovens nas APAEs de Mato Grosso do Sul inseridos no trabalho com carteira assinada. Com a implantação da nova proposta de educação profissional orientada pela FENAPAEs, as APAEs passaram a desenvolver a formação profissional na perspectiva de acesso ao trabalho numa ação conjunta com o Núcleo de Combate à Discriminação no Emprego e Profissão (NUCODEP), da delegacia Regional e Trabalho (DRT/MS). Dez anos após a implantação desta nova proposta de educação profissional, 138 jovens haviam conquistado a carteira de trabalho, número que representa um crescimento 46 vezes superior ao de 1997.

Um dos maiores trunfos no sucesso da implantação do programa de colocação e permanência desses jovens no emprego é a boa articulação – estimulada pelos Planos Orientadores de Educação Profissional das FENAPAEs de 1997 e 2007 - entre as ações

públicas e privadas, no campo da educação, habilitação, estimulação das empresas para contratar e manter em seus quadros pessoas com deficiência.

Os avanços conquistados na área da Educação Profissional não se restringem só aos estados citados nesse artigo. Hoje temos diversas APAEs pelo Brasil afora investindo nesta área. A Educação Profissional alcançou grande capilaridade no país e tende a se expandir cada vez mais. As publicações da FENAPAEs tiveram papel fundamental nesse processo, impulsionando e incentivando as APAEs de todo o país a se lançarem em um novo paradigma de atendimento, pautado nas experiências de outros países e na percepção de qualificar seus jovens e adultos levando em consideração: as potencialidades, interesses, escolaridade, saúde e, principalmente, as demandas do mundo do trabalho.

Podemos dizer que, hoje, o Movimento Apaeano é referência no cenário nacional pelo trabalho desenvolvido na inclusão profissional de pessoas com deficiência intelectual e múltipla. São quase 17 anos de acúmulo nessa área que permitem falar com propriedade sobre o assunto e antecipar inovações e novos caminhos a se traçar. O cenário político atual aponta para a inclusão social por meio da estratégia do trabalho, emprego e renda e cabe às APAEs de todo o Brasil abraçarem essa causa e se aperfeiçoarem, oportunizando às pessoas com deficiência intelectual e múltipla a experiência do trabalho, instrumento central de garantia de autonomia e efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana. ■



COMEMORAÇÕES 60 ANOS

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei n.º 13.019/2014

Embaixador das APAEs do Brasil, cantor Daniel



Prêmio Direitos Humanos 2013 - 19ª Edição
Garantia dos direitos das Pessoas com Deficiência.

Movimento das APAEs ganha pela 5ª vez consecutiva o Prêmio Marcas de Confiança 2014



Movimentos das APAEs recebe homenagem aos 60 anos na Câmara dos Deputados

Presidente da FENAPAEs, Aracy Lêdo, comanda passeata em Brasília/2013, para aprovação do PNE e em 2014 lança o Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.



Homenagem aos 60 anos do Movimento das APAEs realizado na Assembléia Legislativa, Porto Alegre - RS

Presidente da FENAPAEs e Diretoria realizam o Lançamento do XXV Congresso Nacional das APAEs, VI Fórum Nacional de Autogestão e Autodefensoria e 44º Congresso Estadual das APAEs do Paraná com a presença de autoridades



Parabéns Apaeanos!
60 anos de amor
e carinho por esta
família!



11 de Dezembro. Aniversário da APAE.

Hoje colhemos os frutos destes 60 anos de luta e trabalho. Parabéns APAE BRASIL.

apaebritil.org.br



VALOR
DO BILHETE
R\$10,00

SHOW DE PRÊMIOS



e de solidariedade!

1º Prêmio

NOVO PÁLIO FIRE
1.0 FLEX / 2014 / 4 PORTAS / VERMELHO



5º Prêmio

NOVO PÁLIO FIRE
1.0 FLEX / 2014 / 2 PORTAS / PRETO



Prêmio da Apae
vencedora do bilhete
ganhador do 1º prêmio

NOVO PÁLIO FIRE
1.0 FLEX / 2014 / 2 PORTAS / BRANCO



4º Prêmio

NOVO PÁLIO FIRE
1.0 FLEX / 2014 / 2 PORTAS / PRETO



2º Prêmio

NOVO PÁLIO FIRE
1.0 FLEX / 2014 / 2 PORTAS / BRANCO



3º Prêmio

NOVO PÁLIO FIRE
1.0 FLEX / 2014 / 2 PORTAS / PRETO



Chegou a hora de torcer!
E com a sua ajuda, a sorte
também vai chegar para
muita gente que precisa.

Participe!



Daniel

Embaixador das APAES

**Além de ganhar muitos prêmios, você colabora para a
inclusão das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.**

Certificado de autorização da CAIXA nº: 7-1757/2014. A aquisição do bilhete até as 18h do dia 21/01/2015 dará ao seu portador o direito de participar do sorteio dos prêmios pela composição de números do 1º ao 5º prêmio da extração da Loteria Federal do dia 21/01/2015, na forma do regulamento do sorteio. Data da realização do sorteio será no dia 21/01/2015.

Conheça outras campanhas em: apaebrasil.org.br



agênciaRIBEIRO reward
As imagens dos prêmios são meramente ilustrativas.